

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE A ATUAÇÃO DA INCUBADORA
TECNOLÓGICA DE EMPREENDIMENTOS POPULARES DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO**

FERNANDO ANTÔNIO DOS SANTOS LOPES

**CAMPOS DO GOYTACAZES,
2021**

FERNANDO ANTÔNIO DOS SANTOS LOPES

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A ATUAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE
EMPREENDIMENTOS POPULARES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Políticas
Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carlos
Gantos

CAMPOS DOS GOYTACAZES,
2021

FERNANDO ANTÔNIO DOS SANTOS LOPES

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A ATUAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE
EMPREENHIMENTOS POPULARES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE
FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Políticas Sociais.

Aprovada em _____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos
Presidente\Orientador
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof.^a Dr.^a Denise Cunha Tavares Terra
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr.^a Sandra Maria Franco Buenafuente
Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Alcimar das Chagas Ribeiro
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

“Cada um exerça o dom que recebeu para servir os outros, administrando fielmente a graça de Deus em suas múltiplas formas.”

1 Pedro 4:10

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao meu Deus que permitiu que tudo isso acontecesse nestes anos como universitário, sendo em todos os momentos meu maior mestre, exemplo e amigo. Devo-lhe a lucidez, paz, força e conquistas alcançadas na minha trajetória. Devo-lhe a vida!

Aos meus familiares que em todos os momentos me apoiaram, incentivam e deram me estímulo para continuar em minha busca pela conquista pessoal e profissional. Em especial, meu pai, Fernando César Lopes, que sempre me apontou com excelência a educação e dignidade como caminhos a serem seguidos; minha mãe, Lúcia Maria, que em todos os momentos me instruiu e me mostrou como vale a pena buscar todos os resultados e conquistas através de Deus, da humildade e do bom caráter, que foram os principais princípios ensinados por ela; e meu irmão, que em todos os momentos esteve presente, defino-o como meu eterno companheiro e amigo. Estamos firmados por uma aliança eterna de amor. Pai, mãe e Lucas, vossas orações e gestos de amor fizeram-me ser quem eu sou e trouxeram-me até aqui.

Meu avós maternos, Iraci e Aloisio, que sempre me deram carinho, amor e conselhos, sei que sempre estive incluso em suas orações. Meus avós paternos, Teresa e José (in memoriam), que me ajudaram e contribuíram em prol da minha formação, através do amor. Amo todos vocês!

A Kathelyn Rodrigues, minha namorada e amiga. Muitos foram os momentos de apoio e carinho que recebi durante esta trajetória. Veio dela o incentivo final que determinou o ingresso no programa e nessa tão louca aventura. Te amo.

Aos meus tios e primos campistas e capixabas que sempre estiverem presentes em minha vida, me aconselhando e proporcionando momentos de alegria e diversão.

Academicamente, não posso deixar de agradecer ao meu grande amigo de curso e da vida, Danilo Barreto. Entramos juntos nessa aventura, desde a graduação até aqui o nosso companheirismo fez a diferença para que vencêssemos e crescêssemos diante de todas as situações. Sempre juntos, irmão!

Agradeço minhas grandes amigas, Mara e Meire, as gêmeas mais craques de bola que conheço. Pessoas maravilhosas que precisam ser apresentadas ao mundo. Em muitos momentos demonstraram apoio e ajudaram me com a transcrição dos resultados.

Ao Projeto Social Ganhando Almas, projeto de futebol de campo em que pude conhecer grandes meninos e meninas que com todas as forças escolheram sonhar. Agradeço aos meu dois grandes amigos que fiz neste lugar: Márcio Roberto (treinador) e Rafael Fernandes (companheiro de time). Seus sonhos serão alcançados!

Agradeço grandemente ao meu orientador Marcelo Gantos por toda compreensão e auxílio neste trabalho. Seus direcionamentos e instruções foram essenciais para a conclusão deste trabalho. Profissional atencioso e compreensível, sempre disponível e pronto a ajudar. O argentino mais gente fina que conheci. Amante de futebol e torcedor fanático do Boca...ops, River! Quero levar sua amizade pra vida, pois sei que em todo tempo, não só academicamente, o senhor torceu por mim e pela minha família!

Agradeço aos professores do Programa, que ricamente e com excelência transmitiram o melhor de suas formações. Grandes profisisonais!

A coordenadora do programa, Prof. Denise Terra, sempre preocupada em nos ofertar o melhor curso e atender as demandas de todos. Agradeço a nossa querida secretária do programa, Ana Paula, prestativa e atenciosa a todo tempo.

A Nilza, guerreira e protagonista na luta pelo fomento da economia solidária na região. Com muita atenção me recebeu e facilitou o acesso as informações para a condução da pesquisa. Admiração é a palavra que resume todo esse tempo de contato.

Aos trabalhadores e bolsistas ligados a ITEP eo Fórum Local de Economia Solidária de Campos, sem a colaboração de todos vocês não seria possível prosseguir com esta pesquisa. Toda atenção, carinho e aprendizado que tive no decorrer deste período serão carregados dia após dia.

Por fim, agradeço a UENF. Instituição que me abriu horizontes e caminhos, na qual me possibilita vislumbrar o melhor na minha vida profissional. Nela fiz boas amizades e tive uma formação de excelência, obtendo mais lucidez, sabedoria e resiliência.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Plantação de hortaliças na localidade de Cambucá.....	105
Figura 2-	Plantação de abobrinha, aipim e maxixe na localidade de Aleluia.....	106
Figura 3-	Cultivo de mamão na localidade de Aleluia.....	106
Figura 4-	Bolsista da ITEP acompanhando o cultivo de mandioca na localidade de Aleluia.....	107
Figura 5-	Trabalhadores do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé na Feira Bem Viver.....	108
Figura 6-	Sala de reuniões e aprendizado dos integrantes no Polo Agroecológico do Imbé.....	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Distribuição temporal do nascimento de Empreendimentos de Economia Solidária em Campos Dos Goytacazes.....	68
Gráfico 2-	Relação entre EES novos e revisitados.....	70
Gráfico 3-	Caracterização do produto oferecido pelo trabalhador.....	80
Gráfico 4-	Tempo de vínculo do empreendedor com a ITEP.....	87
Gráfico 5-	Forma como os empreendedores conheceram a ITEP.....	88
Gráfico 6-	Principal fator que motivou a inserção do trabalhador na Economia Solidária.....	89
Gráfico 7-	Principais dificuldades percebidas antes de receber o apoio da ITEP.....	90
Gráfico 8-	Principais dificuldades percebidas após receber o apoio da ITEP.....	91
Gráfico 9-	Benefícios que a ITEP trouxe para os empreendimentos.....	92
Gráfico 10-	Percepção por parte dos empreendedores de ações da UENF que ajudaram no desenvolvimento pessoal e do empreendimento.....	93
Gráfico 11-	Grau de importância da ITEP na vida dos empreendedores.....	94
Gráfico 12-	Contato da ITEP para com o empreendimento.....	95
Gráfico 13-	O contato da ITEP em prol do desenvolvimento pessoal.....	95
Gráfico 14-	Pensamento da importância dos trabalhadores com relação a organização dos grupos produtivos, associações ou cooperativas.....	96
Gráfico 15-	Empreendedores que já participaram de organizações coletivas.....	97
Gráfico 16-	Trabalhadores que já realizaram algum curso ofertado pela ITEP/UENF.....	97
Gráfico 17-	Grau de importância dada por parte dos empreendedores para a ativação do Conselho Municipal de Economia Solidaria de Campos dos Goytacazes.....	98
Gráfico 18-	Percepção da influência realizada pela ITEP com relação a opinião sobre a ativação do Conselho Municipal.....	99
Gráfico 19-	Frequência da participação dos empreendedores nas reuniões do FLES/CG.....	100

Gráfico 20-	Percepção da influência realizada pela ITEP para a participação das reuniões do FLES/CG.....	101
Gráfico 21-	Trabalhadores que acompanham as sessões na Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, referentes às discussões sobre economia solidária.....	102
Gráfico 22-	Trabalhadores que acompanham as sessões na Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, referentes às discussões sobre economia solidária, por influência da ITEP.....	103
Gráfico 23-	Percentual de empreendedores que deixariam ou não o trabalho da economia solidária por um trabalho com carteira assinada.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Empreendedores Segundo Sexo.....	61
Tabela 2-	Faixa etária dos empreendedores solidários.....	63
Tabela 3-	Cor autodeclarada pelos empreendedores.....	64
Tabela 4-	Estado civil dos empreendedores vinculados a ITEP.....	65
Tabela 5-	Naturalidade (Município) dos empreendedores solidários.....	65
Tabela 6-	Naturalidade (Estado) dos empreendedores solidários.....	66
Tabela 7-	Atual situação de Trabalho e Renda dos empreendedores vinculados a ITEP.....	67
Tabela 8-	Empreendedores que contribuem com o INSS.....	69
Tabela 9-	Empreendedores que recebem benefícios sociais.....	71
Tabela 10-	Nível de escolaridade dos empreendedores solidários vinculados a ITEP..	71
Tabela 11-	Empreendedores que fizeram cursos profissionalizantes.....	72
Tabela 12-	Renda mensal pessoal sem a economia solidária.....	73
Tabela 13-	Renda mensal pessoal fruto do trabalho da economia solidária.....	74
Tabela 14-	Situação de Moradia dos empreendedores.....	76
Tabela 15-	Moradias que possuem água tratada.....	76
Tabela 16-	Moradias que possuem rede de esgoto.....	77
Tabela 17-	Tipo de vínculo dos empreendedores com a ITEP.....	78
Tabela 18-	Área geográfica de atuação do empreendimento.....	78
Tabela 19-	Empreendimentos que possuem CNPJ.....	79
Tabela 20-	Jornada de trabalho diário na economia solidária dos empreendedores vinculados a ITEP.....	82
Tabela 21-	Forma de locomoção dos empreendedores até os pontos de comercialização.....	83
Tabela 22-	Espaço utilizado para produzir/cultivar o produto.....	84
Tabela 23-	Empreendedores que comercializam em casa.....	84
Tabela 24-	Empreendedores que comercializam em loja fixa.....	85
Tabela 25-	Empreendedores que comercializam nos eventos do FLES/CG.....	85

Tabela 26-	Empreendedores que comercializam nas Redes.....	86
Tabela 27-	Empreendedores que comercializam nos Circuitos Universitários.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes.....	37
Quadro 2-	Casos de inovação social.....	40
Quadro 3-	Classificação das Inovações Sociais.....	42
Quadro4-	As dimensões de análise de uma inovação social de acordo CRISES.....	44
Quadro 5-	Comparativo da renda mensal dos empreendedores antes e depois da inserção na economia solidária.....	75

LISTA DE SIGLAS

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COEP - Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
CODEMCA - Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos
COPPE/UFRJ - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CRISES - Centre de Recherche sur les Innovations Sociales
EcoSol – Economia Solidária
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
FBB - Fundação Banco do Brasil
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FLES/CG – Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
ITEP – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares
LAPOP - Latin American Public Opinion Project
MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social
MTE – Ministério do Trabalho
ONGs – Organizações Não Governamentais
PL – Projeto de Lei
PLC - Projeto de Lei da Câmara
PNES - Política Nacional de Economia Solidária
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF
PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
SEBRAE RJ - Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SINAES - Sistema Nacional de Economia Solidária
SPSS - Statistical Package for the Social Science
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Modelo de Questionário aplicados aos indivíduos participantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários da UENF.....	131
Anexo 2 - Roteiro da entrevista aplicada no Território.....	137

RESUMO

LOPES, Fernando Antônio dos Santos. A economia solidária na extensão universitária: um estudo de caso sobre a atuação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes (RJ): UENF, 2021, p. 156. Dissertação (Mestre em Políticas Sociais). Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são organizações vinculadas às universidades que objetivam a utilização dos recursos humanos destas e o conhecimento nelas produzido para a formação, qualificação e assessoria de trabalhadores no desenvolvimento de empreendimentos autogestionários. Partindo do pressuposto de que a incubação destes empreendimentos por meio de ações de extensão universitária interfere positivamente na dinâmica social das comunidades atingidas oportunizando condições de emancipação social, o presente estudo analisou como as práticas extensionistas desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Empreendimento Populares (ITEP) pertencente a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) localizada em Campos dos Goytacazes – RJ, tendo como objetivo investigar se o apoio prestado pela ITEP/UENF aos empreendimentos econômicos solidários tem relação como uma possível emancipação social dos seus participantes. Esse trabalho tratou a ITEP como objeto e fonte de pesquisa, considerado-a como um espaço formativo e potencial campo de atuação e de transformação da sociedade. Sendo a extensão universitária e a economia solidária os pilares de atuação da incubadora, propondo ações vinculadas ao conceito de inovação social na tentativa de ser um instrumento promotor de emancipação social. A natureza desta pesquisa é quali-quantitativa, dentro de um contexto exploratório e descritivo do processo de institucionalização e formação histórica da incubadora no âmbito da UENF. A metodologia aplicada se compõem em duas etapas: 1) coletas de dados através de registros documentais, fontes orais e informações provenientes da aplicação de questionários de tipo survey, e entrevistas semi-estruturadas aos gestores e empreendedores solidários vinculados a incubadora. 2) Foi realizada uma entrevista semi-estruturada com a coordenadora do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé, resultando em uma análise das dimensões sociais, segundo o modelo de Tardiff e Harisson (2005), dessa ação. Por fim, a pesquisa configurou o perfil socioeconômico dos trabalhadores e constatou que houveram mudanças percebidas pelos mesmos após a intervenção da ITEP/UENF em seus empreendimentos. Observou-se que ao considerar os níveis de participação, autogestão e geração de renda em um empreendimento econômico solidário pode-se constatar mudanças e, possível tomada de consciência do valor do empreendimento e da sua condição de empreendedor solidário que os conduzam a uma emancipação social.

Palavras chaves: extensão universitária, autogestão, inovação social, emancipação social.

ABSTRACT

Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCPs) are associations linked to universities that aim to use these human resources and the knowledge produced in them for the training, qualification and assistance of workers in the development of self-managed enterprises. Based on the assumption that the incubation of these enterprises through university extension actions positively interferes in the dynamics of the affected communities, providing conditions for social emancipation, the present study analyzed as extension practices developed by the Technological Incubator of Popular Enterprise (ITEP) belonging to the State University do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) located in Campos dos Goytacazes - RJ, with the objective of investigating whether the support provided by ITEP / UENF to solidary economic enterprises is related to a possible social emancipation of its participants. This work treated ITEP as an object and source of research, considering it as a formative space and potential field of action and transformation of society. Being the university extension and the solidary economy the pillars of action of the incubator, proposing actions linked to the concept of social innovation in an attempt to be an instrument that promotes social emancipation. The nature of this research is qualitative and quantitative, within an exploratory and descriptive context of the process of institutionalization and historical formation of the incubator within the scope of UENF. The applied methodology consists of two stages: 1) data collection through documentary records, oral sources and information originated from the application of survey type questionnaires, and highlighted semi-structured to solidary managers and entrepreneurs linked to the incubator. 2) A semi-structured interview was conducted with the coordinator of the Agroecological Pole of Quilombos do Imbé, carrying out an analysis of the social dimensions, according to the model of Tardiff and Harisson (2005), of this action. Finally, a survey configured the socioeconomic profile of workers and found that there were changes perceived by them after the intervention of ITEP / UENF in their ventures. It was observed that when considering the levels of participation, self-management and income generation in a solidary economic enterprise, changes can be seen and a possible awareness of the value of the enterprise and its condition as a solidary entrepreneur that leads to social emancipation.

Keywords: university extension, self-management, social innovation, social emancipation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL..	6
1.1.Emancipação Social: conceitos e caracterização	13
1.2.A emancipação social na perspectiva do trabalho emancipado.....	15
1.3.A Economia Solidária como uma nova proposta econômica de socialização	17
1.4.Concepção de desenvolvimento e Economia Solidária	20
1.5.Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): histórico e caraterização	22
1.6.Autogestão: princípio base da economia solidária	25
CAPÍTULO 2 - A UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA: PROTAGONISTA NA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DAS PRÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIAL	28
2.1.Universidade Empreendedora: histórico, conceitos e entraves.....	30
2.2.A economia solidária e as práticas de inovação social via extensão universitária.....	32
2.3.A extensão universitária e a inovação social.....	34
2.4.Inovação social: conceitos e caracterização.....	35
2.5. As Dimensões de Análise de uma Inovação Social.....	42
2.5.1.Dimensão Transformações.....	44
2.5.2.Dimensão Caráter Inovador.....	45
2.5.3.Dimensão Inovação.....	46
2.5.4.Dimensão Atores.....	47
2.5.5.Dimensão Processo.....	48
CAPÍTULO 3 - ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	52
3.1.Tipologia da pesquisa.....	50
3.2.Procedimentos Metodológicos adotados na coleta de dados.....	52
3.3.Metodologia de coleta de dados: questionário survey.....	53
3.4.Entrevista semiestruturada.....	54
3.5.O levantamento documental.....	56
3.6.Metodologia de Análise.....	56
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	58
4.1.O Programa de Extensão Incubadora Tecnológica de mpreendimentos Populares da UENF.....	58

4.2.Perfil Socioeconômico dos empreendedores solidários vinculados a ITEP.....	61
4.3.Perfil da habitação e moradia dos empreendedores solidários vinculados a ITEP.....	75
4.4.Caracterização dos empreendimentos apoiados pela ITEP.....	77
4.5.Caracterização da forma de trabalho.....	81
4.6.Percepção dos indivíduos com relação o apoio prestado pela ITEP.....	87
4.7.As ações da ITEP como proposta de emancipação social.....	96
4.8.As dimensões de Inovação Social na Organização do Território assessorado pela ITEP/UENF.....	104
4.8.1.A experiência do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé.....	105
4.8.2.As Dimensões de Inovação Social do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé.....	108
4.8.2.1.Dimensão Transformações.....	108
4.8.2.2.Dimensão Caráter Inovador.....	110
4.8.2.3.Dimensão Inovação.....	111
4.8.2.4.Dimensão Atores.....	112
4.8.2.5.Dimensão Processo.....	113
CONCLUSÕES	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (EcoSol) é um campo de estudos que acompanha a crescente proliferação de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES). Esses empreendimentos se organizam de diversas formas, como associações, cooperativas, empresas recuperadas e assumidas pelos próprios trabalhadores ou grupos informais de produção caracterizados por seus princípios comunitários. Possuindo a peculiaridade de desenvolverem tanto o sentido empresarial, quanto o sentido solidário (GAIGER, 2003).

Sua abordagem teve início na década de 80 e ganhou força nos primeiros anos do século XXI (BASSO; LEMES e SILVEIRA, 2010). Um tema que, segundo Oliveira e Verardo (2007), apresenta-se como uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social orientado por novos valores culturais e novas práticas de trabalho e relação social.

Recentemente, essa temática foi reconhecida enquanto fenômeno sociológico e acadêmico, tornando-se um novo campo de pesquisa em diversas áreas do conhecimento científico, não se restringindo às ciências sociais e passando a compor o campo de interesses das políticas públicas e sociais no país. Sua unidade básica de análise contempla um amplo conjunto de iniciativas econômicas autogestionárias, que buscam garantir trabalho e renda aos seus associados, conhecida genericamente como empreendimentos de economia solidária (IPEA, 2016).

Dardengo (2015) elucida em seu trabalho, a defesa dos teóricos pró economia solidária seguindo o argumento de que a lógica dos EES se difere da praticada nas convencionais empresas capitalistas. Os defensores se baseiam na condução da economia solidária a partir dos “princípios cooperativistas e solidários, em muitos EES a autogestão suprime a heterogestão, a democracia supera a ditadura do capitalista/patrão e a coletividade se sobressai frente o individualismo” (DARDENGO, 2015, p.3).

Estes elementos apresentam os pontos fortes e suficientes que podem implicar na possibilidade na emancipação das condições impostas pela lógica do mercado. No entanto, se faz necessário interrogar se esses elementos apontados como fatores emancipatórios são suficientes para tratar a economia solidária como possível promotora da emancipação do trabalhador e resultar na desalienação plena do mesmo.

Segundo Dardengo (2015, p. 6), “se a alienação econômica é a origem das outras formas de alienação e da desumanização e o trabalho é a categoria fundante do ser social, qualquer proposta emancipatória perpassa pela emancipação do próprio

trabalho”. Seguindo esse pressuposto pode-se considerar o trabalho emancipado como o trabalho que já superou a alienação. Neste caso, o trabalhador tem domínio do processo produtivo e dos produtos frutos do seu próprio trabalho, reafirma sua sociabilidade e tem entendimento de todas as relações sociais e naturais incorporadas ao processo de produção social. Todavia, parte do processo em busca da emancipação plena dá-se quando o trabalhador contribui conforme sua capacidade e obtém o da sociedade de acordo com a sua contribuição.

O tema central desta pesquisa está focado na análise da experiência da institucionalização dos EES na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). A pesquisa e seus resultados visam conhecer, problematizar e elucidar pontos importantes da relação universidade, via extensão universitária atravessando a questão da inovação social e a dinâmica do trabalho inserida no ambiente da economia solidária.

Dentre as principais ações das universidades públicas, no que refere-se à participação nesta diretriz política à atuação extensionista no estímulo à criação e gestão dos empreendimentos econômicos solidários (EES), pode-se destacar a criação e o funcionamento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Idealizadas de forma inovadora, buscam a inserção de grupos sociais excluídos econômica e socialmente, condicionando-os à uma melhora na própria qualidade de vida, através de uma inclusão produtiva.

Nesse sentido, esta pesquisa propõe a realização de um estudo de caso focado na análise da experiência de uma das ações programáticas extensionista vinculada a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF: a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da UENF (ITEP), instituída em 2007 com o objetivo de compartilhar conhecimentos e transferir tecnologias desenvolvidas na Universidade para a população e seus empreendimentos populares.

Esse trabalho aborda centralmente o estudo da ITEP concebida como objeto e fonte de pesquisa desta dissertação. A mesma surge como um programa de extensão universitário¹ sendo considerado como um espaço formativo e potencial campo de atuação e de transformação da sociedade. Nesse marco a extensão universitária e a economia solidária são os pilares de atuação da incubadora, propondo ações vinculadas

¹ Trata-se de um conjunto articulado de projetos e outras ações de Extensão (Cursos, Eventos, Prestação de Serviços), preferencialmente integrando as ações de Extensão, Pesquisa e Ensino. Tem caráter orgânico- institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo. Necessariamente, conta com aproximação dos proponentes, conciliando ações sob a forma de reuniões, seminários temáticos ou outras formas que possibilitem estabelecer mecanismos de gestão conjunta. A indução institucional far-se-á presente sempre, seja no direcionamento a editais públicos, no apoio financeiro seletivo, como ocorre, por exemplo, através de alocação de bolsistas de extensão, uma vez definidas diretrizes e de acordo com a política de Extensão.

a perspectiva da inovação social na tentativa de ser um instrumento promotor de emancipação social.

O fator motivador da escolha da ITEP para o estudo de caso está ligado à proposta pensada pelo grande idealizador da UENF, Darcy Ribeiro. Segundo o antropólogo, a missão da UENF seria “adornar-se, cultivar e ensinar a ciência e as tecnologias de ponta, que constituem o patrimônio cultural maior da humanidade, para colocá-las a serviço da modernização e do progresso econômico e social da região e do Brasil” (RIBEIRO, 1993, P.16).

O Plano Orientador da “Universidade do Terceiro Milênio” destaca a conexão entre os saberes científicos e tecnológicos às demandas emergentes da sociedade local. A junção de conhecimentos inéditos derivaria em novos campos da ciência. A expectativa era quanto à “intervenção modernizante” da Universidade para o alcance da viabilidade econômica de setores produtivos locais na condição da qualificação tecnológica a ser refletida no aumento de rendimentos, permitindo a entrada de tais setores no mercado (MIGLIEVICH RIBEIRO e SILVA Jr, 2008).

Partindo do pressuposto que a inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão, o famoso tripé da Extensão, proposto à UENF por Darcy, encontrou mais um locus de expressão na criação em uma incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária. O fomento à intervenção em processos de incubação dos indivíduos participantes dos EES (extensão), na produção de conhecimento (pesquisa) e na formação de estudantes e de profissionais (ensino).

A hipótese desta pesquisa se baseia na premissa de que a incubação de EES através da indução e gestão de projetos e programas de extensão universitária pode cumprir um papel decisivo no desenvolvimento comunitário com capacidade de intervenção direta. Influenciando o comportamento e a dinâmica social de diversas comunidades promovendo e fortalecendo o debate qualificado sobre aspectos como a inovação e emancipação social.

Esse panorama evidencia para a universidade alguns desafios, dentre eles: como efetivar o desenvolvimento e a transferência de metodologias e tecnologias em uma área inovadora (que envolve elementos da cidadania e de cooperação) e como formar profissionais competentes para a implementação e permanência dessas práticas emergentes. Por outro lado, visualiza-se também na relação do universo acadêmico com os setores populares, oportunidades que podem ser geradas com a capacidade de ação dos sujeitos sociais no sentido de construção de uma economia alternativa além do econômico (ARAÚJO, 2008).

Apresenta-se como objetivo mais ambicioso deste estudo investigar a efetividade da ITEP/UENF. Se o apoio prestado pela incubadora aos empreendimentos econômicos solidários vinculados, através da carta de adesão, e a adoção de ideias e a utilização de práticas de ações de inovação social, tem sido eficaz e promovido efetivamente a emancipação social dos seus participantes. E sendo observável esta mudança que tipo de emancipação estamos falando? Para dar resposta a estas questões partimos de uma abordagem metodológica que se figura como um “mosaico” de técnicas quali-quantitativas²; que foram desenvolvidas e aplicadas em etapas.

A pesquisa se valeu de métodos e técnicas de coletas e leituras de dados como: revisão bibliográfica; análise documental; observação participante; aplicação de questionários do tipo survey aos sujeitos participantes dos EES; realização de entrevistas semiestruturadas junto aos gestores da ITEP e do Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes (FLES/CG), à coordenadora geral do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé.

A dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos, privilegiando a abordagem transversal dos seguintes temas: Economia Solidária, Emancipação Social, Extensão Universitária e Inovação Social.

O capítulo 1 trata as conceituações do termo Economia Solidária, sua trajetória histórica e política diante do sistema capitalista, sua perspectiva de através do trabalho emancipado promover a emancipação social dos indivíduos que a compõem.

A primeira seção discorre a trajetória histórica da construção do termo emancipação social por parte de diversos teóricos, além, da abordagem das condições e dimensões atuais atribuídas ao processo emancipatório. A segunda seção traz os conceitos, princípios e a trajetória histórica e política da economia solidária no contexto macro e, a sua inserção como uma economia alternativa. A terceira seção, por sua vez, realiza uma conceituação e caracterização dos empreendimentos econômicos e solidários (EES) com ênfase na UENF.

O capítulo 2 apresenta as peculiaridades e a importância da Extensão universitária, do ponto de vista, da condição de agente promotora da inovação social que a universidade tem. Para isto, foi utilizado como referência o conceito da Universidade Empreendedora. Na primeira seção ainda foi feita uma interface conceitual entre a extensão universitária e inovação social. Na segunda seção, houve um aprofundamento relacionado ao tema para tratar conceitos e as suas dimensões.

² Gunter (2006) concebe o processo de pesquisa como um mosaico: “que descreve um fenômeno complexo a ser compreendido é fácil entender que as peças individuais representem um espectro de métodos e técnicas, que precisam estar abertas a novas idéias, perguntas e dados. Ao mesmo tempo, a diversidade nas peças deste mosaico inclui perguntas fechadas e abertas, implica em passos predeterminados e abertos, utiliza procedimentos qualitativos e quantitativos (GÜNTHER, 2006, p. 202).

O Capítulo 3 apresenta e descreve os aspectos metodológicos e as técnicas adotadas na pesquisa assim como as etapas de investigação. Contendo o cálculo amostral que definiu o número de questionários aplicados aos integrantes participantes dos EES, sendo o público da pesquisa os trabalhadores de grupos informais que possuem caráter comunitário. Na ITEP, esses trabalhadores participam do processo de incubação do berçário de empreendimentos solidários, neste caso, foram incluídos na pesquisa os indivíduos que participaram no mínimo uma vez das reuniões do Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes, no período de 2018 a 2019, ou, que comercializam seus produtos atualmente nos Circuitos Universitários, Redes Agroecológicas ou participam das organizações dos Territórios. Este capítulo, segue com a descrição da metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados. Com relação a coleta de dados, além do questionário do tipo survey, foram utilizadas entrevistas semi estruturadas.

Com relação a análise, além da documental, o trabalho adotou o Modelo elaborado por Tardif e Harrisson (2005) que foi escolhido por ter sido desenvolvido no CRISES, o maior centro de referência em pesquisas sobre as inovações sociais no Canadá. Cujo objetivo é considerar as seguintes dimensões para a análise da atuação da ITEP: a) novidade e caráter inovador da inovação; b) objetivo da inovação; c) processo de desenvolvimento da inovação; d) relações entre atores e estruturas; e) restrições ao desenvolvimento da inovação

O capítulo 4 apresenta os Resultados e Discussões obtidos através da pesquisa, nele concentram-se as informações obtidas que atendam os objetivos específicos propostos por esse trabalho, são eles:

- Elaborar o perfil socioeconômico dos sujeitos participantes das atividades e do programa de incubação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da UENF;
- Identificar se os trabalhadores perceberam mudanças em suas vidas ligadas ao fato de estarem nesses empreendimentos auxiliados pela ITEP, e assim sendo, relatá-las;
- Estabelecer a relação das ações propostas pela ITEP com os conceitos de inovação social e emancipação social.

Por fim, temos as considerações finais construídas com base nos resultados e discussões desta pesquisa e, as referências bibliográficas dos trabalhos e autores que embasaram toda fundamentação teórica desta dissertação.

CAPÍTULO 1 - A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL

A força de trabalho ao ser tratada como uma mercadoria permitiu o surgimento do operariado enquanto classe e condicionou a possibilidade de hegemonia política do capital, mediante a extinção do feudalismo. Enquanto no feudalismo a classe trabalhadora era propriedade da classe exploradora, no capitalismo, a proposta passa a ser: libertar os trabalhadores da terra, ou seja, desapossá-los para que se tornem duplamente dependentes do capital (CODO, 1993). O homem no cenário do capitalismo passa a viver na condição de homem livre, no entanto, lhe são retirados o seu trabalho e as posses dos meios de produção (CODO, 1993). Em meio a esse novo cenário de “liberdade”, este indivíduo passa a vender a sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção como opção de sobrevivência.

O sistema capitalista promove a divisão da sociedade em classes, confirmando a exploração social e econômica dos trabalhadores. Considerando do ponto de vista social, os trabalhadores tornam-se inevitavelmente subordinados aos mecanismos econômicos. A submissão às hierarquias apresenta-se como prática intrínseca ao modo de produção capitalista (MARQUES, 2006).

As profundas transformações geradas a partir da terceira revolução científica e tecnológica, a qual apresentava condições técnicas que já permitiam uma nova lógica de organização do trabalho (autonomia coletiva, diminuição da jornada de trabalho, etc.) não perpetuaram como características predominantes nesse sistema, pelo contrário, o que se pode ver na realidade concreta do capitalismo atual é a expansão do trabalho precário, sem direitos e proteção, aumentando a exclusão e desigualdade social de um quantitativo cada vez maior de pessoas no mundo todo (ANTUNES, 2000). Cenário este, que reafirma a importância das discussões acerca do lugar e condições do trabalho na vida do ser humano.

Este trabalho, destaca como foco central a tentativa de efetivação de uma prática de trabalho emancipado que supere as condições impostas pela lógica da organização capitalista de produção. Por isso pretende-se deter na temática referente às formas de organização do trabalho oriundas deste contexto de transformações e das suas perspectivas futuras, isto é, como resultado da crise da “sociedade salarial” (CASTEL, 1998).

A partir de relações conduzidas por valores e princípios como a solidariedade, cooperação, equidade, democracia, autonomia e autogestão se apresenta a

possibilidade da construção de uma perspectiva de efetivação do trabalho emancipado, que vai ao embate à lógica do trabalho subordinado e alienado (MARQUES, 2006). Para Castanheiras e Pereira (2008), a economia solidária e a prática da autogestão estão necessariamente ligadas à ação coletiva e as motivações que a orientam. Tanto a economia solidária, quanto a autogestão, possuem premissas e proposições não vinculadas aos pressupostos capitalistas e, exigem a adoção de novos valores e conceitos que não são pautados somente pela questão econômica.

“A ação coletiva ultrapassa o patamar da satisfação de interesses comuns, buscando alcançar algo maior, como o bem-estar social de todos e para todos, o que contrapõe toda a lógica utilitarista preponderante” (CASTANHEIRAS e PEREIRA, 2008, p.117). As relações não podem mais serem estabelecidas nos mesmos preceitos racionais vigentes da ordem burocrática do capitalismo. Segundo os autores, deve-se enxergar a economia solidária como uma nova proposta de um modo de produção que cada empreendimento, dentro dos princípios solidários e autogestionário, pode pertencer à vanguarda de um processo de transformação social. (CASTANHEIRAS e PEREIRA, 2008)

O projeto coletivo da economia solidária constitui um fenômeno bastante complexo na medida em que a dimensão econômica tende a estar subordinada às dimensões sociais, políticas ou culturais, como um meio para a realização das mesmas. Enfatizando práticas e valores pouco experimentados no sistema capitalista, a economia solidária ultrapassa as questões relativas ao mercado de trabalho ou às lacunas deixadas pelo Estado, e define uma nova concepção das esferas econômica e social (CASTANHEIRAS e PEREIRA, 2008).

Todavia, estas experiências apresentam problemas que persistem, dentre eles: o enfrentamento de uma cultura enraizada na subordinação e submissão no trabalho, além das dificuldades desses indivíduos inserirem os seus empreendimentos em um contexto econômico tão competitivo e monopolizado. Diante desse contraste de sistemas, Singer (2005) afirma que a prática da economia solidária requer que os indivíduos formados no sistema capitalista sejam expostos a um processo de reeducação coletiva, para que vivenciem em conjunto a transição da forma competitiva à cooperativa de organização.

Este trabalho busca a compreensão deste processo como uma totalidade concreta, dentro de um contexto de luta histórica da classe trabalhadora, para isso procurou-se analisar o conceito de emancipação social. Seguindo o pressuposto de que “a concretização de uma sociabilidade emancipada passa, fundamentalmente, pela

efetivação do trabalho emancipado que somente tem sentido no contexto da perspectiva de uma nova sociabilidade” (MARQUES, 2006, p.14).

Foi a partir do pensamento Iluminista que surgiu a temática da emancipação social e, posteriormente, da modernidade. Porém, os conceitos de liberdade e emancipação dos homens adquiriram significados distintos ao longo do tempo, desde a antiguidade até os dias de hoje tem apresentado variadas conceituações, desde os autores que defendem a sua viabilidade e a inevitabilidade da busca por uma sociedade emancipada até os que afirmam sua impossibilidade (HARVEY, 2005). David Harvey, no seu estudo sobre a pós-modernidade, afirma que:

o projeto da modernidade surge durante o século XVIII, como um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas pra desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas. A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária (HARVEY, 2005, p.23).

Segundo o autor esse conjunto de expectativas de caráter universal que a modernidade traz, enquanto possibilidade de emancipação para todo homem, implica na crença que na racionalidade e na ciência caminhos seriam abertos para um futuro de liberdade para a humanidade. Isto é, que o avanço das formas racionais de organização social permite a libertação das irracionalidades da religião, do mito, da superstição e do uso arbitrário do poder (HARVEY, 2005).

Harvey (2005), a partir de um balanço do século XX, afirma que alguns momentos de retrocesso humano comprometeram o avanço do projeto iluminista.

o século XX com seus campos de concentração, militarismo, duas guerras mundiais, ameaça de aniquilação nuclear, a experiência de Hiroshima e Nagasaki, enterrou as perspectivas do projeto moderno de sociedade emancipada, criando a suspeita de que o projeto iluminista estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana (HARVEY, 2005, p.23).

Para Santos (2002), esse projeto de emancipação tornou-se umas das promessas frustradas da modernidade, ainda que já fosse possível para o homem alcançá-lo. O autor afirma que ainda que se tenha condições técnicas para o cumprimento dessas promessas da modernidade ocidental, como a da liberdade, solidariedade e igualdade, nunca se estiveram tão distantes de serem cumpridas como hoje. As mesmas compõem a base do que se denominou por emancipação social.

A promessa emancipatória da modernidade ao não ser alcançada favoreceu o surgimento de argumentos que defendem a impossibilidade da emancipação (HARVEY, 2005). O autor destaca que Weber, por exemplo, afirmava que as teses Iluministas eram

apenas uma irônica ilusão, na medida que ao ser compreendido, o legado Iluminista que tem como base a ligação entre ciência, racionalidade e liberdade universal, “acabou sendo o triunfo da racionalidade proposital instrumental, com todas as suas consequências, ou seja, à criação de uma jaula de ferro da racionalidade burocrática da qual não existem possibilidades de escapar” (HARVEY, 2005, p.25).

A pesquisa seguiu uma linha de resposta em relação às possibilidades da emancipação social, seguindo às premissas para a realização deste projeto emancipatório, para isso, utilizou-se as referências do pensamento moderno que ainda permanecem legítimos, ou seja, através das bases e princípios que possibilitem a tentativa de se pensar sobre essa temática.

Elísio Estanque (apud Marques, 2006), a partir da perspectiva de Ernesto Laclau, aponta o processo emancipatório como um conjunto de dimensões.

- **dimensão dicotômica**, característica por sua contestação à ordem social;
- **dimensão holística**, pois busca encontrar possibilidades em todos os domínios da vida social;
- **dimensão transcendente**, visa a extinção do poder;
- **dimensão anti opressiva**, direcionada à eliminação de qualquer mecanismo opressivos que impeça o livre desenvolvimento de algo;
- **dimensão libertadora**, porque rompe com os mecanismos de dominação e opressão;
- **dimensão racional**, porque obedece ao princípio de uma racionalidade absoluta capaz de ver o real para além da positividade opaca de que se reveste.

Cattani (2006, p.44) apresenta uma definição de emancipação social alinhada ao conceito de autonomia, quando a mesma “compõe o imaginário libertário e impulsiona, de forma espontânea ou induzida, as reivindicações e as práticas que se opõem às normas arbitrárias, às hierarquias opressoras e à racionalidade produtivista privada”, neste caso, se distingue da autonomia individual. O autor ressalta que a emancipação social é resultado da autonomia coletiva que decorre da:

apropriação coletiva, da descentralização e da participação consciente no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural. A organização da sociedade segundo os princípios da autonomia popular implica o associativismo livre, fundamentado na igualdade dos indivíduos, que a ele aderem de forma voluntária, consciente e contratual [...] (CATTANI, 2006, p.44).

Santos (2002) novamente aborda a problemática no que se refere a

globalização, no que diz respeito à atualidade da temática emancipação. O mesmo destaca a existência de questionamentos, por parte da globalização neoliberal, direcionados às ações e pensamentos que sustentaram e mantiveram os princípios modernos da emancipação.

O aumento do desemprego no mundo globalizado representa um problema ainda menor com relação a deteriorização das relações de trabalho, que por sua vez promove a exclusão social. A ética da individualidade e a exclusão são princípios aceitos pela lógica neoliberal. Diante disso, condicionar a inclusão de um grande quantitativo da população a ter acesso às políticas sociais representa, hoje, um grande desafio para os movimentos civis organizados, utilizando como estratégia de mudança a postura ética e compromisso social, indo ao embate contra à ética do individualismo (SINGER, 2005).

Boaventura de Sousa Santos (2002), associa a globalização neoliberal a estrutura de classes vigente ligadas às empresas multinacionais pactuadas com a burguesia estatal e a elite capitalista. Segundo o autor, esse arranjo mundial estende seu controle e exploração as camadas populares em todo o mundo, provocando o aumento da desigualdade. Suas implicações vão além da esfera econômica, interferindo também nas esferas sociais, culturais e políticas no sistema mundial.

Entretanto, o autor afirma que a hegemonia desse novo projeto de acumulação de capital, não é o único, pois tem sido confrontado por projetos contra-hegemônicos compostos por movimentos e organizações sociais que almejam a construção de um mundo melhor, ou seja, buscam uma “globalização alternativa”. Por meio dessa “outra globalização” será possível realizar uma “reinvenção da emancipação social”. O embate entre essas duas concepções de globalização ganha mais força nos países considerados periféricos ou semi-periféricos, pois os potenciais e limites para a emancipação estão mais explícitos (SANTOS, 2002).

As concepções antagônicas no que diz respeito ao conceito de emancipação social permitem identificar de um lado as com valores hegemônicos, como a concepção liberal embasada nos pressupostos da liberdade individualista e que fazem parte da base ideológica do neoliberalismo e, de outro, as ideias que apresentam uma característica contra-hegemônica fundamentada na igualdade e na busca por superar as relações capitalistas, ou seja, a emancipação social (MARQUES, 2006).

Webster e Lambert (2005) seguindo a perspectiva da emancipação liberal, a qual é caracterizada por seu caráter individual definem que a:

emancipação humana é conseguida quando os mercados são liberalizados no seio das nações, através da limitação do papel do Estado e da facilitação do

livre comércio, o resultado seria o estímulo à competição, promoveria simultaneamente o crescimento econômico e humano (WEBSTER e LAMBERT, 2005, p. 82).

Ou seja, por meio deste processo liberal os indivíduos teriam condições de alcançar sua emancipação, pois tais condições gerariam oportunidades para que cada indivíduo alcançasse suas pretensões (WEBSTER e LAMBERT, 2005). Essa linha segue uma dinâmica que se baseia na ação de indivíduos “livres e competitivos”, resultando em relações sociais que se estabelecem a partir de interesses e anseios pessoais, cuja concepção direciona para uma sociedade que não precisa buscar uma emancipação social (WEBSTER e LAMBERT, 2005).

Segundo Webster e Lambert (2005), ideologia essa, que além de promover a descrença na viabilidade de uma outra forma de sociabilidade, perpetua valores como o da competição individualista, isto é,

em vez de se empenharem na luta pela emancipação social, os indivíduos forçam o corpo, a mente e o espírito, aceitando qualquer sacrifício de modo a assegurar a realização de um novo ideal – o de ser o primeiro no mundo” (WEBSTER e LAMBERT, 2005, p. 83).

No entanto, todos os que não aceitaram essa lógica no decorrer da história apresentaram a busca pela emancipação social como sentido de luta, por exemplo, o movimento operário. Segundo alguns teóricos, tais movimentos só nascem mediante a existência de uma forte visão de futuro que gera uma expectativa emancipatória, ou seja, crença num futuro diferente. Como exemplo maior, tem-se o marxismo. Movimento que surgiu na Europa que aperfeiçoou essa visão e deu origem a um sentimento de transformação social (WEBSTER e LAMBERT, 2005).

Marques (2006), em seu trabalho faz menção as proposições utilizadas pelos teóricos marxistas, Kautski e Bebel, que popularizaram a teoria marxista.

A primeira proposição afirmava que o sistema capitalista é injusto e que por isso a igualdade jurídica esconde a verdadeira desigualdade. A segunda proposição identificava que os capitalistas ‘enganam’ os trabalhadores, apropriando-se de muito mais do que pagam em salários e outros custos de produção, sendo esta apropriação a fonte de riqueza e poder da classe capitalista. A terceira proposição indicava que a história se desenrolava por fases transitórias, e, por fim, a proposição segundo a qual os trabalhadores constituem uma classe homogênea. Apesar das claras diferenças existentes, todos os trabalhadores partilhavam da mesma luta pela melhoria das suas condições e por uma igualdade real, não apenas formal. Nesse sentido, para serem bem-sucedidos, os trabalhadores têm que se organizar em sindicatos e partidos políticos que pugnem por esses objetivos” (MARQUES, 2006, p.18).

As proposições marxistas foram cruciais para o processo de organização da classe operária no princípio do capitalismo industrial, apontando para um futuro de lutas e proporcionando crenças que promoveram um movimento social que visava a transformação do cenário em que viviam (WEBSTER e LAMBERT, 2005).

A construção teórica de Marx é a principal referência utilizada pela tese que defende a emancipação econômica como condição da emancipação social. Este argumento utiliza o pressuposto central da análise materialista da história, isto é, o entendimento do processo histórico fundamentado no modo de produção dos homens, o que produzem e sobretudo como produzem, bem como as relações sociais e políticas resultadas deste processo (MARQUES, 2006).

Segundo Harvey (2005), Marx, além de apresentar um diagnóstico do capitalismo, buscou construir um projeto político de transformação deste sistema visando a consolidação de uma sociedade emancipada. Marx tinha como objetivo a transformação de um pensamento utópico numa ciência materialista, evidenciando que a emancipação humana tinha condições de surgir a partir da lógica de classe do desenvolvimento capitalista (HARVEY, 2005).

Ao fazê-lo, concentrou-se na classe trabalhadora como agente da libertação e da emancipação humana precisamente por ser ela a classe dominada da moderna sociedade capitalista. Só quando os produtores diretos tivessem o controle do seu próprio destino, argumentava ele, poderíamos alimentar a esperança de substituir o domínio e a repressão por um reino de liberdade social (HARVEY, 2005, p. 25).

A compreensão de visão do homem marxista enfatizava em se ter o controle do próprio destino. Segundo Marx, o ser humano “ao produzir a sua existência e criar a consciência do seu ser social, supera a individualidade fechada dos animais e torna-se ser-genérico, universal e livre” (MARX, 1996, p. 27). Todavia, a circunstância de trabalhador assalariado no capitalismo mostra-se no trabalho e na divisão do trabalho, impossibilitando que o ser humano se efetive como indivíduo.

Seguindo essa interpretação da modernização capitalista e da sua lógica de funcionamento, a crítica marxista ao modelo de produção capitalista concentra-se na alienação como oposição a emancipação humana, ou seja, a crítica ao trabalho alienado se dirige à crítica da alienação (HARVEY, 2005).

Marx apontava a emancipação como algo necessário para se alcançar a liberdade de todos os homens, a partir do “reconhecimento do reino da liberdade (afirmação como sujeito e minimização como objeto), como marco dos homens em seu processo de superação da condição alienada e alienante da sociedade capitalista” (MARQUES, 2006, p. 20). Ou seja, o marxismo reconhece sujeitos concretos, enquanto a concepção liberal aborda indivíduos abstratos (MARQUES, 2006).

Marx, defendia que a emancipação se dava à medida que as barreiras a liberdade vão sendo eliminadas, a partir da junção de homens e mulheres aptos de transformar sua força social em política:

[...] só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver conhecido e organizado suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de ti esta força social como força política [...] (MARX apud MARQUES, 2006, p.21).

É possível identificar no marxismo o conceito de emancipação associado ao de independência econômica, com a participação de todos os indivíduos no mundo do trabalho em escala social com ações vinculadas também à política. Marx, afirmava que para o indivíduo emancipar-se em primeira instância é necessário passar pelo quesito econômico e pela condição de gerenciar sua própria vida, resultando, assim, numa ação política (MARQUES, 2006). “Considerando a emancipação como plenitude da ação política, afetivo-emocional e social, o processo emancipatório constitui-se como uma totalidade de aspectos, dos quais o trabalho produtivo social, na concepção marxiana é prioritário em relação aos demais” (MARQUES, 2006, p. 21).

1.1. Emancipação Social: conceitos e caracterização

O rigor conceitual se faz como elemento primordial na produção científica. Segundo Faria (2017, p. 630) “o conceito é uma representação abstrata da realidade, permitindo, pela sua correção e profundidade, a identificação de fenômenos iguais ou semelhantes, tanto quanto a distinção entre fenômenos similares ou diferentes.” Quando o assunto abordado é emancipação não existe uma única tentativa de conceituação ou algum teórico que seja unânime no assunto.

Inúmeros trabalhos criticam o modo de vida da sociedade, utilizando como marco inicial de análise o período desde a revolução industrial, considerando essa conjuntura história de exaltação do capital e o uso das pessoas para a acumulação indiscriminada de poder e riqueza. Nesse sentido, as críticas ao sistema costumam se concentrar na acumulação de capital, na alienação do homem e na exploração do homem pelo homem (PINHEIRO e CANÇADO, 2013).

Na tentativa de construção do conceito de emancipação o trabalho propõe uma análise de sua semântica. O verbo emancipar é oriundo do termo latino *emancipare* (fora de, não mais) e de *mancipium* (escravo, indivíduo dependente) (CATTANI et al., 2009). Nesse sentido, é emanado um significado de alforria ou interrupção de autoridade de alguém sobre um outro alguém. Segundo o autor, emancipar está ligado à liberdade concedida, adquirida ou conquistada (CATTANI et al., 2009)

A participação é vista como fator fundamental para a construção de uma sociedade emancipada, sendo necessário o estímulo das formas de participação à

comunidade para a formação de cidadãos emancipados. Marx (2005, p.22) diz que “a emancipação só acontece de fato quando o cidadão exerce seus direitos políticos, que tem por essência de conteúdo a participação na vida da comunidade”.

Pinheiro e Cançado (2013) trazem a perspectiva apresentada por Paulo Freire da maturidade como condição básica para se alcançar a emancipação.

Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E quanto mais imaturas, politicamente, estejam elas (rurais ou urbanas), tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras que não podem querer que se esgote seu poder. (FREIRE apud PINHEIRO e CANÇADO, 2013, p. 77).

A base da construção do conceito de emancipação conduz ao debate da vida em sociedade: não é possível emancipar-se na solidão. Nesse sentido, conceitos como Emancipação e Emancipação Social, por vezes, são colocados como sinônimos. Segundo Cattani (2006, p. 44), “a realização e o discurso da autonomia no seu sentido coletivo [são] também identificados sob o conceito de Emancipação Social”.

Para Adorno (1995), ao se tratar do capitalismo a discussão é conduzida ao debate referente o nível de conhecimento, formas de participação e maturidade das pessoas. Considerando como fator principal o esclarecimento, a consciência que o ser humano tem de si mesmo e da realidade como fundamento que compõe o processo de emancipação.

Segundo o autor a emancipação trata-se de uma transformação que aponta algumas perspectivas que não podem ser criadas por um perfil estático, ou seja, em uma pessoa ou um grupo com características em comum, não é possível classificá-los por status social, renda ou etc. Por isso, “emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade. Mas a realidade sempre é simultaneamente uma comprovação da realidade, e esta envolve continuamente um movimento de adaptação” (ADORNO, 1995, p. 143).

A sociedade conduzida pelo capital trata as pessoas como meio visando a obtenção de lucro. Enquanto esses indivíduos se encontrarem inertes a essa conjuntura, qualquer tentativa de mudança será frustrada, até mesmo na busca por autonomia e a emancipação (PINHEIRO e CANÇADO, 2013).

A sociedade, tal como ela existe, mantém o homem não-emancipado, mas qualquer tentativa séria de conduzir a sociedade à emancipação é submetida a resistências enormes, e porque tudo o que há de ruim no mundo imediatamente encontra seus advogados loquazes, que procurarão demonstrar que, justamente o que pretendemos encontra-se há muito superado ou então está desatualizado ou é utópico. (ADORNO, 1995, p. 185).

Todavia, o ser emancipado tem condições de criticar a realidade, se inserindo socialmente visando a transformação da realidade. Ou seja, a participação é resultado

natural do ser emancipado (PINHEIRO e CANÇADO, 2013). Sabe-se que existem diversas motivações que implicam na participação do indivíduo, por exemplo, interesses profissionais, econômico e etc., porém a participação é tratada aqui segundo a perspectiva de Pinheiro e Cançado (2013, p.81), como “posicionamento da pessoa orientada para a transformação social que beneficie o coletivo, na perspectiva do Interesse Bem Compreendido.”

Os autores alinhados a essa definição de participação apontam a emancipação como “resultado da consciência crítica daquele que busca a transformação da realidade, visando o benefício coletivo (Interesse bem Compreendido), em função de uma participação ativa, traduzida em ações organizadas e, portanto, eficazes.” (PINHEIRO e CANÇADO, 2013, p. 81)

Tenório (2007, p.25) avalia o conceito de emancipação como o comportamento de uma pessoa enquanto cidadão, e por cidadão entende-se “aquele que atua como protagonista na sua comunidade por meio do diálogo e não do monólogo, do interesse comum e não do individual, da res pública (coisa pública) e não da res privacta (coisa privada)”.

Os conceitos de Emancipação Social e Cidadania são vistos como sinônimos pelo autor, seguindo o argumento de que um indivíduo emancipado compreende e relaciona-se com o seu contexto social que também pode ser utilizado para cidadania. Para o autor “o cidadão é aquele que entende que o bem-estar da sua comunidade política, do seu município, do seu local, enfim do seu território, depende da responsabilidade coletiva” (TENÓRIO, 2007, p. 44). A consciência crítica se faz necessária para que o homem possa lograr o status de cidadão e estar em concordância com o processo de Emancipação (PINHEIRO e CANÇADO, 2013).

1.2. A emancipação social na perspectiva do trabalho emancipado

A partir dos anos 70 com a crise estrutural do regime de acumulação do capital ocorreram profundas transformações na forma de organização do trabalho. As economias latino-americanas foram afetadas, dentre os principais impactos está o aumento das desigualdades sociais, decorrente o surgimento das políticas neoliberais e a importância maior dado ao setor financeiro com relação o setor produtivo. Resultando no crescimento da exclusão e desemprego, aumentando, assim, o quantitativo de atividades informais (DARDENGO, 2015).

Para Marx (2000) esse processo cria condições para se superar a alienação e emancipar o trabalho, ao se gerar uma alteração na consciência humana a partir da transformação das condições materiais de vida e de produção. Ele defendia que a

implantação de um novo regime que socializava o poder e a propriedade e, também, uma nova forma de organização do trabalho, seriam suficientes para superar a alienação e dá espaço para a realização do indivíduo através do trabalho.

quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades (MARX, 2000, p. 25).

Mézáros (1981 apud Dardengo, 2015) em seu trabalho, A Teoria da Alienação em Marx, salienta que a superação dialética da alienação é resultado de uma revolução social mais abrangente, trata-se de um processo sócio histórico decorrente de conquistas sociais ao longo dos anos, onde cada progresso vai ao embate da alienação ocasionando na geração de uma sociedade nova marcada pelo pensamento de que o trabalho enfim realiza o ser social. Com a realização de uma sociedade em que o trabalhador contribui com o máximo de suas habilidades e consome o que lhe é necessário é possível transcender o trabalho alienado (MARX, 2000).

Os teóricos que argumentam em defesa da economia solidária alegam que, atualmente a proposta da ecosol manifesta o princípio que para Karl Marx seria o pilar do comunismo. A autogestão, onde a cooperativa econômico solidária é gerida pelos próprios trabalhadores que a compõem e o ordenamento democrático que vigora nas relações de trabalho, o que reflete na proposta de uma sociedade em que o trabalhador contribui com o máximo que lhe é possível e toma pra si o necessário. Portanto, a economia solidária possui grande capacidade emancipatória para os que a defendem (DARDENGO, 2015).

Alinhado com a perspectiva marxista, Luiz Inácio Gaiger aponta diferenças do trabalho nos moldes capitalistas em relação as características do trabalho nos EES, pois

[...] as relações sociais de produção desenvolvidas em empreendimentos econômicos solidários são diferentes das formas assalariadas. Embora as formas legais e o grau de inovação do conteúdo das relações também sejam mutáveis e possam passíveis de reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza única, pois alteram o princípio e o objetivo de extrair excesso de trabalho [...] é negável a ruptura que estabelecem com as condições da produção capitalista, demonstrada pela adoção dos princípios básicos da gestão democrática e pela ampla predominância do trabalho realizado pelos mesmos parceiros do empreendimento (GAIGER, 2007, p. 89).

Segundo o autor é dada essa ênfase a cooperação e a autogestão por serem os princípios capazes de transcender as relações de produção capitalistas. Ou seja, a

emancipação social passaria pela prática do cooperativismo associado à autogestão.

A autogestão se trata do “desenvolvimento de relações sociais novas, coletivistas, igualitárias e fundadas em práticas de democracia direta nos espaços da produção e da sociedade em geral” (NOVAES; SARDÁ, 2012, p. 155).

O desenvolvimento de formas associativas em larga escala, ao estender as relações coletivas e igualitárias nos espaços cada vez mais ampliados, rompe com o isolamento e a fragmentação de classe, abole a hierarquia e a disciplina que fundam as relações de exploração e dominação. Esse caráter pedagógico profundo da autoorganização nos coloca diante do problema da auto-emancipação (NOVAES; SARDÁ, 2012, p. 174).

Gaiger (2007) argumenta a favor da condição de promotora de emancipação social da economia solidária, por meio da prática da autogestão. Sem desconsiderar as limitações deste processo.

A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que emprega. Dado que já não é um elemento descartável e como já não está separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, ainda que sejam insuficientes, para uma experiência de vida laboral menos fragmentada; ascende a um novo nível de satisfação, atendendo a aspirações não só materiais ou monetárias (GAIGER, 2007, p. 91)

A economia solidária faz parte da luta histórica dos trabalhadores, que buscavam sua afirmação por meio da autogestão. Para Wirth et al. (2011, p. 205) a economia solidária realiza “a autogestão possível e tem potencial para contribuir com a autogestão necessária, num contexto de unificação das lutas dos trabalhadores rumo a uma sociedade para além do capital”. Neste caso, considera-se a economia solidária como um lugar de lutas e reflexões, que gera oportunidades através da autogestão.

Este trabalho propõe aderir ao conceito de emancipação social elaborado na base da tradição marxiana aqui esboçada sublinhando como característica principal desta condição a questão da superação da alienação. Ou seja, privilegiando nas determinações do processo emancipatório a formação de uma consciência humana por meio do trabalho emancipado atingido a partir da transformação das condições materiais de vida e de produção. Tendo assim, o domínio e conhecimento do processo produtivo, confirmando sua sociabilidade e discernindo as relações sociais e naturais atreladas ao processo de produção social.

1.3. A Economia Solidária como uma nova proposta econômica de socialização

A Economia Social surgiu em concomitância com os efeitos residuais da Revolução industrial. Oriunda do declínio do setor popular, se estabelece em meio aos operários e camponeses num novo cenário democrático de autogestão. Nesse movimento, ganha relevância a conquista de objetivos sociais, sendo a rentabilidade

econômica passada a tratar antes como um meio do que um fim (GAIGER, 2009). Segundo Laville (2009), naquele contexto europeu surgiam uma série de iniciativas marcadas pelo anseio de fundamentar a solidariedade democrática como pilar da economia.

Nos anos 60 as crises econômicas estimularam mudanças expressivas nos modos de vida da população europeia as crises naquela época somadas a uma vontade crescente de transformação social que resultaram no avanço da perspectiva solidária. Em busca de uma concepção mais heterogênea das formas de associação e cooperativas esse movimento promoveu uma sequência de leis associativas e cooperativistas. Por exemplo, na Itália, foram gerados 300.000 novos empregos na década 90, em consequência, desse movimento (LAVILLE, 2009).

Todavia, Gaiger (2009) discorre que no final do século XX a Economia Social sofre um certo declínio o que dá origem ao que foi denominado por Nova Economia Social. Mediante o avanço do regime Estado-Mercado os movimentos sociais de caráter associativo foram perdendo força, resultado das pressões competitivas sofridas por parte do Estado.

Posteriormente, com o fim do Consenso Keynesiano concomitante a crise da regulação da década de 70, surge o termo Nova Economia Social. Gaiger (2009, p. 83) a conceitua como “iniciativas locais no campo dos serviços sociais e de assistência a pessoas necessitadas, novas cooperativas, empresas de inserção, finanças solidárias, comércio justo, empresas em processo falimentar transferidas às mãos dos trabalhadores, etc.”

Segundo o autor, as discussões a respeito das grandes ideologias políticas diminuíram dando espaço a discussões “que buscavam respostas a problemas específicos ou de interesse difuso, como a discriminação racial, a paz e a sobrevivência do planeta” (GAIGER, 2009 p.84). Esse processo promoveu a ascensão da nova geração da Economia Social que se contrapõe a divisão da economia entre as esferas econômica e social. Tal conceito se aproximava ao da Economia Solidária (utilizado na América Latina) (GAIGER, 2009).

Na América Latina, o conceito da Economia Solidária está atrelado as inúmeras ações que tinham como objetivo a obtenção de ganhos econômicos em consonância com qualidade de vida, direito a participação e reconhecimento, através de associações livres e democráticas por partes dos trabalhadores. Semelhante a experiência europeia, seguia-se uma lógica contrária a mercadológica e monetária, visando a instauração da autogestão com crescimento conjunto, democrático e solidário (GAIGER, 2009).

a solidariedade diz respeito à cooperação na atividade econômica, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos. As organizações de Economia Solidária minimizam a presença de relações sociais que subentendem a separação entre capital e trabalho (Gaiger, 2009, p.85).

No Brasil, a economia solidária surge em 1980 e se fortalece a partir de meados dos anos de 1990, a crise do desemprego em massa da época foi o que impulsionou o seu desenvolvimento e continuidade até os dias atuais. Assim, a economia solidária passa a ser vista como proposta viável para a geração de trabalho e renda, despertando os interesses de governos como ferramenta de suas políticas públicas e de organizações não governamentais voltadas ao apoio às comunidades e populações de baixo poder aquisitivo, vítimas da ausência de políticas públicas em várias áreas (CASSANDRE et al., 2013).

No trabalho conduzido por Nascimento (2013) é evidenciado uma mobilização de movimentos sociais na busca de novas alternativas de trabalho e renda estimulados pelo clima político da década de 2000.

As mudanças no mundo do trabalho ocorridas principalmente nos últimos 20 anos reduziram as possibilidades de trabalho formal para grande parcela da população brasileira, pois os padrões de empregabilidade exigidos não eram, muitas vezes, compatíveis com o perfil socioeconômico da população. Além disso, a recessão desencadeada pelas “décadas perdidas” e pelos diversos planos econômicos diminuiu sensivelmente os investimentos internos e externos no país, levando a população que não alcançava o mercado formal a atuar na informalidade. Atualmente, mesmo considerando que podemos estar numa perspectiva de retomada do crescimento, o déficit social ainda não será facilmente suprido. Surgem, neste contexto, alternativas de geração de trabalho e renda em outra lógica econômica, como a Economia Solidária, nas suas mais diversas formas de expressão (cooperativas, associações de produtores, grupos produtivos solidários, clubes de trocas, bancos comunitários, etc). Estes tipos de organizações são entendidos sob o signo único de Empreendimentos de Economia Solidária (EES). (NASCIMENTO, 2013, p. 17)

Nas últimas décadas, as práticas intituladas como sendo de economia solidária no Brasil e em várias partes do mundo aumentaram, proporcionando outras perspectivas a pessoas e populações excluídas do acesso ao trabalho (ARAUJO, 2008). Segundo Cassandre et al., (2013, p.169), no Governo Lula a economia solidária passa a ser vista como proposta viável para a geração de trabalho e renda.

Com a ascensão do globalismo e ao adotar políticas neoliberais, em que se configura a ideologia de um Estado mínimo com menor intervenção econômica e social, constata-se, no Brasil, que o Governo Fernando Henrique Cardoso não consegue evitar os níveis de desemprego estrutural bem como a perda de níveis consideráveis de emprego conjuntural. É nesse cenário que a informalização ganha proporções irreversíveis e que, em 1998, em sua campanha eleitoral, Luís Inácio Lula da Silva propõe: para geração de mais empregos, outra política econômica, que promova estabilidade monetária, crescimento da economia de forma que a sociedade se torne mais justa e solidária.

Em 2003, o presidente Lula coloca suas propostas de governo em ação, em

meio à criação de diversas políticas sociais, o governo Lula estrutura e institucionaliza a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, e sob coordenação dessa Secretaria instala o Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES) em 2006 (CASSANDRE et al., 2013). Nesse contexto, duas alternativas de organização do trabalho têm sido trazidas pelas classes populares, o associativismo e o cooperativismo, que visam um novo modelo de desenvolvimento (ARAÚJO, 2008).

1.4. Concepção de desenvolvimento e Economia Solidária

A Economia Solidária é um campo de estudos que acompanha a crescente proliferação de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES), sua abordagem iniciou desde a década de 80, e ganhou força nos primeiros anos do século XXI (BASSO; LEMOS e SILVEIRA, 2010). Mediante a crise estrutural desse período, tanto no meio urbano quanto rural, esse fenômeno ocorreu em âmbito nacional, sendo visto como uma opção para o desemprego, como uma fonte alternativa de renda ou para a obtenção de maiores ganhos por meio da atividade associativa (SENAES, 2006).

O potencial que essa forma de organização econômica pode apresentar requer um entendimento desse fenômeno, a Economia Solidária possui elementos importantes na discussão dos processos de desenvolvimento local e regional (BASSO; LEMOS e SILVEIRA, 2010).

Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), esse tipo de economia está orientada por uma globalização humanizada, que tem como objetivo o desenvolvimento sustentável, socialmente justo direcionado para atender as demandas de cada indivíduo, seguindo um caminho de desenvolvimento sustentável, proporcionando uma significativa melhora na qualidade de sua vida desses grupos (MEDEIROS e COMONELLI, 2017). O FBES reforça os princípios da economia solidária através dos movimentos sociais e pela luta de uma sociedade justa e igualitária:

Economia solidaria é um contraponto ao Capitalismo. É uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão nem empregado, o trabalho é coletivo e autogestionário e a nossa principal preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente e não com os lucros. Com isso, entendemos que é fundamental fazer valer a igualdade de direitos entre homens e mulheres, respeitando a diversidade de raça, orientação sexual, gerações, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, comunidades estrangeiras e garantir a defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos destas pessoas. O movimento de Economia Solidária se alia aos movimentos sociais comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária no Brasil, na América Latina, Caribe e no mundo. As práticas de Economia Solidária estão presentes nas lutas e bandeiras de todos os movimentos sociais e devemos trabalhar nossa unidade, fortalecer nossas alianças e buscar realizar

processos de diálogos e convergências de nossas ações (FBES, 2012 apud MEDEIROS e COMONELLI, 2017, p. 35)

Para a compreensão da natureza dos processos de desenvolvimento é necessário entender os condicionantes que delimitam a sua organização. Segundo Silva Neto (Ibidem, p.15), os sistemas sociais se desenvolvem na medida em que ampliam suas condições de evoluir, delimitando a evolução como o aumento da condição do sistema durar ao longo do tempo às mudanças que proporcionam um aumento da sua capacidade de auto-organização. Essas mudanças podem ter caráter qualitativo ou quantitativo. Nesse caso, são as perturbações aos sistemas que permitem o surgimento de novos componentes, os quais se incorporam a sua estrutura, condicionando a evolução (BASSO; LEMOS e SILVEIRA, 2010).

As perturbações que permitem a evolução dos sistemas sociais constituem-se nas inovações, de relações sociais ou técnicas (SILVA NETO, 2006). Segundo o autor, o surgimento de diferentes formas econômicas é um conjunto de perturbações, sejam de ordem social ou técnica que, combinadas, fizeram com que o sistema social evoluísse. “Pensar a Economia Solidária como uma proposta sistêmica também remete a pensar que tipo de perturbações o conjunto de experiências que se agrupam nesse campo de fato representam o sistema”. (BASSO; LEMOS e SILVEIRA, 2010, p.329)

A economia solidária, no período do governo Lula, foi se estruturando cada vez mais em nosso país como um modelo alternativo de geração de trabalho, renda e de inserção social, principalmente de grupos menos favorecidos. No entanto, mais que isso, a economia solidária tornou-se articulada com a promoção de saúde mental, superação de exclusão por gênero, cidadania cultural e sustentabilidade de práticas ecológicas (SINGER, 2005).

Medeiros e Comonelli (2017) apresentam alguns dos princípios que, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência Social do Brasil, são fundamentais para a economia solidária. São eles:

1. Cooperação: ao contrário da competição, todos devem buscar os interesses e objetivos em comum, através de um trabalho colaborativo que promova a união dos esforços e capacidades, e a partilha dos resultados;
2. Autogestão: todo e qualquer tipo de decisão nos empreendimentos são tomadas coletivamente, direcionadas pelo interesse em comum dos indivíduos participantes do grupo. A voz e o voto são direito de todos os integrantes. Sem a interferência direta dos apoiadores externos, que não devem substituir nem impedir o papel dos

verdadeiros sujeitos da ação, os indivíduos que compõe o grupo;

3. Ação Econômica: a economia solidária também é composta por iniciativas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, a prestação de serviços, o consumo etc., no entanto, sem abrir mão dos outros princípios;
4. Solidariedade: a distribuição com equidade dos resultados alcançados, a importância dada para com o bem-estar dos trabalhadores, as relações com a comunidade, a participação em movimentos sociais, o anseio por um meio ambiente saudável e um desenvolvimento sustentável, são pensamentos enraizados na economia solidária que demonstram preocupação para com o teu próximo, meio ambiente e sociedade.

A economia solidária fomenta iniciativas econômicas em que os trabalhadores estão organizados de forma coletiva: “associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito; clubes de trocas” (MTPS, 2016 apud MEDEIROS e COMONELLI, 2017, p. 35).

1.5. Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): histórico e caracterização

Desde a Revolução Industrial, o homem tem se deparado com mudanças na forma do trabalho, as quais interferem em sua satisfação e vida pessoal. O capitalista, detentor do capital e proprietário da força de trabalho que compra, faz uso da cooperação, seja ela, coercitiva ou incitada, para aumentar a produtividade da força de trabalho. Por meio do desenvolvimento das mesmas forças produtivas tem buscado reduzir parte da jornada de trabalho necessária à reprodução da força de trabalho, a fim de aumentar a produção de mais-valia (BETANHO et. al., 2015).

Segundo Antunes (2006), a superexploração da força de trabalho estruturou o padrão de acumulação no Brasil, organizada no tripé salários baixos, jornada prolongada e forte intensidade do ritmo do trabalho. Aliado a um modelo de formação que prioriza o trabalho em detrimento da formação humana, têm-se trabalhadores deformados e limitados aos seus saberes e modo próprio de organizar o trabalho. Esse processo de deformação desqualifica a grande maioria dos trabalhadores da produção e faz com que os mesmos percam autonomia, ao mesmo tempo super-qualifica um pequeno número de trabalhadores, que se tornam responsáveis pela inovação, organização, regulação e reparo.

Na década de 1980 os efeitos dessa acumulação e deformação sobre as condições materiais de vida do trabalhador brasileiro mostraram-se catastróficos, em função das crises econômicas e dos rearranjos obrigatórios à adequação das organizações aos ditames do capital internacional, milhares de postos de trabalho foram fechados (BETANHO et. al., 2015).

O país passou por uma fase de acirrada competitividade e os altos preços estabelecidos pelas empresas, resultaram no aumento do número de desempregados. Com a substituição da mão de obra e a inserção de máquinas os números de postos de trabalho reduziram drasticamente. O soberano mercado capitalista e a alta competitividade tecnológica, atrelada ao momento da referida década levaram ao aparecimento de um trabalho alternativo, gerador de renda e promotor do desenvolvimento sustentável: a Economia Solidária (GAVIRAGHI; GUIMARAES; 2009 apud SOUZA et. al., 2014). Diante desse cenário, grupos de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho se uniram e empreenderam. Cada um com suas habilidades desenvolvidas ao longo da vida buscaram reduzir os riscos de investimento por meio da associação de esforços.

Para Singer (2005), a propriedade privada dos meios de produção pertencente à lógica competitiva do capitalismo promoveu o surgimento de uma classe de pessoas que não possuem meios próprios de produção e sobrevivem vendendo sua força de trabalho aos capitalistas. Num sentido contrário, a economia solidária se opõe a essa lógica e não compartilha a ideia da divisão da sociedade em classe proprietária dominante e uma classe subordinada sem propriedade, pois estabelece suas bases sobre a gestão coletiva dos meios de produção e a propriedade. Neste sentido, Castanheiras e Pereira (2008) apontam a solidariedade no centro da elaboração coletiva das atividades econômicas.

Na economia solidária, todos que trabalham no empreendimento detêm posses iguais, com os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. Nela, a situação do trabalhador é o inverso da vivida na empresa capitalista, já que cada membro do grupo é responsável pela gestão, participando plenamente dos resultados alcançados, sejam eles, sobras ou prejuízos. Como não há hierarquia, a união consciente e solidária entre os trabalhadores é essencial para o bom funcionamento da organização. De forma geral, o indivíduo passa por uma inversão completa de situação quando deixa de ser assalariado e torna-se associado, pois para o assalariado as escolhas são limitadas e as resoluções que o afetam são tomadas por superiores em função de razões que ele desconhece (CASTANHEIRAS e PEREIRA, 2008, p.117).

Segundo Singer (2005), quando o indivíduo se torna associado, ele passa a ser conduzido por uma lógica coletiva, na qual participa do processo de tomada de decisões de forma igualitária. Todos associados se tornam responsáveis por si e pelos demais,

gerando a necessidade de um conhecimento mútuo e da relação afetiva entre os associados.

A Economia Solidária aborda tanto a questão social quanto a econômica, trata-se um movimento social de empreendedores, rurais e urbanos. Em 2002 o Fórum Social Mundial constituiu a denominação Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) para diferenciar esse processo empreendedor, em que ao mesmo tempo os trabalhadores geriam e produziam valor (trabalhadores-empresários), no entanto, tendo em vista sua origem, a grande maioria dos trabalhadores não possuem conhecimentos sobre gestão e funcionamento dos mercados, tornando essa inserção mais complexa. Conhecimentos necessitam ser apreendidos, dentre eles, técnicos e político, para evitar não somente a falência financeira dos EES, mas também a subsunção dos mesmos à economia de mercado (BETANHO et al., 2015).

Para Prado (2008), essa nova economia se apresenta de maneira concreta através da produção e da comercialização de bens (ou serviços) oriundos de Empreendimentos Solidários. Os mesmos são formados por meio de um grupo de pessoas excluídas do mercado de trabalho que buscam novas fontes de renda, com ideais de sustentabilidade, solidariedade e cooperativismo. Gaiger (1996) definiu empreendimentos econômicos solidários como organizações que:

Expressam uma síntese original entre o espírito empresarial - no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais - e o espírito solidário, de tal maneira que a própria cooperação funciona como vetor de racionalização econômica produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais comparativamente à ação individual (GAIGER, 1996, p.114).

O autor buscou caracterizar o espírito que orienta essas organizações, destacando um traço característico da gestão desses empreendimentos, imputando à presença de um espírito ao mesmo tempo, empresarial e solidário (GAIGER, 1996).

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) caracteriza os Empreendimentos de Economia Solidária da seguinte forma: (i) são organizações coletivas com participantes do meio urbano ou rural e exercem a gestão das atividades de maneira coletiva; (ii) são organizações permanentes (incluem os empreendimentos que estão em operação e em processo de implantação); (iii) podem ser ou não formalizados; e (iv) desempenham atividades econômicas que podem ser produção de bens, prestação de serviços, comercialização e consumo solidário (FBES, 2011 apud SOUZA et. al., 2014).

França Filho e Laville (apud MEIRA, 2005) apresentam alguns critérios para a definição dos empreendimentos econômicos solidários.

Cinco grandes traços característicos das iniciativas de economia solidária, tal como nos parece revelar um olhar sociológico e antropológico da realidade do fenômeno. Estes cinco traços observados informam, respectivamente, sobre a natureza e origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo sua forma de sustentabilidade; sua autonomia gestonária e a natureza das relações interinstitucionais que são estabelecidas; o processo de tomada de decisão e os valores requeridos; o padrão das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir; e sua finalidade". (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004 apud MEIRA, 2005, p.37)

Os critérios são: a) Pluralidade de princípios econômicos – articulação de distintas fontes de recursos (mercantis, através da venda ou prestação de serviços; do poder público, através das várias formas de subsídios e subvenções; e, os oriundos das práticas reciprocitárias, como o trabalho voluntário, as doações e as mais diversas formas de troca dádiva); b) Autonomia institucional – independência em relação outras instituições, evitando formas de controle externo; c) Democratização dos processos decisórios – existência de mecanismos de decisão coletivos ou baseados no ideal da participação democrática dos seus associados; d) Sociabilidade comunitário-pública – um modo de sociabilidade singular que mistura padrões comunitários com práticas profissionais; e) Finalidade multidimensional – ao lado da dimensão econômica, tende a integrar as dimensões social, cultural, ecológica e/ou política, no sentido de projetar-se num espaço público (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004 apud MEIRA, 2005).

Segundo a autora, estes critérios estão ligados à própria definição de Economia Solidária proposta pelos autores, que seria uma hibridação de economias mercantil, não mercantil e não monetária e dimensões política, social e econômica.

Razeto (1986) destaca a presença de quatro componentes que influenciam na formação de Empreendimentos de Economia Solidária. O primeiro elemento é a necessidade econômica como consequência do capitalismo, sendo ele concentrador e excludente. O segundo componente é a missão de criar ou preservar organizações em situação de desintegração e desorientação, que surgiram após a introdução do regime militar, em um contexto de repressão aberta contra o movimento popular. O terceiro componente é o movimento de solidariedade e atividades de apoio material e profissional, fornecendo aos trabalhadores um conjunto de recursos, serviços de capacitação e assessoria, cobertura institucional às organizações em formação e em sua evolução, frente às demandas específicas. O quarto componente são as pesquisas desenvolvidas motivadas pela crise econômica que afeta política e culturalmente a população, visando caminhos alternativos que surgem a partir de bases populares.

1.6. Autogestão: princípio base da economia solidária

O tema Economia Solidária dá ênfase a autonomia de cada unidade ou empreendimento e igualdade entre os seus membros. Pode-se inclusive afirmar que não

há Economia Solidária sem autogestão (NASCIMENTO, 2004). A própria definição de Economia Solidária aborda a coletividade e a autogestão.

O conceito de ‘autogestão’, está relacionado ao exercício coletivo do poder na concepção de gestão social presente em algumas teorias socialistas (DORNELES, 2007). A heterogestão configura-se como um dos pilares da organização do trabalho na sociedade capitalista, enquanto, a autogestão nega a burocracia e sua composição que, artificialmente, divide os grupos entre comandantes e comandados (subalternos). A ideia de autogestão, nesse sentido, pode ser caracterizada como uma inovação (CANÇADO, 2007).

Nascimento (2003) em seu trabalho cita a definição de autogestão apresentada na Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em Lisboa em maio de 1978, que foi definida como:

[...] a construção permanente de um modelo de socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores- cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento, das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2003, p.3).

Segundo os autores a autogestão está baseada a partir das iniciativas coletivas engendradas nas empresas, bairros, municípios, sociedade civil (CASTANHEIRAS e PEREIRA, 2008). Nascimento (2003, p.5) complementa dizendo que: “A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É um movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social.”

Essa forma de organização do trabalho autogestionária é conduzida por iniciativas coletivas e sem elas deixariam de existir. Os empreendimentos autogestionários “clamam pelo coletivo e com isso podem apontar para práticas mais democráticas e igualitárias” (MARTINS, 1997, p. 36).

Para Castanheiras e Pereira (2008, p.119), “a autogestão consiste no nível pleno de participação alcançado pelos membros de um grupo, pois cabe a todos determinar objetivos, escolher os meios para alcançá-los e estabelecer as regras do processo.” Essa nova forma de organização do trabalho se opõe a submissão a uma autoridade e a separação entre comandantes e comandados (CANÇADO, 2007).

Castanheiras e Pereira (2008) fazem alusão à visão de Marx e de Erich Fromm, os quais consideram que a submissão imposta pela dominação burocrática aos indivíduos traz aos mesmos alienação com relação aos produtos e meios de produção.

Em contrapartida, “ao promover a participação nas discussões e decisões, a autogestão rompe com a alienação do trabalho, fazendo com que os trabalhadores passem por um processo de auto-emancipação como grupo e como indivíduos” (CASTANHEIRAS e PEREIRA, 2008, p.119).

CAPÍTULO 2 - A UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA: PROTAGONISTA NA DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E DAS PRÁTICAS DE INOVAÇÃO SOCIAL

A universidade desde a sua origem no século XII, foi instituída a partir de um desenho unifuncional, isto é, o indivíduo que pudesse pagar pela educação obtinha a formação de nível superior. Evidenciando assim, o atributo de instituição mercantil presente desde a sua origem, tornando o serviço oferecido oneroso e repassando para outrem a função de arcar com esse custo. Nesse sentido, arcaria pela educação o Estado, a Igreja, as entidades filantrópicas ou próprio aluno (CALDERON, 2004). O autor afirma historicamente que as universidades surgiram com a função de presidir as inconstantes relações mercantis entre alunos e mestres (CALDERON, 2004).

No decorrer dos anos, as universidades ganharam contornos de complexidade gerado por um processo de dissolução do seu perfil unifuncional, característico das universidades na sua formação. Esse movimento gerou expectativas diversas, dentre elas:

[...] formar profissionais; desenvolver pesquisa científica; contribuir para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país; melhorar a qualidade de vida da população; incentivar a cultura e a arte, assessorar o poder público; prestar serviços e consultorias para o aprimoramento das empresas; fornecer informações e análises sobre a economia; contribuir para erradicar a fome, o analfabetismo, a pobreza; aprimorar o serviço de saúde; assessorar na formulação de políticas públicas; e atender à população pobre nos hospitais universitários e clínicas odontológicas e psicológica (CALDERON, 2004, p. 105).

Percebe-se uma tendência relacional de “subordinação” da educação superior à manutenção dos mecanismos e demandas do mercado (CASTANHO, 2000). Dentro de um contexto histórico, pode-se afirmar que as universidades surgiram com o objetivo de gerar conhecimento voltados ao atendimento das necessidades apresentadas pela sociedade e indivíduo. Posteriormente, implementaram, dentre as suas atribuições, a pesquisa científica, visando a produção e difusão do conhecimento (BACHMANN, 2016).

Segundo Santos (2013) o ensino foi o primeiro atributo da universidade. Já no século XIX, surge a pesquisa científica, na Alemanha. E, no XXI, a função extensionista é acrescida. A universidade passa a apresentar uma nova perspectiva funcional formada pelo tripé ensino-pesquisa-extensão. Sendo o ensino a aptidão original do ensino superior, tendo como marco a conquista da pesquisa científica, tornando-se protagonista na produção de conhecimento. Nesse sentido, a extensão tem a competência de repassar todo conhecimento gerado, disseminando

todo conteúdo de forma prática à sociedade (SANTOS, 2013).

O século XXI tem sido marcado pelo fácil e rápido acesso à informação. A produção do conhecimento indica que a vida neste século terá como característica o aprendizado contínuo, através da inovação, criatividade e pelo empreendedorismo em todas as áreas e dimensões da vida humana, individual e coletiva. Nesse sentido, são cada vez mais constantes iniciativas organizacionais que evidenciam gestões direcionadas por significado, sendo pautadas estratégias e ações que visam buscar o desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) da região onde a organização está inserida (CASADO et al., 2012).

Partindo do pressuposto que ética e responsabilidade social são obrigações de qualquer organização. Pode-se dizer que manter o equilíbrio entre os resultados financeiros almejados com iniciativas que cooperam para o desenvolvimento sustentável da sociedade é possível. Em relação às organizações públicas, a situação não se distingue, principalmente, no que se refere àquelas que lidam com educação, como as escolas técnicas e universidades (CASADO et al., 2012). Neste caso, as instituições de ensino apresentam uma responsabilidade social bem maior comparada as demais, por promoverem o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, são geradoras de conhecimento, tecnologia e inovação (LOPES, 2017).

Segundo Araujo e Freitas (2008, p.5), “o conhecimento constitui-se num processo contínuo e interativo desencadeado pelas práticas sociais em diversas dimensões da sociedade”. Nesse contexto, a universidade é o agente de inovação e conhecimento indicado para gerar ideias e ações que busquem solucionar ou amenizar as necessidades apresentadas pela sociedade. Questões relacionadas ao meio ambiente, problemas econômicos e sociais, questões de avanços educacionais e de desenvolvimento tecnológico, etc. Para Riedi (2004, p.22), “(...) uma instituição de ensino superior é capaz de ao mesmo tempo dominar as técnicas e gerar novos conhecimentos nas várias áreas do saber e ser capaz de transmiti-los de forma eficaz à sociedade”.

Desde a segunda metade do século XX as universidades tradicionais estão passando por algumas transformações rumo a uma Universidade Empreendedora. Os projetos de pesquisa com empreendimentos e um novo papel do governo na relação com as Universidades neste contexto (interação Universidade-Empresa-Governo), assim como, o novo papel das universidades em atender as necessidades da sociedade em busca do desenvolvimento econômico e social estão acelerando nos últimos anos esse processo (AUDY, 2006). Sendo as mesmas cada vez mais pressionadas para

atender as novas demandas da sociedade. Como relata o autor no trecho a seguir:

A medida que a sociedade vai se tornando mais baseada no conhecimento, as empresas vão mudando suas características e o mercado de trabalho vai se tornando mais intensivo em conhecimento, gerando demandas por um novo tipo de profissional. Ao mesmo tempo a sociedade passa a esperar mais das Universidades em termos de contribuições ao processo de desenvolvimento econômico e social. (AUDY, 2006, p.57)

Para AUDY (2006), os problemas estão se tornando mais complexos e o ambiente mais incerto. As demandas da sociedade crescem constantemente e a capacidade de responder as mesmas desequilibra-se. Em meio a isso, o conceito de Universidade Empreendedora emerge como uma resposta à essas novas demandas.

Etzkowitz (2003) apresenta a Universidade Empreendedora, ao se tratar do papel da Universidade que busca o desenvolvimento sustentável da região em que está inserida, como uma instituição que tem a capacidade de traçar diretrizes estratégicas e formular objetivos acadêmicos claros, transformando o conhecimento nela gerado em ganhos econômicos e sociais. As universidades e as organizações devem formular e implementar estratégias que visam a interação entre os atores e sua inserção. Tendo como missão institucional a pesquisa-ensino-extensão e a responsabilidade sobre o desenvolvimento econômico e social. (ETZKOWITZ, 2003)

Gomes et al. (2016) consideram a Universidade Empreendedora como um ambiente propício à inovação, em vista a concentração de conhecimento e o capital intelectual.

2.1. Universidade Empreendedora: histórico, conceitos e entraves.

Em meados do século XVIII, a Sociedade Industrial enfrentou desafios, implicando numa utilização maior dos modelos centrados na formação superior com grande conteúdo humanístico e científico, por parte das universidades europeias. Cenário na época característico pelo seu arquétipo medieval, estruturado no respeito à autoridade dos sábios da antiguidade (AUDY e SPOLIDORO, 2008). Esse momento conduzido pelas universidades europeias foi, para Etzkowitz (2003), a primeira revolução acadêmica, pois encaminhou a função da pesquisa às funções de ensino realizadas pela universidade.

No Brasil a incorporação da pesquisa por parte da universidade se deu a partir dos anos 70, num contexto em que o regime militar conduzia os processos de ensino. O que resultou na falta de autonomia das universidades para estabelecer elos mais fortes com a sociedade (ALMEIDA apud CASADO et al., 2012)

No entanto, um novo paradigma emerge no início do século XXI, a Sociedade

do Conhecimento (ETZKOWITZ, 2003). Implicando no protagonismo das universidades ao se tratar de superar novos desafios num cenário de mudanças constantes e aceleradas. Porém com a limitação cada vez maior dos orçamentos provocada por fatores que incluem o pagamento da dívida social e ambiental contraída pela sociedade no passado, a universidade enfrenta, segundo Audy e Spolidoro (2008), desafios como:

- Estruturar modelos pedagógicos inovadores, que transcendam a tradicional transmissão do conhecimento atual e habilitem o estudante a continuar aprendendo ao longo da vida; permanecer receptiva a mudanças; atuar em um contexto globalizado; equacionar problemas complexos; empreender e atuar com responsabilidade social.
- Efetuar uma profunda reforma curricular de modo a viabilizar a empregabilidade dos seus egressos em uma economia globalizada, intensiva em conhecimento e imersa em um ambiente de mudança acelerada.
- Tornar-se universal e assegurar a formação superior à maioria da população ao longo de toda a sua vida de mudança acelerada.
- Contribuir de modo significativo para o desenvolvimento regional socialmente responsável.
- Acrescentar aos atributos da Universidade, além daqueles cultivados ao longo dos séculos, o de atuar como um empreendimento internacional de prestação de serviços quanto à formação de profissionais, geração de conhecimento e transformação desse caldo de cultura em inovações em todos os domínios.

A universidade definiu algumas ações com o objetivo de superar esses desafios, dentre eles: em âmbito mundial, medidas para compatibilizar internacionalmente os currículos – ilustrado pelo processo de Bolonha, promovido pelas universidades europeias e, o desenvolvimento, a partir da década de 80, principalmente na Europa, do modelo da universidade empreendedora (AUDY e SPOLIDORO, 2008).

Etzkowitz (2003) afirma que as universidades estão passando por uma “segunda revolução”, ao lhes serem atribuídas a missão de serem agentes responsáveis pelo desenvolvimento social e econômico. Assim, a universidade que assume esse papel como uma função adicional, tem sido denominada de “Universidade Empreendedora”.

Segundo Audy e Spolidoro (2008), a Universidade Empreendedora é caracterizada por cinco dimensões principais:

- Um corpo docente de elevada qualificação, com espírito empreendedor e cômico

da necessidade da reforma da universidade como pré-requisito à superação dos desafios do novo paradigma.

- Uma administração central capaz de determinar o caminho e perseguir-lo mediante uma política de metas e resultados, fundamentada em diálogo franco e na valorização de ideias e sugestões.
- Uma cultura empreendedora permeando toda a universidade.
- Unidades de suporte à mudança e à articulação da universidade com a sociedade, tais como institutos de pesquisa e desenvolvimento, agência de promoção da inovação e de transferência de tecnologia, incubadoras de empresas e parques científicos e tecnológicos.
- Uma base diversificada de suporte financeiro, incluindo fontes como contrapartidas a projetos cooperativos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em áreas avançadas e royalties de produtos e empresas desenvolvidos com a participação da universidade.

Segundo Gomes et al. (2016), o conceito da Universidade Empreendedora é indissociável do trinômio Ciência-Tecnologia-Inovação. Na incorporação do termo inovação destaca-se três aspectos importantes: interação com a sociedade, visando a identificação de demandas; empreendimentos, pois é neste tipo de organização que a inovação ocorre, e; o governo, como facilitador do processo.

Nesse sentido, evidencia-se que a universidade é o principal local com potencial para geração de inovação, em consequência do grande fluxo de capital humano na forma de estudantes, os quais são inventores e empreendedores. As mesmas podem ser consideradas um ambiente propício e natural à inovação, apresentando um suporte estrutural para professores e estudantes iniciarem novas caminhadas: intelectual, comercial e conjuntas. (ETZOWITZ, 2003)

De acordo com os autores, Gomes et al. (2016), à medida que a sociedade vai se tornando mais baseada no conhecimento as pessoas geram uma expectativa maior com relação a intervenção das universidades em termos de contribuições no processo de desenvolvimento econômico e social. Dessa forma Etzkowitz (2003), ressalta que a Universidade Empreendedora exige uma maior capacidade de monitoramento de inteligência, e negociação com outras esferas institucionais, empreendimentos e governo.

2.2. A economia solidária e as práticas de inovação social via extensão universitária

Por sua vez, as universidades brasileiras, nos últimos anos, têm desenvolvido atividades acadêmicas (projetos de pesquisas, ações de extensão, curso de curta

duração, simpósios) no intuito de entender e intervir nos desdobramentos das mudanças provocadas pelos empreendimentos econômicos solidários (ARAUJO, 2008).

Nesse sentido, entende-se a Extensão universitária como uma ação que coloca a universidade em um contato direto com a sociedade, desempenhando o papel citado pelos autores acima, que vai além da formação de profissionais para o mercado de trabalho. Segundo o Plano Nacional de Extensão, a extensão universitária é entendida como:

o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2007, p.1).

As universidades brasileiras, nos últimos anos, têm desenvolvido atividades acadêmicas (projetos de pesquisas e ações extensionistas) na busca pela compreensão e entendimento das mudanças provocadas pelos empreendimentos de economia solidária (EES). No entanto, os pesquisadores dessas instituições têm percebido que apenas entender, sistematizar e publicar os resultados não é suficiente e eficiente, com isso, aumentaram o número de intervenções diretas a partir das universidades junto às comunidades. A redução da desigualdade social, a diminuição relativa do emprego formal e a flexibilização dos contratos de trabalho, são as mudanças mais visíveis na sociedade, que estimulam as ações dos pesquisadores (NASCIMENTO, 2013).

Para Hecker (2004), o papel da universidade é fundamental no debate a respeito da exclusão, construindo alternativas e apontando caminhos. Ela é uma instituição criada pela própria sociedade e como tal, relaciona-se imediatamente com esta. Assim, as questões prioritárias da sociedade são também as da universidade.

Este trabalho aponta para a relação da extensão universitária e suas ações participativas na comunidade, com a contribuição nos processos de inovação social. Segundo Bachmann (2018), a universidade pode abarcar processos de desenvolvimento comunitário além da esfera empresarial, através da inovação social (IS). Em contrapartida as necessidades sociais, Mulgan (2007) salienta que a inovação social compreende atividades e serviços inovadores visando o atendimento das demandas sociais.

Para Cunha (2014) a universidade, por meio da inovação social, pode contemplar processos de desenvolvimento comunitário para além da esfera empresarial, com suporte específico voltado para o desenvolvimento social. Nesse sentido, a universidade, por meio da extensão universitária, possui a função da transferência de conhecimento e mobilização comunitária, “de modo que o conhecimento teórico adquirido na universidade, somado à possibilidade da vivência prática, seria capaz de gerar transformações, em resposta a lacunas de mercado” (PACHECO et al., 2018, p.134).

A inovação social busca satisfazer as necessidades humanas, por vezes, não atendidas nem pelo Estado, nem pelo mercado, além de empoderar atores sociais excluídos e que se encontram privados de determinados bens, mudar as relações sociais de poder e promover a inclusão social (MOULART et al., 2005). Ela encontra um ambiente favorável à sua expressão nas organizações da economia solidária, dado que compartilham de valores e objetivos (PACHECO et al., 2018).

As organizações da economia solidária estão relacionadas a um conjunto de empreendimentos que buscam reagir a certos problemas locais específicos. Nesse caso, os propósitos que orientam essas organizações apresentam interface próxima com a perspectiva da inovação social, por ambas visarem o enfrentamento de demandas sociais e possuírem potencial para a promoção de novas relações entre a sociedade, o mercado e o Estado, fazendo com que as comunidades sejam as protagonistas nesta relação (MURRAY et al., 2010). “Este tipo de inovação apresenta-se como um forte catalizador do desenvolvimento de organizações de cunho social, pois oferece novas alternativas de estruturação, de produtos e de relacionamento entre as esferas da sociedade” (PACHECO et al., 2018, p. 120).

Mulgan (2007) afirma que a inovação social tem um conceito simples e conciso: implementação de políticas. Nesse sentido, o autor explica que a IS é composta por atividades e serviços que surgem com o objetivo de atender a uma política social necessária. “Assim, as ações inovadoras podem fortalecer tanto as políticas públicas quanto as ações do setor privado, que têm propósitos em áreas urbanas e rurais e efeitos sobre a qualidade de vida e da economia local” (BITTENCOURT e RONCONI, 2016, p. 803).

2.3. A extensão universitária e a inovação social

Esta sessão buscou relacionar a interação entre universidade e comunidade, entendida como extensão, e o possível surgimento de inovação social decorrente dessa interação.

Cria-se uma expectativa, por parte da sociedade, com relação as grandes contribuições econômicas e sociais que a universidade pode gerar. No ponto de vista econômico, a inovação tecnológica tem se mostrado relevante nesse processo de crescimento. Assim como, a inovação social tem evidenciado sua relevância na construção do capital social, proporcionando inclusão social, construção das comunidades, protagonizando o crescimento e a regeneração, conectando a dimensão social da educação e o desenvolvimento socioeconômico (ELLIOTT, 2013).

Para Elliott (2013), a IS se tornou um desafio que as universidades aderiram, com o intuito de reafirmar sua influência num contexto de mudanças e o seu real papel na sociedade. Nesse sentido, o autor apresenta alguns princípios responsáveis por conduzir a IS no ensino superior. O primeiro, destaca a importância de alinhar uma estratégia de inovação social a ser adotada, cujo desenvolvimento seja compatível com os valores e a missão da universidade. O segundo preza por assegurar aos alunos e à comunidade, a integridade do objetivo, através de uma liderança ética. O terceiro, aponta para uma justificativa da IS clara e acessível a todos os funcionários e alunos da instituição, gerando um pertencimento que mobilize a todos. E, por último, o quarto princípio sugere que se estabeleça parcerias com atores externos que condicionem e impulsionem a IS, por exemplo, que se interajam com a governança local ou nacional, agências regionais de planejamento, organizações cívicas e etc (ELLIOTT, 2013).

Cunha (2013) acredita que a universidade, tem reafirmado seu papel social, por meio da IS, ao contemplar processos de desenvolvimento comunitário, ou seja, não se restringindo no âmbito empresarial e direcionando suas ações na busca pelo desenvolvimento social.

Nesse sentido, Chauí (2001) define a universidade como uma instituição social que reflete as particularidades da sociedade em que está inserida. Por isso, o autor afirma que a universidade não se trata de uma realidade a parte, mas que expressa o contexto histórico e social de determinada sociedade.

Faria (2001) aponta que o tripé ensino-pesquisa-extensão visa alinhar os objetivos institucionais social proposto pela universidade com o campo de teorização. Isto é, a extensão universitária é responsável por transferir conhecimento e mobilizar ações comunitárias, fazendo com que o conhecimento teórico gerado na universidade em consonância com a possibilidade da vivência prática seja capaz de promover transformações que supram as lacunas de mercado.

2.4. Inovação social (IS): conceitos e caracterização

O tema inovação cada vez mais se faz presente nas discussões referentes à

competitividade e desenvolvimento econômico. Todavia, a vulgarização do termo distanciou-o do conceito inicial desenvolvido por Joseph Schumpeter, o qual está relacionado à geração de valor econômico. A popularização e o uso maior do conceito inovação, por exemplo, ao se tratar das inovações organizacionais e de mercado, dos estudos acadêmicos no que tange a inovação tecnológica de processos e produtos, tem se dado em decorrência do avanço da globalização, resultando numa busca constante por parte das empresas por inovações (BIGNETTI, 2011).

Concomitante ao fenômeno da globalização, a economia social avança rapidamente em meio a deficiência por parte das estruturas existentes e das políticas vigentes, no embate aos mais diversos problemas sociais que assolam os dias de hoje. Desta forma, movimentos sociais têm surgido visando superar as lacunas não preenchidas pelo Estado, que devido as complexidades dos problemas acumulados ao longo do tempo, possui inúmeras causas e poucas soluções (BIGNETTI, 2011).

A inovação social se apresenta como uma nova ferramenta de intervenção social que vai de encontro a situações julgadas não satisfatórias, almejando, assim, prover bem-estar aos indivíduos e as coletividades por meio do atendimento as principais demandas sociais como: educação, saúde, trabalho, lazer, transporte e turismo (CLOUTIER, 2003).

Bignetti (2011, p.4) define a inovação social como o resultado do conhecimento “aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.”

Segundo Santos (2012), as inovações sociais são mudanças oriundas do processo de construção social, através do diagnóstico das principais demandas da comunidade e da busca pela melhora do desempenho social e econômico da sociedade, considerando como parâmetro a qualidade de vida.

Inúmeros conceitos são apresentados na bibliografia apontam distintas visões dos autores, como evidencia o Quadro 1. Estas definições bibliográficas evidenciam a grande abrangência a cerca do tema e “apontam para um processo multidimensional de mudança social” (SANTOS, 2012, p. 24).

Quadro 1- Definições de inovação social segundo diferentes autores e fontes.

Autores	Conceito
Taylor (1970)	Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de desenvolver as coisas, novas invenções sociais
Lauwe (1976)	É uma ação que cria novas estruturas ou relações sociais, novos modos de decisão, originando-se na consciência individual (e depois coletivizada) de uma situação real inaceitável ou negativa em relação a uma situação desejada.
Dagnino e Gomes (2000, in Dagnino et al, 2004)	Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.
Mumford (2002)	É a geração e implementação de novas ideias sobre como as pessoas devem organizar suas atividades interpessoais, ou interações sociais, para atender um ou mais objetivos comuns, podendo variar quanto à amplitude e impacto
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.
Standford Social Innovation Review (2003)	O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais.
Novy e Leubolt (2005)	A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação.
SINGOCOM – Moulaert (2005)	A inovação social, tanto em produto como em processo, é caracterizada por três atributos isolados ou combinados e realizados de forma coletiva: contribui para atender às necessidades humanas não satisfeitas; aumenta os direitos de acesso; e, melhora as capacidades humanas.
Rodrigues (2006)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Moulaert et al. (2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (empowerment) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan et al. (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais.
Heiscale (2007)	Significa mudança em, pelo menos, três estruturas sociais: cultural – novas interpretações da realidade, transformando modelos mentais e paradigmas; normativa – novos valores para as normas legítimas; e reguladora – transformando regulamentos explícitos de forma que eles sejam aceitos. A inovação social deve melhorar o desempenho social e econômico da sociedade, contemplando a quantidade e qualidade de vida.
Phills et al. (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como todo e não indivíduos em particular.
Pol e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida
Murray et al. (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.

Fonte: Adaptado de Bignetti (2011); Santos (2012).

As definições expostas no quadro X, apontam para uma conformidade entre as diversas visões sobre inovação social, no que tange ao seu caráter transformador e sua proposta de geração de melhorias na condição de vida dos indivíduos.

Segundo Cloutier (2003), para que uma ação ou projeto seja considerado uma inovação social é necessário que ele esteja enquadrado em alguma característica. Nesse sentido, o autor apresenta os seguintes critérios:

1. se é inovadora e experimental em um dado contexto;
2. se possui disposição para tomada de risco por parte dos atores do projeto;
3. se proporciona impacto sobre as políticas sociais em nível nacional ou local;
4. se mantém a qualidade na parceria entre atores; e
5. se promove a participação dos beneficiários no projeto.

O critério que determina se uma ação ou projeto é inovador ou experimental segue a caracterização de uma inovação social apresentada por Cloutier (2003). A inserção de um novo produto ou processo de produção, uma ideia ou princípio, um movimento social ou intervenção já caracterizam o início de um processo de IS (CLOUTIER, 2003). Ou seja, não se trata de algo necessariamente inédito, mas que seja novo para um contexto específico. Possuindo uma característica de novidade, atrelando ao seu desenvolvimento e implementação a incerteza e o risco (SANTOS, 2012). Contemplando, também, o segundo critério proposto por Cloutier (2003).

O critério impacto sobre as políticas sociais na esfera local e nacional pode ser definido como a criação de um valor social. Segundo Mulgan (2007), toda inovação gera valor para quem a utiliza, da mesma forma essa afirmativa pode ser aplicada à inovação social. Sua implementação precisa gerar algum benefício à sociedade, diante de problemas sociais que perpetuam. Outra evidência de valor gerado por meio da inovação é a percepção da distância entre o que existe e a situação que seria ideal (MULGAN, 2007).

A participação dos atores envolvidos e dos beneficiários do projeto é primordial para que a inovação social alcance o maior número de soluções. Ao se comprometerem os mesmos criam um pertencimento com relação as soluções construídas (COUTIER, 2003).

Para Santos (2012), o aumento da expectativa de vida das pessoas tornaram as oportunidades para o desenvolvimento de inovações sociais crescente. O autor apresenta alguns fatores que podem startar o desenvolvimento e a implantação de

inovações sociais:

- as desigualdades presentes em muitas sociedades, que resultam em inúmeros males sociais;
- o aumento no número de doenças duradouras, como depressão, câncer, diabetes, doenças cardíacas, demandam novos modelos de assistência;
- os problemas comportamentais resultados de excessos, dentre eles: sedentarismo, obesidade, drogas, alcoolismo e etc.
- as dificuldades na transição para a idade adulta, exigindo novas formas de ajudar o adolescente a necessidade em se buscar estabilidade profissional e emocional, carreiras mais estáveis e relacionamentos;
- discriminações (raça e gênero);
- problemas sociais e de relacionamentos decorrentes das fragilidades familiares e etc.

Barchman (2016) afirma que uma IS se constitui a partir da operacionalização de uma nova/melhorada ideia, cujo o objetivo é o atendimento de eventuais demandas, lacunas que perpetuam no mercado e necessidades específicas de grupos que não são contemplados pelas estruturas existentes. Promovendo possibilidades de criação de novas relações sociais que humanizam e acolhem.

A percepção destas possibilidades pode aumentar com o envolvimento dos distintos atores e beneficiários, pois pontos de vista distintos possibilitam o discernimento de aspectos diferenciados. No Quadro 2, alguns casos IS estudados por Alvord et al. (2002) foram apresentados no trabalho de Santos (2012). Contendo o título do projeto implementado, sua proposta, o tipo de inovação social gerada e, a delimitação do objetivo e dos resultados alcançados.

Quadro 2 - Casos de inovação social

Instituição	Estrutura	Inovação Social	
		Objetivo	Resultados
Bangladesh Rural Advancement Committee	Presente em 60.000 das 86.000 aldeias do país, atuam na gestão de comunidade de baixa renda e reforçando as capacidades locais de geração de renda, saúde e educação. Ênfase sobre as mulheres para alterar a cultura local. Iniciou como uma organização de ajuda e reassentamento, sendo pioneira no desenvolvimento de abordagens de organização local e desenvolvimento rural. Forneceu uma gama de serviços, capacitação rural, educação, serviços de saúde, micro-crédito para 2,6 milhões de pessoas da comunidade rural.	Criar grupos nas comunidade que possam solucionar problemas locais e oferecer uma gama de serviços que promovam a capacitação dos indivíduos e o desenvolvimento da vila em que atuam, rompendo o ciclo de pobreza.	Desenvolvimento de capacidades e organizações locais para promover a mudança social, a partir de metodologias que valorizam a experiência.
Plan Puebla	Iniciativa de um pequeno grupo de pesquisadores, no México, em 1966, que percebeu as necessidades dos pequenos produtores de agricultura de subsistência. Aprimoraram as técnicas de produção de milho e transferiram a tecnologia desenvolvida para os pequenos agricultores. Depois de 10 anos se mantendo por meio de financiamento da iniciativa privada, o governo mexicano assumiu o projeto. O modelo foi replicado na Colômbia, Peru, Honduras e outras áreas no México.	Desenvolver e difundir as melhorias na produção de milho, permitindo que os agricultores possam aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida.	Aumento em 62% da produção de milho de 47.000 agricultores mexicanos na região do Plan Puebla, possibilitando um aumento de 225% da renda familiar
The Green Belt Movement	Movimento criado em 1977 para incentivar o plantio de árvores em Nairóbi. Os participantes foram organizados em pequenos grupos e tinham a tarefa de plantar e cuidar de árvores em "cinturões verdes", tanto em terras públicas quanto privadas. O Movimento organizou mais de 6.000 grupos em aldeias pobres e zonas urbanas de todo o país e já plantou mais de 20 milhões de árvores. Internacionalmente, o GBM foi facilitador para construir a Rede Pan-Africana de conscientização verde.	Usar o plantio de árvores e programas de educação para a construção de competências que promovam o desenvolvimento local.	Promoveu o plantio de 20 milhões de árvores plantadas no Quênia com 70% de sobrevivência. Mobilização de 50.000 famílias quenianas para cuidar do meio ambiente e melhorar o seu próprio bem-estar.

Fonte: Alvord et al. (2002 apud Santos, 2012, p. 29).

Os casos citados evidenciam a proposta de se desenvolver soluções inovadoras que contemplem as necessidades ou desejos dos indivíduos de uma determinada sociedade. Bignetti (2011) aponta que a inovação social dá ênfase ao interesse em grupos sociais e comunidades, além disso, utiliza a cooperação e o foco em transformações sociais como ferramentas de atuação. Ou seja, propostas relevantes se ligam aos impactos sociais promovidos por meio da transformação social.

“Uma inovação social emerge a partir da percepção de algum problema ou necessidade local e é planejada com a participação de diferentes atores” (SANTOS, 2012, p. 30). Para o autor, a IS é resultado de distintas motivações e demandas, sua origem é variável. Considerando que os atores participantes do processo influenciam no desenvolvimento e implementação da IS.

Cloutier (2003) classifica as inovações de acordo com a forma, processo, os atores participantes e os objetivos da mudança. Considerando os aspectos centrados no indivíduo, direcionadas pelo meio ou desenvolvidas nas empresas. O foco principal desta classificação está ligado ao objetivo da mudança. Isto é, maior é a demanda a ser atendida mediante a expansão da orientação de uma inovação. O autor diferencia o campo de atuação da centrada no indivíduo da orientada para o meio, enquanto a primeira se dedica em solucionar os problemas sociais existentes, a segunda, visa apresentar melhorias nas condições de vida.

A inovação centrada no indivíduo, por ser motivada a sanar problemas locais, é o ponto de partida dos movimentos sociais. A partir dessa linha de atuação em prol da comunidade, algumas ações podem incentivar a intervenção de algumas empresas, gerando interação entre os atores que promovam conhecimento e desenvolvimento da inovação, assim como, melhorias na qualidade de vida no trabalho (CLOUTIER, 2003). Apresentando uma relação de independência entre os três níveis, já que a IS focada em indivíduos pode proporcionar impactos no meio e nas empresas. O Quadro 3, explicita as principais distinções entre os três tipos de inovações sociais apontadas por Cloutier (2003).

Quadro 3 - Classificação das Inovações Sociais

Classificação	Tipo de Inovação		
	Centrada no Indivíduos	Orientada pelo Meio	Desenvolvidas pelas empresas
Forma	Imaterial, se opondo à noção de "produto"	Imaterial (novas relações sociais)	Novas formas de organização do trabalho
Processo	Interação e cooperação entre os envolvidos, desde a tomada de consciência da necessidade e, a concepção do projeto, até a execução	Criação de novas instituições ou modificação do papel das existentes	Desenvolvimento de novas estruturas de produção
Atores envolvidos	Indivíduos	Sociedade; Poder público	Direção e colaboradores
Objetivos	Solução de problemas sociais	Melhoria da qualidade de vida	Perspectiva instrumental: necessidade de um rearranjo que facilite a criação do conhecimento e a inovação tecnológica; Perspectiva não instrumental: melhoria da qualidade de vida no trabalho
Casos exemplificados	Empréstimos iniciais realizados pelo Grammen Bank, quando o objetivo inicial era a retirada das mulheres artesãs da situação de pobreza	Consolidação do Grammen Bank, promovendo desenvolvimento econômico e social nas regiões onde atuava	Estrutura composta por mulheres; forma de prospecção de clientes

Fonte: Adaptado de Santos (2012); Cloutier (2003).

Este trabalho utilizou como base conceitual para a definição de inovação social, o apresentado por Murray et al. (2010) e Bignetti (2011): a inovação social é o resultado do conhecimento aplicado em uma ou mais ações, que dão origem a novas relações sociais, através da participação e da cooperação dos atores envolvidos. Novas estruturas são geradas e fundamentadas numa consciência individual e, posteriormente, coletiva. Tendo como objetivo propor novas soluções para grupos sociais, comunidades e sociedade em função da resolução dos problemas sociais.

2.5. As Dimensões de Análise de uma Inovação Social

Os diversos conceitos e abordagens das inovações sociais apresentam distintas maneiras de analisá-las. Este trabalho selecionou o modelo desenvolvido por Tardif e Harrisson (2005) para discutir as dimensões de análise de uma inovação social. Desenvolvido após a análise de 49 estudos realizados no Centre de Recherche sur les Innovations Sociales (CRISES), do Canadá. Tratavam a IS em três eixos bases para a condução das pesquisas: 1) de trabalho e emprego; 2) de condições de vida; e 3) de território (TARDIF e HARRISSON, 2005).

No primeiro eixo, *trabalho e emprego*, os autores analisaram trabalhos

relacionados as inovações no trabalho, contemplando empresas, setores industriais e funções públicas no âmbito da Economia Social. Formas de emprego e novas competências, como as mudanças e diversidade no trabalho, suas condições atípicas e a sua inserção social também foram inseridos na análise. A negociação coletiva, os treinamentos e o sistema Quebec de inovações entraram no quadro de análise deste primeiro eixo do CRISES (MAUER, 2011).

No segundo eixo, *das condições de vida*, concentra suas análises nos serviços (habitação social; auxílio a domiciliar; e serviços destinados a populações específicas), o Estado social e a renovação das regulamentações sociais (a reformulação do Estado Providência; inserção social e profissional; embate à pobreza) e inovações da rede institucional, dentre os principais: institucionalização, serviços de saúde e bem-estar, formas de governança). Foram analisados estudos voltados a inovação em serviços referentes a Nova Economia - cooperativas; sistema Quebec; e comparações internacionais (MAUER, 2011).

O terceiro eixo, *território*, discute a variedade de ambientes propícios à inovação (redes locais de cooperação e troca) e suas formas de reprodução. Políticas de desenvolvimento local e novas governanças, como: governanças locais com a participação da sociedade, políticas de desenvolvimento e descentralização. Ainda são abordados, estudos relacionados as ações de mobilizações locais, promotoras de emprego e empoderamento dos atores sociais locais (MAUER, 2011).

Com base nos estudos analisados, Tardif e Harrisson (2005) elaboraram o modelo de dimensões de análise de inovações sociais, demonstrado no Quadro 4.

Quadro 4 - As dimensões de análise de uma inovação social de acordo CRISES

Transformações	Caráter Inovador	Inovação	Atores	Processo
Contexto macro/micro -Crise -Ruptura -Descontinuidade -Modificações estruturais Econômico -Emergência -Adaptação -Relações do trabalho/ produção e consumo Social -Recomposição -Reconstrução -Exclusão/ Marginalização -Prática -Mudança -Relações sociais	Modelo de: -Trabalho -Desenvolvimento -Governança -Quebec Economia -Do saber/conhecimento -Mista -Social Ação social -Tentativas -Experimentos -Políticas -Programas -Arranjos institucionais -Regulamentação social	Escala -Local Tipos -Técnica -Sociotécnica -Social -Organizacional -Institucional Finalidade -Bem comum -Interesse geral -Interesse coletivo -Cooperação	Sociais -Movimentos cooperativos/ comunitários/ associativos -Sociedade civil -Sindicatos Organizações -Empresas -Organizações -Economia social -Organizações coletivas -Destinatários Instituições -Estado -Identidade -Valores/normas Intermediários -Comitês -Redes sociais/ de alianças/ de inovação	Modo de coordenação -Avaliação -Participação -Mobilização -Aprendizagem Meios -Parcerias -Integração -Negociação -Empowerment -Difusão Restrições -Complexidade -Incerteza -Resistência -Tensão -Compromisso -Rigidez institucional

Fonte: Adaptado de Mauer (2011); Tardif e Harrisson (2005).

Tardif e Harrisson (2005) verificaram que os principais conceitos a serem utilizados na definição de uma inovação social na perspectiva da transformação social são formados pelas seguintes dimensões: novidade e caráter inovador da inovação; objetivo da inovação; processo de desenvolvimento da inovação; relações entre atores e estruturas; e, restrições ao desenvolvimento da inovação.

2.5. 1. Dimensão Transformações

A Dimensão “Transformações” realiza a análise dos contextos macro e micro buscando compreender os motivos que resultaram na constituição de determinada inovação social. Ressalta-se que mudanças no cenário econômico e social podem promover alterações estruturais que demanda a atuação de diferentes atores para sanar as dificuldades (TARDIF e HARRISSON, 2005).

Segundo Tardif e Harrisson (2005), as crises econômicas ou sociais geralmente são as responsáveis por iniciar o processo de formação de uma inovação social. Os autores utilizam como exemplo a crise do desemprego, tratando-a como a responsável por criar situações indesejáveis em determinado ambiente. Nesse sentido, algumas mudanças podem acarretar na descontinuidade de determinada estrutura do sistema social, resultando em modificações estruturais.

Tardif e Harrisson (2005) alinham sua delimitação no que se refere as estruturas

de um ambiente, ao proposto por Petittclerc (2003), que as aponta como um conjunto de relações. Indicando a relação entre “agente” e “estrutura” como uma possível alternativa de análise das transformações sociais nas inovações sociais.

Giddens (2003 apud Mauer, 2011, p.35), define as estruturas como “às possibilidades de permanência de práticas sociais por dimensões variáveis de tempo e espaço”.

Para análise do contexto “macro”, os autores do CRISES geralmente avaliam as mudanças e processos macroestruturais, como a globalização e os avanços tecnológicos, que alteram a forma de pensar e traçar estratégias dos atores. Estabelecendo um contexto macro de mudanças (MAUER, 2011).

Crises, descontinuidades e modificações estruturais apresentam um contexto propício à impactos no conjunto de relações econômicas, promovendo mudanças. Decorrente a isso, os atores realizam adaptações nesta esfera econômica, rotulada como “ajustes”, na criação e desenvolvimento de novas estruturas de produção ou trajetórias, denominadas de “reconversão”, o que já indica emergência. Tais estruturas econômicas podem dar origem a novas relações de trabalho, produção e consumo (MAUER, 2011).

Outro elemento pertencente a essa dimensão se encontra na esfera social, trata-se do impacto nas estruturas sociais em meio a cenário adverso. Segundo Tardif e Harrisson (2005), novas práticas de trabalho, produção ou consumo, e, mudanças nas relações sociais são resultados da reestruturação dos laços sociais. O que pode acarretar na marginalização ou exclusão social de alguns indivíduos.

Tanto o contexto “macro” e “micro” promovem impactos nas estruturas econômicas e sociais. Tais mudanças podem surtir efeitos distintos nos níveis macroestrutural e macrosocial mediante as escalas, setores e atores envolvidos. Os autores, destacam a importância de se considerar o contexto específico de cada situação problema (TARDIF e HARRISSON, 2005).

2.5. 2. Dimensão Caráter Inovador

A Dimensão “Caráter Inovador” parte do pressuposto de que a inovação é caracterizada pelas soluções apresentadas por parte dos atores que visam a superação do contexto crítico. A construção dessas soluções seria alcançada por meio de uma ação social composta por novos arranjos institucionais e de regulação social. Tardif e Harrisson (2005) apontam algumas fases que as inovações sociais passam até serem institucionalizadas. Num primeiro momento, as soluções são submetidas a um período de “tentativa” ou “experimentos”. Posteriormente são implementadas, programas e

políticas públicas são instrumentos promotores desse desenvolvimento. Na sequência, as soluções sociais ou economicamente são apresentadas, e, dessa forma, conclui-se o ciclo com a institucionalização, gerando novos modelos de trabalho e governança condicionando a instauração de uma “nova economia”, sendo ela, a do Conhecimento, Mista ou Social (TARDIF e HARRISSON, 2005).

O modelo de desenvolvimento elaborado Tardif e Harrisson (2005), refere-se as inovações sociais que apresentam o Estado como ator principal. Já o modelo de trabalho na maioria das vezes aponta às inovações sociais criadas em organizações, contempladas no eixo do CRISES de Trabalho e Emprego.

No modelo de governança, inovações sociais dão ênfase a parceria entre poder público e outras instituições. O modelo de Quebec, está ligado às inovações sociais do sistema Quebec, que na maioria das vezes pertence à Economia Social. Segundo os autores, a origem e desenvolvimento de uma Economia Social e Solidária na província de Quebec são complexos e requer um empenho maior por parte do CRISES. As ações desta economia condicionam um modelo de desenvolvimento emergente, se distinguindo dos modelos tradicionais de desenvolvimento por contemplar diferentes atores, não se restringindo aos setores públicos e privados (MAUER,2011).

Tardif e Harrisson (2005) destacam a relevância das novas políticas ou programas públicos no período de tentativas e experimentos. Pois as mesmas podem auxiliar no processo de implantação de uma inovação social. Inovações sociais que proporcionariam novos tipos de economia, dentre elas: a Economia do Conhecimento, a Economia Mista e a Economia Social. Geralmente, o CRISES concentra seus trabalhos na resolução de problemáticas sociais, tendo na Economia Social, a possibilidade de encontrar as soluções. Na Economia Mista as iniciativas que abarcam os interesses gerais e coletivos buscam parcerias com o governo, com intuito de atender as demandas da coletividade dos trabalhadores (TARDIF e HARRISSON, 2005).

2.5. 3. Dimensão Inovação

A Dimensão “Inovação” busca realizar análises referentes às escalas onde ocorrem essas inovações, no entanto, o CRISES indica que as inovações sociais são sempre locais. Com relação aos tipos, são divididos em cinco: técnica, criando produtos e tecnologias; sociotécnica, quando a tecnologia é gerada em um ambiente organizacional; organizacional, pois promove melhorias para os funcionários organizacionais; institucionais, desenvolvidas pelo Estado, exemplo, a formulação de novas leis; e social, concebidas por atores civis. Com relação as finalidades, a inovação social busca o bem comum, o interesse geral, o interesse coletivo e a cooperação

(TARDIF e HARRISSON, 2005).

Conforme Mauer (2011), as inovações sociais que são desenvolvidas por atores da sociedade civil e que não são estabelecidas dentro de uma organização, empresa ou que se apresentem como soluções mais amplas geradas pelo Estado, são vistas pelo CRISES mais apropriadamente com uma característica “social”. Nesse sentido, Tardif e Harrisson (2005), apresentam a Economia Social do Quebec como uma perspectiva social, por condicionar a geração e promoção de novas relações de trabalho por meio de uma governança cooperativa.

2.5. 4. Dimensão Atores

A quarta dimensão realiza uma abordagem dos “Atores” envolvidos. Segundo Tardif e Harrisson (2005), na maioria das vezes, o processo de inovação caracteriza-se por sua capacidade em promover a aprendizagem coletiva, por conta do envolvimento dos distintos atores e pela forma como adquirem novos conhecimentos com a troca de informações.

Nesse sentido, pode-se considerar que a relação entre os atores sociais envoltos no desenvolvimento e implantação de uma inovação social como um dos aspectos fundamentais na análise deste processo (MAUER, 2011).

Esse modelo especifica os atores como: sociais, ao se tratar de movimentos cooperativos, comunitários, sociedade civil, ou sindicatos; organizacionais, refere-se as empresas de uma forma geral; institucionais, com a participação do Estado; e intermediários, podendo ser comitês, redes sociais de alianças de inovação (TARDIF e HARRISSON, 2005).

Rollin e Vicent (2007 apud MAUER, 2011), classificam os atores envolvidos no processo de uma inovação social em quatro categorias: a) os titulares da ideia; b) os financiadores; c) os apoiadores ou parceiros; e d) os usuários. Os atores titulares são caracterizados por serem os responsáveis por desenvolver a ideia da IS, trata-se de indivíduo, pesquisadores, organização pública ou privada, parcerias público-privadas. Cabe a eles impulsionar uma IS, atuando de forma isolada ou em grupos. Os atores financiadores são incumbidos de financiar este processo e podem ser organizações privadas ou públicas, fundações, ações de filantropia, etc. Os apoiadores são responsáveis pelo acompanhamento, apoio, reconhecimento, divulgação do processo. Já os usuários ou proprietários da IS dificilmente dão início ao processo de inovação, pois desconhecem suas necessidades, no entanto, fazem parte do processo. São participantes do processo de tomada de decisões, pois moldam e avaliam uma inovação social (ROLLIN; VICENT, 2007 apud MAUER, 2011).

2.5. 5. Dimensão Processo

A Dimensão “Processos” é definida por Tardif e Harrisson (2005) como uma série de etapas que criam e aplicam uma inovação social num determinado contexto. Os autores apontam o processo de uma IS como um modelo de coordenação, dos meios e atores envolvidos e das restrições à sua implantação. A integração trata-se da estratégia adotada com base na aplicação conjunta de recursos de todos os atores envolvidos, a negociação ou concertação se dá por meio das relações e parcerias construídas, formalmente ou informalmente, visando uma boa governança.

As formas de empoderamento alcançadas através da IS, e como elas se difundem são analisadas. Além disso, esta dimensão examina os modos de coordenação. Sendo tratada, geralmente, como um processo de aprendizagem coletiva, que dá ênfase a participação e mobilização dos atores. Posteriormente, são avaliados os processos desenvolvidos e os resultados do projeto, com o objetivo de se compreender as restrições e limitações presentes neste processo (TARDIF e HARRISSON, 2005).

Os modos de coordenação apontam como os atores se relacionam e gerem o desenvolvimento de uma IS. São marcados pela capacidade de mobilizar um ou mais atores. Por exemplo, segundo Mauer (2011), como ocorre com a mobilização visando o desenvolvimento de iniciativas na Economia Social:

Estas mobilizações [iniciativas associativas] estão inovando com uma tripla perspectiva: em primeiro lugar, reunir os atores que representam toda a sociedade: sindicatos, os empregadores, os cidadãos, associações e organizações do setor público; então eles buscam não solicitar ao Estado a intervenção, visando encontrar soluções para os problemas econômicos e sociais a partir da contribuição de cada um dos atores envolvidos na mobilização e, finalmente, eles fazem parte de uma busca de novos modelos de desenvolvimento em que o "social" e o "econômico" se articulam de maneira diferente (MAUER, 2011, p.45).

Segundo Cloutier (2003), uma inovação social demanda a participação de indivíduos que estão em distintos níveis no período de criação e implementação da IS. Neste caso, é primordial a participação voluntária dos atores, considerando que as ações coletivas necessitam de uma boa governança para sua consolidação. Tardif e Harrisson (2005) indicam que a interação e cooperação entre os diversos atores durante o processo de aplicação de uma IS, promove uma mescla entre as identidades, normas e valores de cada indivíduo participante, promovendo uma aprendizagem coletiva. Ou seja, “os atores aprendem novos conhecimentos e novas habilidades, ocorrendo um intercâmbio de informações e de formação”. (MAUER, 2011, p. 46).

Para Mauer (2011), os sistemas inovação podem promover um aumento no nível de aprendizagem social por meio das informações e conhecimentos

compartilhados pelos parceiros. Mediante à consulta entre os atores públicos e privados, sindicatos, associações, economia social e etc., da sociedade civil.

A avaliação de uma IS está inserida no modo de coordenação, na busca por identificar e investigar principalmente os aspectos que demandam melhorias para que a inovação consiga ser efetivada (MAUER, 2011). Os aspectos negativos que não estão alinhados ao processo de uma inovação social foram rotuladas, por Tardif e Harrisson (2005), como “restrições”. Os autores apresentam as condições em prol da formulação de um compromisso, a resistência e as tensões apresentadas por parte dos atores graças a novidade, a complexidade e a incerteza das dinâmicas sociais, como forma de exemplificar as restrições que podem surgir durante o processo de implementação de uma IS.

Esta dimensão também faz uma abordagem com relação aos meios utilizados no processo de desenvolvimento de uma inovação. Neste caso, o intuito é fazer com que todos os atores estratégicos participem do processo de uma inovação, demandando, assim, integração e cooperação entre todas as partes. O CRISES, além da cooperação, inclui a necessidade de parcerias, integração, negociação, e diálogo para que se concretize um bom relacionamento entre os atores (MAUER, 2011).

O empoderamento (empowerment) é apontado por Tardif e Harrisson (2005) como um meio para a implementação de uma IS. Segundo os autores, uma vez estabelecida a legitimidade do projeto de inovação e seus benefícios, o mesmo terá potencial para ser utilizado como modelo para outras demandas similares (TARDIF e HARRISSON, 2005).

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram definidos de acordo com os objetivos gerais e específicos estabelecidos anteriormente, que visam investigar se o apoio prestado pela ITEP aos empreendimentos econômicos solidários vinculados tem promovido a emancipação social dos seus indivíduos participantes.

3.1. Tipologia da pesquisa

Na ótica da natureza, este estudo é considerado uma pesquisa aplicada, pois tem como objetivo “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20). Na pesquisa aplicada, “[...] o pesquisador é estimulado pela necessidade de contribuir para fins práticos quase que imediatos, buscando soluções para problemas concretos” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 65).

Em relação à forma de abordagem do problema, se trata de uma pesquisa quali-quantitativa. Através da junção entre pesquisa qualitativa e quantitativa, os estudos de métodos mistos permitem a compreensão do fenômeno escolhido de uma forma que não se teria com a utilização de somente uma abordagem (SANTOS et. al, 2017). Ou seja, é necessário a utilização das duas abordagens por se complementarem, atendendo, assim, os objetivos desta pesquisa.

Ambas abordagens se preocupam com o ponto de vista do indivíduo. A qualitativa, por exemplo, utiliza a entrevista para estabelecer uma proximidade com o sujeito da pesquisa, já na quantitativa essa aproximação é mensurada por meio de materiais e métodos empíricos (KNECHTEL, 2014).

O objetivo central deste trabalho é orientado pela compreensão do fenômeno de interação entre estes atores. Segundo Neves (1996),

nas ciências sociais, os pesquisadores, ao empregarem métodos qualitativos estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social; buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno. (NEVES, 1996, p.1)

A pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador levantar dados de características subjetivas através de depoimentos dos sujeitos entrevistados. São coletadas informações pertinentes dos objetos de análise, levando em consideração a ideia de visão sistêmica, de processo, de contexto cultural e de significações (SANTOS e CANDELORO, 2006).

Conforme Knechtel (2014), a pesquisa de natureza qualitativa trata-se de uma

pesquisa exploratória que permite a compreensão do problema em evidência.

Já a pesquisa quantitativa trata-se de uma modalidade de pesquisa que busca a compreensão de um problema humano ou social, podendo propor intervenções que amenize ou solucione o mesmo. Fundamenta-se no teste de uma teoria e é formada a partir de variáveis quantificadas em números, sua análise é realizada por meio de instrumentos estatísticos. Tem como objetivo definir se os argumentos que embasam a teoria se sustentam ou não, dessa forma, caracteriza-se pela busca do dado imediato. Ou seja, se preocupa com a quantificação dos dados para que se possa comprovar se essa a teoria é válida ou não (KNECHTEL, 2014).

A abordagem de pesquisa quali-quantitativa “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106).

Do ponto de vista dos seus objetivos, ela é exploratória, pois além de buscar oferecer maior familiaridade com o tema, envolve também o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas envolvidas com o fenômeno pesquisado e análise de exemplos que estimulam a compreensão de todo o contexto (GIL, 2009). Esse tipo de pesquisa apresenta menor rigidez no planejamento, pois foi planejada com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato (GIL, 2009).

Neste caso, dos procedimentos técnicos, foi utilizado o estudo de caso, tendo como unidade de análise a atuação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da UENF com relação aos indivíduos participantes dos EES ligados a ela. Segundo Yin (2005), esse método de pesquisa permite investigar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real e especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Conforme Gil (2009), os estudos de caso permitem a descoberta de novas perspectivas, dando descrições, justificativas e interpretações que podem dar ênfase a um trabalho inédito. Podem ser divididos em dois tipos: únicos ou múltiplos. O de tipo único se justifica quando o caso estudado possui um caráter revelador a cerca de um fenômeno analisado. De acordo com a abordagem utilizada, o estudo de caso único pode ser classificado em dois tipos: holístico ou integrado (YIN, 2005).

O estudo holístico adota apenas uma unidade de análise. Já o integrado, também adota uma unidade de análise central, que pode ser dividido em unidades menores (YIN, 2005)

Entende-se, que esta dissertação caracteriza-se como um estudo de caso único integrado, tendo como unidade de análise a ITEP e os trabalhadores a ela vinculados.

3.2. Procedimentos metodológicos adotados na coleta de dados

Yin (2005) define alguns princípios a serem utilizados no processo de coleta de dados, dentre eles: o uso de diversas fontes de evidência, a criação de um banco de dados que comporte todas as evidências coletadas, e uma conexão de evidências, que interligue de forma clara as questões levantadas pelo estudo, os dados obtidos na coleta e suas conclusões. O autor apresenta seis principais formas de coleta de dados em estudos de caso: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e em artefatos físicos.

Foi realizado um levantamento e revisão bibliográfica como procedimento inicial visando levantar os conceitos mais atuais sobre o tema em estudo. O levantamento bibliográfico tem por finalidade inventariar referências atuais encontradas sobre o tema da pesquisa (CERVO e BERVIAN, 2002).

Essas referências foram utilizadas independentes do formato, ou seja, tudo que pôde cooperar em prol de um primeiro contato com o objeto a ser investigado colaborou com a fundamentação teórica. Nesse sentido “a Revisão Bibliográfica se faz presente desde o projeto de pesquisa, que revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico” (SANTOS e CANDELORO, 2006, p. 43).

Referido aprofundamento pode ser delimitado como uma Revisão Narrativa por não utilizar critérios sistemáticos e explícitos para a realização da análise crítica dos textos. Não é caracterizada por uma aplicação de estratégias de busca intensas. Para Vosgerau e Romanovski (2014, p.170), esse tipo de revisão permite “estabelecer relações com produções anteriores, identificando temáticas recorrentes, apontando novas perspectivas, consolidando uma área de conhecimento.”

Em seguida, os dados foram coletados basicamente de três formas:

- Através da aplicação de um questionário estruturado de tipo survey aos integrantes do EES incubados na ITEP, enquadrados nas delimitações da pesquisa.
- A partir da elaboração e aplicação de entrevista semiestruturada aos gestores da ITEP e do Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes (FLES/CG); e, à coordenadora geral do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé.
- Levantamento documental (relatórios, atas, projetos, produções

acadêmicas) referente às ações da ITEP.

3.3. Metodologia de coleta de dados: questionário survey

Trata-se de um estudo transversal, exploratório e descritivo com amostragem representativa dos 140 empreendedores econômicos solidários cadastrados na ITEP e que compareceram no mínimo há uma reunião do FLES/CG nos últimos dois anos, período delimitado entre o dia 01 de janeiro de 2018 ao dia 31 de dezembro de 2019. Considerando um nível de confiança igual a 90%, erro de 0,05 e, valor de p igual a 0,10, obteve-se uma amostra representativa de 92 indivíduos.

Seu corte é transversal (cross-sectional), pois a coleta dos dados ocorre um só momento, com o intuito de descrever e analisar o estado de uma ou várias variáveis em um dado momento (SAMPLIERI, 1991 apud FREITAS, 2000)

Freitas et.al (2000), apresenta em seu trabalho os propósitos exploratórios e descritivos da pesquisa survey. O primeiro, busca a familiarização ou a identificação dos conceitos iniciais a respeito de um determinado tópico, dando importância para a definição de quais conceitos devem ser mensurados e como deve ser esse procedimento. O segundo:

Observa, registra e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano (MANZATO e SANTOS, 2012, p.4)

De um total de 539 empreendedores solidários vinculados a ITEP, através da carta de adesão (Anexo 1), foram incluídos no cálculo amostral 140 indivíduos que compareceram no mínimo há uma reunião do FLES/CG nos últimos dois anos. A pesquisa concentrou sua investigação nos grupos informais de trabalhadores que possuem caráter comunitário, caracterizados por estarem no estágio de incubação do berçário de empreendimentos solidários da ITEP. Estão presentes nas Redes (Agroecológica, Artesanato e etc.), Circuitos Universitários e nas Organizações dos Territórios (Baixada e Imbé).

A coleta de dados foi realizada com a utilização de questionário estruturado (Anexo 1), adaptado do LAPOP (Brasil) 2017 – Latin American Public Opinion Project. Por um período aproximado de 4 meses, de outubro de 2019 à janeiro de 2020 aplicou-se o questionário nos espaços de comercialização, eventos e territórios. Para se alcançar o número de entrevistados proposto pela pesquisa, findou-se as entrevistas por telefone.

Barbosa (2012, p.84) define os questionários como “uma técnica de

investigação composta por um conjunto de questões apresentadas por escrito. O questionário deverá ser efetuado a pessoas que propiciem determinado conhecimento ao pesquisador.”

Para traçar o perfil dos respondentes, foram consideradas as variáveis: sexo, faixa etária, cor da pele, naturalidade, estado civil. Para a categorização socioeconômica dos indivíduos, foram consideradas as variáveis: situação de trabalho/renda, situação da moradia, formação profissional e renda pessoal.

O questionário considerou também, questões adicionais para ampliar informações correspondentes a empreendimentos presentes no berçário solidário da ITEP; a articulação política e participativa desses indivíduos dentro do contexto da economia solidária; e, a percepção deles com relação as ações e o apoio prestado pela incubadora.

Os dados levantados foram compilados em planilha eletrônica no software Microsoft Office Excel 10.0 (Office XP) e transferidos para formar uma base de dados no SPSS IBM (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais) e, por último, serem processados. A análise estatística se deu a partir da aferição dos dados coletados, por frequências simples e tabulações cruzadas.

O SPSS (Statistical Package for the Social Science) é um instrumento estatístico com diferentes módulos, criado pela IBM e muito utilizado por profissionais de ciências humanas e exatas. Possibilita a realização de análises estatísticas e gráficas com uma amplitude de dados. Sendo possível gerir uma ampla quantidade de dados, gerar, definir e alterar variáveis, conhecer a quantidade de casos e as variáveis que existem no banco de dados, calcular medidas simples e múltiplas, fazer o cruzamento das variáveis diferentes, dentre outras funções (SANTOS, 2018).

A aplicação desse questionário semiestruturado do tipo survey visou atender o primeiro e segundo objetivo específico desta pesquisa.

3.4. Entrevista semiestruturada

O levantamento de dados teve início com a revisão bibliográfica e continuou através dos personagens presentes na temática abordada neste trabalho, como destaca os autores Boni e Quaresma (2005):

O ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis (BONI e QUARESMA, 2005, p. 70).

A investigação seguiu um roteiro para a realização do levantamento de dados concomitante à revisão bibliográfica instanciadas a partir das quais as questões das entrevistas e do questionário se deram com uma maior facilidade.

Disso, a utilização da entrevista consiste em uma das técnicas de coleta de dados “considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.” (ROSA e ARNOLDI, 2006, p17).

Haguette (1997, p. 86) conceitua uma entrevista como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

A opção pelo uso da entrevista fundamentou-se por ela desempenhar um papel importante para a construção de um trabalho científico, possibilitando identificar percepções e intuições provindas dela que melhoram a qualidade do levantamento de dados e sua interpretação. (JUNIOR; JUNIOR, 2011)

Essa técnica qualitativa permite o alcance de dados subjetivos, os quais possibilitam mapear os valores, atitudes e opiniões dos entrevistados, como afirmam Boni e Quaresma (2005):

A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados. (BONI e QUARESMA, 2005, p. 72)

Para Lakatos (1996), a entrevista parte do encontro entre duas pessoas, pressupondo que uma delas consiga obter informações a respeito do tema investigado, mediante uma conversa. É um procedimento utilizado nas ciências sociais, para a obtenção de coleta de dados ou no auxílio de um diagnóstico ou compreensão de um problema social.

Os roteiros das entrevistas foram definidos a partir de tópicos relacionados às dimensões da inovação social apresentados por Tardif e Harrisson (2005). Todavia, os entrevistados foram orientados a dissertar livremente sendo conduzidos por algumas intervenções complementares quando identificada a necessidade de aprofundar a discussão proposta.

O roteiro das entrevistas (ANEXO 1) incluiu questões relacionadas às características dos ESS e Organizações dos Territórios, motivos pelos quais foram

criados, atividades e o impacto trazido para os indivíduos participantes, bem como os aspectos de inovação social ligados aos modelos analíticos propostos pelo CRISES.

As entrevistas foram direcionadas aos:

- Gestores da ITEP e do Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes (FLES/CG);
- à coordenadora do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé;

3.5. O levantamento documental

Por último, utilizou-se como instrumento de coleta de dados o levantamento documental. Método utilizado para documentar e entender os dados, através da observação de objetos físicos, pessoas, processos e ações relacionados ao objeto de análise (SILVA et al., 2009).

A pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. Essa característica toma corpo de acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, pois não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e seu contexto, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica. Todo este percurso está marcado pela concepção epistemológica a qual se filia o investigador (SILVA et al., 2009, p.455)

O trabalho buscou a compreensão da realidade social promovida pela ITEP para com os indivíduos pertencente aos EES vinculados, na tentativa de entender este processo e ter acesso rápido aos relatos que estejam enquadrados ao conceito de inovação social adotado neste trabalho. Para isto, foram:

- Realizadas visitas ao Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé;
- Análise dos Relatórios Anuais de Atividades da ITEP;
- Vistas a lista de presença das plenárias do Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes, dos anos de 2018 e 2019.

3.6. Metodologia de Análise

Nesta seção serão apresentados os resultados alcançados, visando atender o terceiro objetivo específico - estabelecer a relação das ações propostas pela ITEP com os conceitos de inovação social e emancipação social.

Inicialmente foram identificadas as atividades desenvolvidas pela ITEP, bem como origem, principais atividades e sujeitos alcançados. As categorias de análise dos dados foram direcionadas pelo Modelo de Tardif e Harisson (2005), visto no Quadro 4. Desenvolvido junto ao Centro de Pesquisa sobre Inovações Sociais (CRISES), foi criado

após a análise de 49 estudos ligados a inovação social. Tais estudos contemplavam inovações sociais estudadas em três eixos: trabalho e emprego; condições de vida; e território. Verificaram que os conceitos essenciais na definição de uma inovação social com vistas à transformação social são compostos pelas seguintes dimensões: a) novidade e caráter inovador da inovação; b) objetivo da inovação; c) processo de desenvolvimento da inovação; d) relações entre atores e estruturas; e) restrições ao desenvolvimento da inovação (CLOUTIER, 2003).

Optou-se por esse modelo pelo fato de ter sido desenvolvido no CRISES, sediado no Canadá. Além da sua credibilidade, ele permite uma análise das dimensões comuns aos três eixos apresentados pelos autores e pesquisadores que compõem o centro (MAUER, 2011). Destaca-se que outros autores que não integram o CRISES, abordam, ainda que de maneira distintas, algumas das dimensões definidas pelo centro.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DICUSSÕES

4.1 O Programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da UENF

Podemos observar a partir de nossas indagações que a institucionalização da Economia Solidária no município de Campos dos Goytacazes foi ganhando forma a medida que seu processo de constituição se entrelaçou ao histórico de atuação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF (PROEX), e a emergência do movimento de economia solidária no país durante a primeira década dos anos 2000. Todavia, o fator decisivo para que se apresentasse essa nova proposta econômica e social à Região Norte Fluminense se deu com a criação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da UENF (ITEP) dentro de um clima político, jurídico e institucional no estado do Rio de Janeiro favorável para o desenvolvimento deste modelo inovador de organização econômica.

Estes atores e fatores permitiram aos poucos instituir um lugar na esfera pública de realização desta experiência e promover “uma interlocução com uma sociedade civil disposta a se organizar em nome de uma forma diferente de produzir, comercializar e consumir, e de sua reprodução social, já que acreditaram na viabilidade de um caminho solidário a se seguir” (SILVA, 2019, p. 49).

Silva (2019) relata que os primeiros passos da economia solidária no município de Campos dos Goytacazes ocorreram por meio da atuação extensionista da UENF, que tinha como direcionamento o seu anseio por estabelecer um contato próximo com a comunidade campista. Nesse sentido, a influência com relação a formulação e implementação das políticas públicas advindas da UENF em 2003, estimulou o processo de elaboração das diretrizes da ITEP. Pensadas internamente pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX), foram delimitadas como ações de empreendedorismo popular, diferenciando-se das demais incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs), que utilizam o termo cooperativismo. A delimitação conceitual feita pela PROEX foi motivada pela condição das cooperativas da região que não praticavam as diretrizes da economia solidária, resultando num descrédito na imagem do trabalho coletivo na região (SILVA, 2019).

Ao relizar uma abordagem mais macro relacionada ao processo de consolidação das ITCPs através de políticas públicas voltadas para o fomento da ecosol a nível nacional, temos a ação articulada no âmbito do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP) e, o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ) que criou em 1995, subsidiado

pela Finep e Fundação Banco do Brasil (FBB), a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP. Tinha-se como objetivo o desenvolvimento de metodologias de incubação de cooperativas populares e de difusão desta tecnologia social para outras universidades do país (FINEP, s/d).

Em 1997 foi criado o PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, tendo como signatários a Finep, o Banco do Brasil, a FBB e o COEP. Em 2003, a Finep e a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego, retomaram a discussão sobre os rumos do PRONINC, decidindo financiar novas Incubadoras de Cooperativas e dar apoio à manutenção das incubadoras em operação. (FINEP, s/d, s/p.)

A economia solidária possui a virtude de se adequar ao gerenciamento do cenário de desequilíbrios econômicos e sociais característicos da realidade do Norte Fluminense, devido a isso, um dos focos da política e ações extensionista da UENF apontaram para a EcoSol. Diante do contexto histórico da região Norte e Noroeste Fluminense em 2001, em que a oferta de emprego, na área rural, se concentrava no plantio e colheita da cana de açúcar, já na urbana, cargos vinculados a prefeitura e outros instrumentos do Estado (SILVA, 2019). Segundo a autora, a oferta de trabalho rural submetia os trabalhadores a situações precárias, como:

grande esforço físico, baixa remuneração e inexistência de formação educacional; enquanto a urbana, demandava um certo grau de escolaridade, disposição para prestação de concursos ou relacionamentos políticos. Deixavase, assim, pouquíssimas opções para a geração de renda autônoma, instigando os indivíduos a usarem da criatividade para a sua subsistência (SILVA, 2019, p. 50).

A PROEX startou o processo interno de criação da ITEP ao receber o apoio da ITCP / COPPE / UFRJ em 2007, que passou a incubá-la no ano seguinte. Concomitante a isso, foi realizado o I Encontro de Economia Solidária em 2009 após um contato com a comunidade local na busca por ideias direcionadas ao desenvolvimento da EcoSol no município. No mesmo ano a criação da ITEP foi oficializada (SILVA, 2019).

O principal objetivo da ITEP é o compartilhamento e transferência de tecnologias desenvolvidas que buscam incentivar o empreendedorismo popular, baseando-se nas diretrizes da Economia Solidária, orientadas pelo Projeto de Lei da Câmara (PLC 137/2017) que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes), no âmbito estadual, pela Lei nº 8.351, promulgada no dia 01 de abril de 2019, oriunda do Projeto de Lei nº 2.210 no estado do Rio de Janeiro.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Política Estadual de Economia Solidária, visando ao desenvolvimento de empreendimentos e redes de economia solidária, por meio de programas, projetos e convênios firmados entre entidades da sociedade civil e órgãos do Poder Público, ou

outras formas admitidas em Lei (LEI nº 8351, 2019).

As principais diretrizes adotadas pela incubadora estão alinhadas em quatro campos: indução de política pública de economia solidária em consonância com a Política Nacional de Economia Solidária; incubação produtiva para grupos autogestionários; acolhimento e fortalecimento de movimentos sociais; inclusão digital comunitária como instrumento de educação/informação de comunidades e territórios infoexcluídos (ITEP, 2012).

Tendo como base o Relatório de Atividades (2012), os objetivos da ITEP são:

- incubar e apoiar empreendimentos solidários autogestionários vinculados a economia solidária que possuem potencial para alcançar resultados positivos, dando ênfase a cooperação entre os indivíduos envolvidos no desenvolvimento de atividades de geração de renda;
- apoiar e organizar redes de compras, consumo e produção de empreendimentos autogestionários;
- organizar e fortalecer movimentos sociais comunitários;
- induzir políticas públicas ligadas à economia solidária e inclusão digital comunitária nas regiões Norte e Noroeste Fluminense;
- possibilitar o surgimento e o fortalecimento de iniciativas de geração de trabalho e renda, que tenham como referência a economia solidária, com pessoas fragilizadas economicamente, acolhendo-os em sua infraestrutura física-organizacional e dar condições para o seu desenvolvimento através de oficinas de qualificação técnica e gerencial, articulando-as em redes que possibilitem a otimização de recursos e redução de custos, apoiando-as na busca de parcerias, divulgando suas ações e produtos, acelerando a consolidação desses empreendimentos oriundos de situações vulneráveis;
- compartilhar Tecnologia Social com segmentos organizados da economia solidária (organizações de agricultores familiares, artesanato, quilombolas, catadores de materiais recicláveis, pescadores, alimentação artesanal e cooperativas de pequeno porte), voltada a adequação e ao desenvolvimento de ferramentas e instrumentos que ampliem a capacidade produtiva com o domínio do conhecimento técnico.
- valorização social do trabalho.

Esta pesquisa concebe a ITEP como um programa de extensão universitário, e,

além disso, como: um espaço formativo, fonte de pesquisa, campo de atuação e agente promotora de inovação social. Sendo a extensão universitária e a economia solidária os pilares da atuação da mesma, que numa ação conjunta com a sociedade visa fomentar, alavancar e promover uma nova alternativa de organização econômica.

4.2 Perfil socioeconômico dos empreendedores solidários vinculados a ITEP

Essa seção visa o cumprimento do primeiro objetivo específico desta pesquisa - *traçar o perfil socioeconômico dos sujeitos participantes das atividades do programa de incubação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da UENF.*

O primeiro bloco de perguntas do questionário aplicado aos indivíduos da pesquisa abordou os aspectos socioeconômicos, com o intuito de traçar um perfil a partir da análise descritiva

A identificação do perfil dos empreendedores pode ser vista, inicialmente, na Tabela 1, onde se evidencia uma presença maior de pessoas do sexo feminino, com aproximadamente 83%.

Tabela 1 – Empreendedores Segundo Sexo

Sexo	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Homem	16	17,4	17,4	17,4
Mulher	76	82,6	82,6	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Segundo Costa (2008), evidencia-se uma maior inserção das mulheres no mundo do trabalho, considerando como marco os movimentos feministas a partir de 1970. Estes movimentos tiveram mais destaque a partir do século XX, alcançando outros espaços, que antes eram exclusivos aos homens. A criação de associações no anseio de lutar por condições melhores, a reivindicação de direitos e a diminuição das diferenças entre os gêneros, dentre outros, foram as diretrizes desses movimentos (COSTA, 2008).

A expansão da inserção da mulher no ambiente de trabalho é apoiada pela economia solidária, que incentiva a participação das mulheres nestes espaços abertos voltados para a produção de bens e prestação de serviços, gerando autonomia e protagonizando o universo feminino.

Costa (2008) aponta que o alto percentual de mulheres nas atividades de Economia Popular Solidária é decorrente das características da sociedade patriarcal, no

que tange a prática de atividades produtivas que são extensões do trabalho doméstico, retratando uma condição imposta as mulheres.

Diante da superação da posição de, somente, “dona do lar”, e com o crescimento notório da atuação feminina fora do ambiente de casa, os empreendimentos da economia solidária condicionaram a conciliação dos afazeres domésticos com a busca por independência financeira, por meio das finalidades das organizações de cunho coletivo. O anseio por uma independência da figura masculina; para serem protagonistas das próprias vidas; pela superação de problemas psicológicos, buscando através da economia solidária a realização de uma terapia; e, o compartilhamento de histórias e experiências, desenvolvendo novos laços sociais nos grupos e externos aos grupos, são alguns dos fatores que corroboram para inserção das mulheres nos espaços da economia solidária. Ou seja, a participação das mulheres, que antes se dedicavam somente as atividades do lar e que não tinham a oportunidade de desenvolver outras atividades, passam a ser possíveis nos empreendimentos populares, nas Redes e Circuitos Universitários mantidos pela ITEP. Como forma de complementar sua renda, servir de exemplo para construção dos valores familiares, ajudar na educação dos filhos e aumentar/melhorar sua autoestima com relação ao trabalho.

A faixa etária que se destaca é a compreendida entre “de 51 a 60 anos”, com 23,9%, seguidas pelos que tem entre “41 e 50 anos”, com 20,7%, no entanto, com relação à amostra escolhida não notou-se uma disparidade considerável em relação ao quantitativo de pertencentes a cada faixa etária, somente a faixa de “71 ou mais” que contempla 2,2% dos respondentes. Como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Faixa etária dos empreendedores solidários

Faixa Etária	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
De 19 a 29 anos	14	15,2	15,2	15,2
De 30 a 40 anos	18	19,6	19,6	34,8
De 41 a 50 anos	19	20,7	20,7	55,4
De 51 a 60 anos	22	23,9	23,9	79,3
De 61 a 70 anos	17	18,5	18,5	97,8
71 anos ou mais	2	2,2	2,2	100,0
Total	92	100,0		100,0

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A primeira faixa etária (de 51 a 60 anos) e a segunda (de 41 a 50 anos) compõem o grupo de pessoas que sofrem com a exclusão do mercado formal de trabalho. Para Zarpelon (2007), grandes partes das empresas, despreocupadas com a experiência e o conhecimento acumulado, buscam para o seu quadro funcional, colaboradores “mais jovens”, partindo do pressuposto de que irão assimilar e se adaptar as novas tendências com mais facilidades.

Nesse sentido, trata-se de uma abordagem de inclusão produtiva, a qual supera o proposto pelo de mercado de trabalho tradicional. Tendo na economia solidária, o estímulo ao trabalho associativo, uma oportunidade de se adotar uma estratégia que garanta a toda população o acesso ao trabalho. Cabe ao Estado utilizar desse mecanismo viável para se alcançar esse objetivo por meio das políticas públicas voltadas à Ecosol.

Conforme a Tabela 3, foi mapeado a cor autodeclarada por cada respondente. A metade dos empreendedores se declarou “Branco”, seguidos por “Pardos”, com um percentual de 30,4% e, pelos “Pretos” com 16,3%.

Ao considerar que aproximadamente 48% dos empreendedores vinculados a ITEP são pretos ou pardos, acredita-se que a exposição desse dado possa corroborar para o incentivo ao apoio as iniciativas produtivas e resgate cultural no âmbito dos espaços socioculturais de matriz africana, através do empreendedorismo negro direcionados por valores e princípios da economia solidária.

Tabela 3 – Cor autodeclarada pelos empreendedores

Cor	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Branca	46	50,0	50,0	50,0
Preta	15	16,3	16,3	66,3
Amarela	2	2,2	2,2	68,5
Parda	28	30,4	30,4	98,9
Indígena	1	1,1	1,1	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Considera-se relevante uma breve análise da composição histórica da sociedade campista, tendo como uma de suas marcas a formação de uma sociedade multicultural e pluriétnica, similar a formação do território nacional. Segundo os dados oficiais do censo apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, o município de Campos dos Goytacazes tem 463.731 habitantes, onde 235.297 pessoas se autodeclararam pretas ou pardas, isto é, mais de 50% da população campista é composta por pessoas pretas e pardas (FERRO e SOARES, 2018).

Segundo o IPEA (2019, p.164), as políticas de promoção da igualdade racial no estado da Bahia, que adotaram “a economia solidária como mecanismo de articulação de redes solidárias, formadas por diferentes atores sociais, nos campos da saúde, educação, segurança pública, trabalho e assistência social”, conseguem proporcionar uma maior sustentabilidade às iniciativas de combate ao racismo institucional que visam às políticas públicas e a gestão social. Esse avanço se dá por meio da associação dessas políticas em consonância com a formação de redes solidárias (IPEA, 2019).

A frequência da variável “estado civil” predomina: casado com 41,3%, seguido por solteiro com 22,8%, de acordo com a Tabela 4.

Tabela 4 – Estado civil dos empreendedores vinculados a ITEP

Estado Civil	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Solteiro	21	22,8	22,8	22,8
Casado	38	41,3	41,3	64,1
União estável	13	14,1	14,1	78,3
Separado	2	2,2	2,2	80,4
União civil	2	2,2	2,2	82,6
Viúvo	7	7,6	7,6	90,2
Divorciado	9	9,8	9,8	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Dos 92 respondentes, 67 são naturais de Campos dos Goytacazes, o que representa 72,8%, conforme a Tabela 5. A economia solidária no município tem sua articulação conduzida pela UENF, através das ações implementadas pela ITEP. A incubadora atua na organização de grupos formais e informais que possuem caráter comunitário, por meio da incubação de empreendimentos e assessoramento do Fórum Local Economia Solidária de Campos dos Goytacazes (FLES/CG).

O FLES/CG resume-se como um espaço de organização dos trabalhadores, os quais discutem e abordam as dificuldades e os avanços da política pública de EcoSol a nível local, sendo conduzido pelas diretrizes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES. Tendo como uns de seus objetivos, a promoção de alternativas sustentáveis que gerem trabalho e renda, visando o embate à exclusão social e o atendimento das demandas da sociedade civil (SILVA, 2019).

Tabela 5 – Naturalidade (Município) dos empreendedores solidários

Naturalidade	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Campos dos Goytacazes	67	72,8	72,8	72,8
Outro município	25	27,2	27,2	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A grande maioria dos respondentes vinculados a ITEP são naturais do estado do Rio de Janeiro, com um quantitativo de aproximadamente 89%, como mostra a Tabela 6.

Tabela 6 –Naturalidade (Estado) dos empreendedores solidários

Naturalidade	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Rio de Janeiro	82	89,1	89,1	89,1
Outro estado	10	10,9	10,9	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A tabela 7 ao evidenciar que aproximadamente 44% dos indivíduos entrevistados apresentam como única fonte de renda o trabalho desenvolvido na economia solidária, reafirma o dito por Betanho et al.(2015), que na década de 1980 os efeitos da acumulação capitalista e a deformação sobre as condições materiais de vida do trabalhador brasileiro mostraram-se catastróficos, em função das crises econômicas e dos rearranjos obrigatórios à adequação das organizações aos ditames do capital internacional, milhares de postos de trabalho foram fechados (BETANHO et. al., 2015).

O país passou por uma fase de acirrada competitividade e os altos preços estabelecidos pelas empresas, resultaram no aumento do número de desempregados. Com a substituição da mão de obra e a inserção de máquinas os números de postos de trabalho reduziram drasticamente. O soberano mercado capitalista e a alta competitividade tecnológica, atrelada ao momento da referida década, levaram ao aparecimento de um trabalho alternativo gerador de renda e promotor do desenvolvimento sustentável: a Economia Solidária (GAVIRAGHI e GUIMARAES; 2009 apud SOUZA et al., 2014).

Diante desse cenário, grupos de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho se uniram e empreenderam. Cada um com suas habilidades desenvolvidas ao longo da vida buscaram reduzir os riscos de investimento por meio da associação de esforços.

Tabela 7 – Atual situação de Trabalho e Renda dos empreendedores vinculados a ITEP

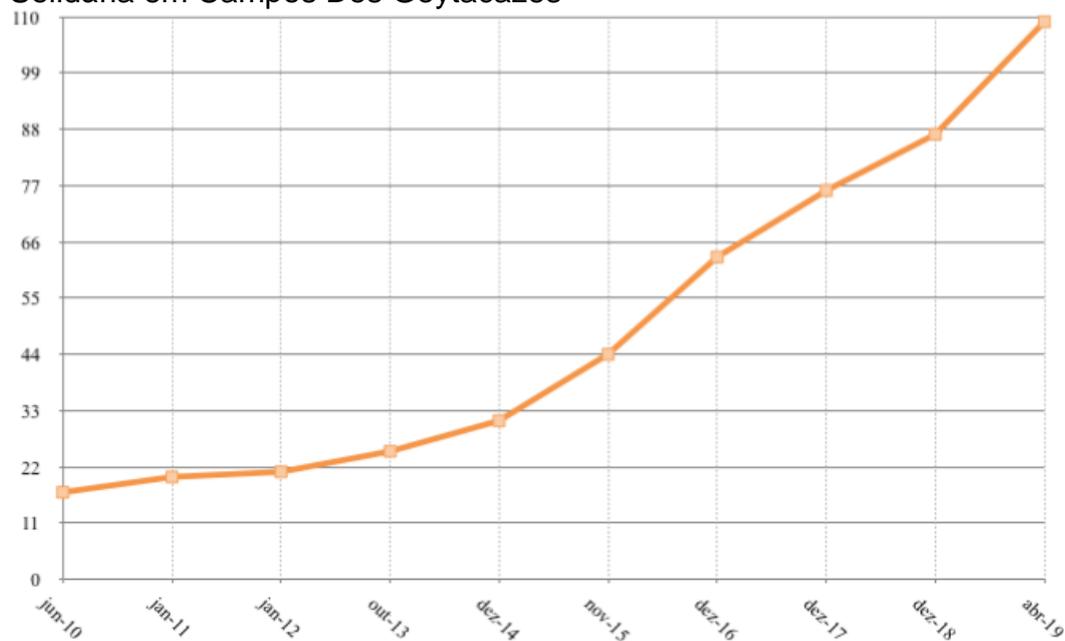
Trabalho/Renda	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Estudante (bolsista)	7	7,6	7,6	7,6
Servidor(a) Público(a)	7	7,6	7,6	15,2
Trabalha com carteira assinada	3	3,3	3,3	18,5
Micro empreendedor individual	10	10,9	10,9	29,3
Microempresário(a)	1	1,1	1,1	30,4
Empreendedor(a) solidário(a)	40	43,5	43,5	73,9
Aposentado(a)	15	16,3	16,3	90,2
Outro	9	9,8	9,8	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Segundo Silva (2019), com a criação oficial da ITEP, no ano de 2010, e no ano seguinte com o reconhecimento do FLES/CG a formação de novos empreendimentos econômicos solidários tiveram uma crescente no município, todavia sem um quantitativo tão expressivo. Porém de setembro de 2014 a agosto de 2016, a criação de novos empreendimentos aumentou em 103% em menos de dois anos, quantitativo superior aos quatro anos anteriores. A autora considera alguns fatores que implicaram nesse aumento, como o processo de Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016, no mesmo ano a Lei nº 8.717 dos Princípios da Economia Solidária em Campos é autorgada, assim como, a SENAES passa a ser uma subsecretaria vinculada ao MTE.

Nesse sentido, Singer (2014 apud Silva, 2019), aponta que os períodos de instabilidade social, política e econômica, condicionam uma difusão maior da economia solidária. De 2018 a abril de 2019 foi registrado um aumento significativo com relação à criação de novos empreendimentos econômicos solidários, como mostra a Figura 1(SILVA, 2019).

Gráfico 1 - Distribuição temporal do nascimento de Empreendimentos de Economia Solidária em Campos Dos Goytacazes



Fonte: Silva (2019).

Segundo a autora, teve-se o surgimento de 22 novos grupos de trabalho. Acredita-se que um dos fatores que foi crucial para esse pico do surgimento de novos, tenha sido o trabalho conjunto entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, a Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (CODEMCA) e o FLES/CG, ainda em 2018. Esta relação entre os atores proporcionou uma maior visibilidade à Economia Solidária em Campos, implicando na escolha de muitos que precisavam constituir uma nova fonte de renda ou complementá-la, como se pode ver mais adiante na Tabela 13.

A Tabela 8 evidencia que, apenas, 31,5% dos empreendedores respondentes contribuem com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ou seja, um total de 60 empreendedores não consegue ou não querem contribuir com o INSS. Três optaram por não responder essa pergunta.

Tabela 8 – Empreendedores que contribuem com o INSS

Resposta	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Sim	29	31,5	32,6	32,6
Não	60	65,2	67,4	100,0
Total	89	96,7	100,0	
Faltantes (888)	3	3,3		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A previdência social no Brasil surge e continua até os dias de hoje inteiramente condicionada ao trabalho assalariado. Portanto, para que o indivíduo tenha acesso, geralmente, é necessária uma contribuição prévia. Ou seja, essa condição exclui uma parcela considerável da população que vive do trabalho como é o caso dos empreendedores da economia solidária (SÉRGIO, 2017).

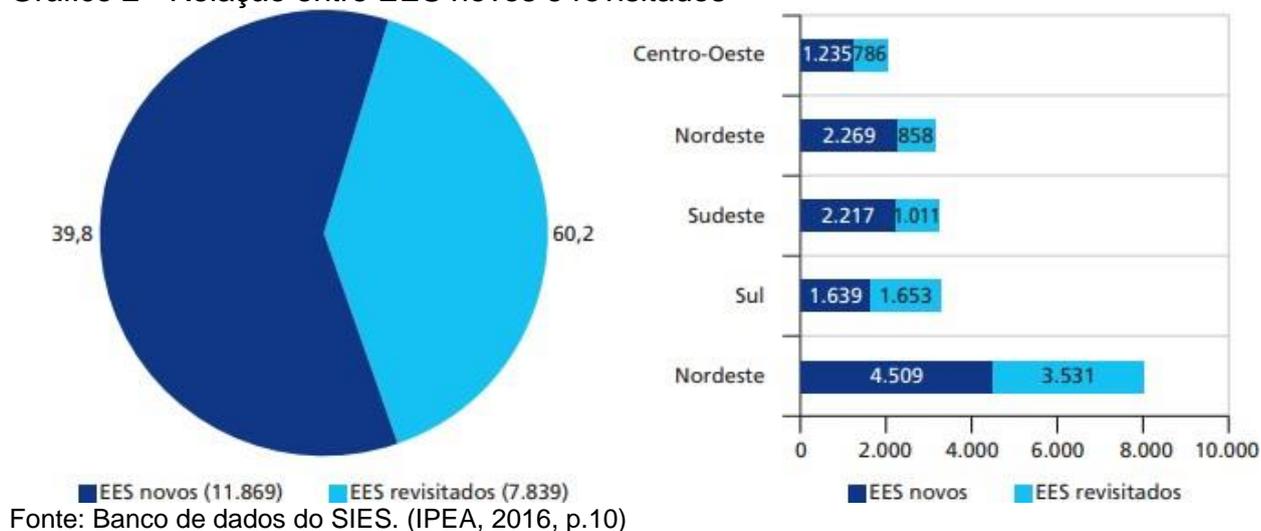
Conforme os dados do SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, mais de milhão de trabalhadores estão associados, sem incluir na contagem os familiares que podem aumentar significativamente esse número. Com relação os empreendimentos econômicos solidários, a pesquisa realizada pela autora revelou que entre as principais dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores está em assegurar rendimentos suficientes à condição mínima de sobrevivência (SÉRGIO, 2017).

A autora aponta a falta de uma legislação que contemple os indivíduos inseridos na EcoSol, no que tange ao atendimento das especificidades do trabalho associado. Assim, mesmo que a previdência social do Brasil tenha avançado em relação aos direitos previdenciários destinados aos trabalhadores do mercado formal e algumas outras categorias (vinculados a economia familiar), seu avanço, em termos de universalização de sua cobertura, tem deixado um quantitativo da população sem cobertura dos benefícios previdenciários em situações que impeçam o trabalho (idade, acidente, doença e etc.) (SÉRGIO, 2017).

O debate e a discussão sobre esse aspecto, uma legislação da previdência social que contemple as especificidades do trabalho assalariado, e assim, os trabalhadores inseridos na economia solidária, toma uma posição de extrema relevância. Já que, segundo o IPEA (2016), o mapeamento do Sies, no período 2009 – 2013, identificou um total de 19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados. Desse quantitativo, 11.869 (60,2%) são novos EES, ou seja, não foram registrados no mapeamento anterior, e 7.839

(39,8%) são de EES revisitados. Como ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Relação entre EES novos e revisitados



Há a ausência no Brasil de legislação específica que contemple os empreendimentos solidários. Neste caso, a lei mais próxima que regule o trabalho na economia solidária é a Lei no 5.746/1971, que regula a o funcionamento das cooperativas. Essa norma define o modo de organização, as regras de admissão e/ou expulsão dos associados, controle e fiscalização, entre outras regras para a atuação das cooperativas.

Todavia, essa norma ao tratar a cooperativa como sociedade, não contempla os trabalhadores cooperados do âmbito do Direito do Trabalho. Ou seja, essa lei não prover proteção jurídica trabalhista ao trabalhador da economia solidária. Devido a isso, não há regras que garantam aos trabalhadores remuneração mínima, segurança do trabalho e férias remuneradas. Segundo Silva (2002), a Economia Solidária impõe o desafio para o Direito do Trabalho de delimitar os direitos mínimos que devem ser destinados aos trabalhadores que compõe esses empreendimentos.

De acordo com a Tabela 9, aproximadamente 86% dos empreendedores solidários não recebem benefícios sociais por parte do governo. Um dos entrevistados não respondeu e outro não sabia dizer se recebia ou não algum tipo de benefício social.

Tabela 9 – Empreendedores que recebem benefícios sociais

Resposta	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Sim	13	14,1	14,4	14,4
Não	77	83,7	85,6	100,0
Total	90	97,8	100,0	
Faltantes	888	1	1,1	
	999	1	1,1	
Total (faltantes)	2	2,2		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Dos 13 trabalhadores que disseram receber algum tipo de benefício social, 100% recebem bolsa família. Ou seja, a grande maioria obtém sua fonte de renda através do trabalho desenvolvido na economia solidária.

No que tange a formação educacional dos trabalhadores inseridos na economia solidária, a Tabela 10 apresenta a média de escolaridades dos integrantes de empreendimentos vinculados a ITEP.

Tabela 10 – Nível de escolaridade dos empreendedores solidários vinculados a ITEP

Formação	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Fundamental completo	8	8,7	8,7	8,7
Fundamental incompleto	13	14,1	14,1	22,8
Médio completo	28	30,4	30,4	53,3
Médio incompleto	6	6,5	6,5	59,8
Superior completo	17	18,5	18,5	78,3
Superior incompleto	8	8,7	8,7	87,0
Pós-graduação	12	13,0	13,0	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Pela Tabela 10, constata-se que a média de escolaridade dos trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária é, em grande parte, ensino médio completo, que perfaz cerca de 30,4% dos empreendedores, e, por outro lado, o ensino superior completo indica aproximadamente 19% dos empreendedores.

Na tabela 11, evidencia-se que 65,2% já fizeram algum tipo de curso

profissionalizante, ou seja, 60 dos 92 respondentes.

Neste caso, a média do grau de escolaridade dos trabalhadores vinculados à ITEP refuta o pressuposto de que na economia solidária há baixa participação nos empreendimentos de pessoas com o grau de escolaridade alto (ensino médio e/ou superior).

Tabela 11 – Empreendedores que fizeram cursos profissionalizantes

Resposta	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Sim	60	65,2	65,2	65,2
Não	32	34,8	34,8	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Sabe-se que a Economia Solidária se apresenta como um instrumento promotor de inclusão social. Cattani (2003) salienta que a Economia Solidária não pode ser entendida apenas como uma estratégia de se alcançar os pobres e/ou excluídos. Segundo o autor, cabe a EcoSol gerar avanços em todos os domínios, envolver de forma responsável, amplos segmentos da sociedade (CATTANI,2003).

Realizou-se uma análise com relação a renda mensal de cada trabalhador sem considerar os ganhos através do trabalho desenvolvido na economia solidária, conforme pode ser visualizado na Tabela 12.

Tabela 12 – Renda mensal pessoal sem a economia solidária

Valor da Renda	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Nenhuma renda	25	27,2	29,4	29,4
De 0 a R\$ 100,00	0	0	0	29,4
De R\$ 101,00 a R\$ 200,00	1	1,1	1,2	30,6
De R\$ 201,00 a R\$ 300,00	0	0	0	30,6
De R\$ 301,00 a R\$400,00	2	2,2	2,4	32,9
De R\$ 401,00 a R\$ 500,00	1	1,1	1,2	34,1
De R\$ 501,00 a R\$ 998,00	16	17,4	18,8	52,9
De R\$ 999,00 à R\$ 1996,00	18	19,6	21,2	74,1
De R\$ 1997,00 à R\$ 2994,00.	9	9,8	10,6	84,7
R\$ 2995,00 ou mais	13	14,1	15,3	100,0
Total	85	92,4	100,0	
Faltantes	888	6	6,5	
	999	1	1,1	
Total (Faltantes)	7	7,6		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A economia solidária vem se estruturando cada vez mais em nosso país como um modelo alternativo de geração de trabalho, renda e de inserção social, principalmente de grupos menos favorecidos (SINGER, 2005). A afirmação do autor vai de encontro ao dado exposto. Cerca de 29,4% dos trabalhadores entrevistados apresentam como única fonte de renda pessoal mensal o trabalho desenvolvido na economia solidária. Segundo Dagnino (2002), geralmente os trabalhadores que compõem os EES estão em situação de exclusão do mercado formal de trabalho, devido a isso, constituem novos empreendimentos coletivos de produção.

Somando o quantitativo de trabalhadores que não possuem renda com o dos que vivem com até R\$ 500,00 mensais constata-se que menos da metade está inserida nesse cenário, sendo aproximadamente 34,1%. Todavia, 47,1% possuem uma renda pessoal mensal superior R\$ 998,00 (antigo salário mínimo).

Na tabela 13 é possível identificar que 26% empreendedores indicaram um ganho mensal pessoal do seu trabalho desenvolvido nos moldes da ecosol entre R\$ 501,00 a R\$ 998,00, seguidos de um percentual de 14,3% dos que apresentaram um

ganho entre R\$ 201,00 a R\$ 300,00 e R\$ 101,00 a R\$ 200,00. Entretanto, é importante destacar que 16,3% dos empreendedores respondentes não quiseram ou não souberam informar o valor adquirido mensalmente.

Tabela 13 – Renda mensal pessoal fruto do trabalho da economia solidária

Renda	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Nenhuma renda	5	5,4	6,5	6,5
De 0 a R\$ 100,00	11	12,0	14,3	20,8
De R\$ 101,00 a R\$ 200,00	10	10,9	13,0	33,8
De R\$ 201,00 a R\$ 300,00	11	12,0	14,3	48,1
De R\$ 301,00 a R\$400,00	5	5,4	6,5	54,5
De R\$ 401,00 a R\$ 500,00	6	6,5	7,8	62,3
De R\$ 501,00 a R\$ 998,00	20	21,7	26,0	88,3
De R\$ 999,00 à R\$ 1996,00	6	6,5	7,8	96,1
De R\$ 1997,00 à R\$ 2994,00.	2	2,2	2,6	98,7
R\$ 2995,00 ou mais	1	1,1	1,3	100,0
Total	77	83,7	100,0	
Faltantes	888	1	1,1	
	999	14	15,2	
Total (Faltantes)	15	16,3		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Ao visualizar o Quadro 5, percebe-se que houve um incremento na renda mensal após a inserção desses empreendedores na economia solidária. O número de pessoas nas faixas de “nenhuma renda” diminuiu consideravelmente, apresentando uma perspectiva quanto a sua capacidade de distribuição de renda. Importante, salientar que 25 empreendedores não possuíam renda nenhuma antes do contato com a economia solidária, através da ITEP. Esse número caiu para 5 pessoas, ou seja 400% a menos.

Quadro 5 - Comparativo da renda mensal dos empreendedores antes e depois da inserção na economia solidária

Renda	Sem a EcoSol	Com a EcoSol
Nenhuma renda	25	5
De 0 a R\$ 100,00	0	11
De R\$ 101,00 a R\$ 200,00	1	10
De R\$ 201,00 a R\$ 300,00	0	11
De R\$ 301,00 a R\$400,00	2	5
De R\$ 401,00 a R\$ 500,00	1	6
De R\$ 501,00 a R\$ 998,00	16	20
De R\$ 999,00 à R\$ 1996,00	18	6
De R\$ 1997,00 à R\$ 2994,00.	9	2
R\$ 2995,00 ou mais	13	1
Não Responderam	7	15
Total	92	92

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Segundo Zaperlon (2012), uma forma de se comprovar que houve algum incremento na renda mensal dessas pessoas é fazendo o seguinte cálculo: imaginar que o salário recebido seja o maior salário de cada faixa (sem considerar a faixa “R\$ 2995,00 ou mais”), então se multiplica pela quantidade de pessoas que recebem cada salário, tem-se um total de R\$ 74.042,00 sem a economia solidária e R\$ 49.324,00 após a entrada desses trabalhadores na EcoSol.

Dividindo os respectivos valores pelo total de pessoas que recebem, tem-se um salário médio de R\$ 1028,36 sem e a mais de R\$ 649,00 com a EcoSol, o que de certa forma comprova que houve algum tipo de complemento de renda. Ou seja, houve um complemento do salário médio mensal equivalente a 63,29%.

4.3 Perfil da habitação e moradia dos empreendedores solidários vinculados a ITEP

Nesta seção concentram-se as informações relacionadas ao perfil de habitação e moradia dos indivíduos participantes da economia solidária vinculados a ITEP. Cerca de 78% possuem habitação própria, seguidos de 12,1% que vivem em residência alugada, conforme a Tabela 14.

Tabela 14 – Situação de Moradia dos empreendedores

Tipo	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Própria	71	77,2	78,0	78,0
Alugada	11	12,0	12,1	90,1
Cedida	7	7,6	7,7	97,8
Outros	2	2,2	2,2	100,0
Total	91	98,9	100,0	
Faltantes (888)	1	1,1		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A Tabela 15 evidencia que dos 92 respondentes 78 responderam que possuem água tratada em sua residência, o equivalente, aproximadamente, a 85% dos empreendedores. Os que não possuem, cerca de 15,2%, se abastecem com água de poço. Considera-se água tratada, o abastecimento feito pela concessionária Águas do Paraíba.

Tabela 15 – Moradias que possuem água tratada

Resposta	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Sim	78	84,8	84,8	84,8
Não	14	15,2	15,2	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A maioria dos trabalhadores responderam que suas moradias possuem tratamento de rede de esgoto, isto é, um percentual equivalente a 72,5%, conforme a Tabela 16. Além disso, todos responderam que possuem energia elétrica em casa.

Tabela 16 – Moradias que possuem rede de esgoto

Resposta	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Sim	66	71,7	72,5	72,5
Não	25	27,2	27,5	100,0
Total	91	98,9	100,0	
Faltantes (999)	1	1,1		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

4.4 Caracterização dos empreendimentos apoiados pela ITEP

Esta seção buscou realizar uma caracterização dos empreendimentos cadastrados na ITEP. Tais empreendimentos estão vinculados ao Berçário de empreendimentos incubados do Programa.

Neste caso, o Berçário de Incubação trata da formação técnica destes participantes, para que possam lidar com as questões relativas à legalização de seus empreendimentos, manutenção de uma rede presencial e virtual, participação em eventos acadêmicos, organização de feiras de comercialização, entre outras ações que consolide o trabalho solidário no município.

Perguntou-se aos trabalhadores qual o tipo de vínculo que eles enxergam ter com a ITEP, conforme mostra a Tabela 17. Aproximadamente, 59% responderam pertencer a um empreendimento incubado, 17% à Rede Agroecológica e apenas 4% as Organizações dos Territórios (Baixada ou Imbé). Todavia, esse trabalho chama atenção para o número de trabalhadores que não souberam responder ou caracterizar minimamente o tipo de vínculo entre seus empreendimentos e a incubadora. Cerca de 20%, não souberam ou entendem o vínculo dos seus empreendimentos com a ITEP.

Tabela 17 – Tipo de vínculo dos empreendedores com a ITEP

Vínculo	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Empreendimento incubado	54	58,7	73,0	73,0
Rede Agroecológica	16	17,4	21,6	94,6
Organizações dos Territórios	4	4,3	5,4	100,0
Total	74	80,4	100,0	
Faltantes (999)	18	19,6		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A Tabela 18 aponta a área geográfica de atuação desses empreendimentos, evidenciando uma maior atuação desses trabalhadores na área urbana, com 65% dos respondentes. Seguidos dos que atuam na área rural e urbana. Essa atuação contempla produção e comercialização.

Tabela 18 – Área geográfica de atuação do empreendimento

Área Geográfica	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Rural	11	12,0	12,2	12,2
Urbana	60	65,2	66,7	78,9
Rural e urbana	19	20,7	21,1	100,0
Total	90	97,8	100,0	
Faltantes	888	1	1,1	
	999	1	1,1	
Total (faltantes)	2	2,2		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A Tabela 19 evidencia a informalidade presente nesses Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Segundo as informações obtidas, aproximadamente, 85% dos trabalhadores responderam que seus empreendimentos não possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Tabela 19 – Empreendimentos que possuem CNPJ

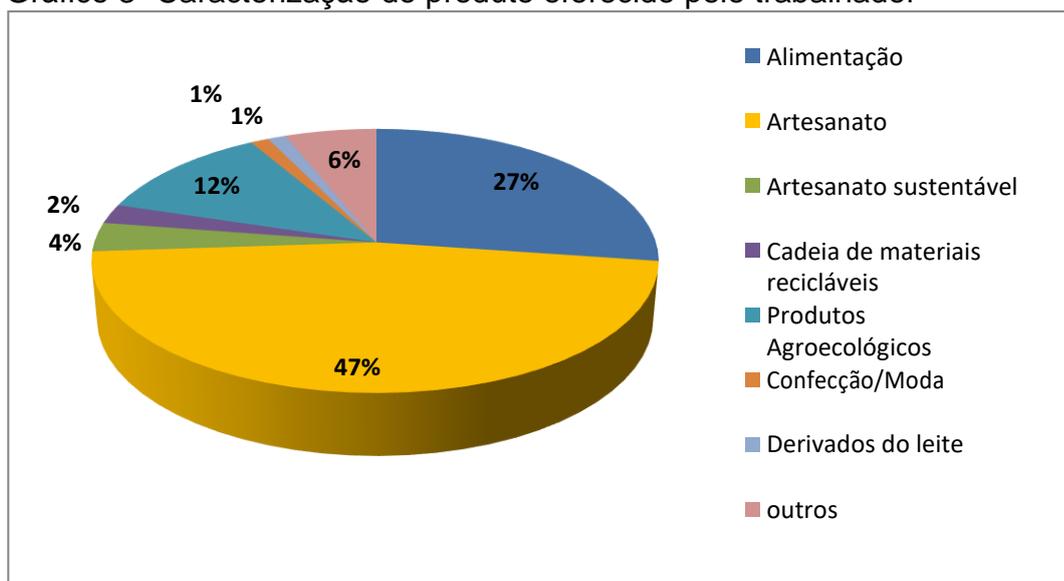
Resposta	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Sim	11	12,0	12,4	12,4
Não	78	84,8	87,6	100,0
Total	89	96,7	100,0	
	888	1	1,1	
Faltantes	999	2	2,2	
Total	3	3,3		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

De acordo com Silva e Kappes (2016), a informalidade presente na maioria dos EES é devida aos obstáculos enfrentados pelos empreendedores para se legalizarem. Os autores apontam as dificuldades presentes na condição da informalidade, destacando que: “Esse acaba sendo um problema grave para os empreendimentos especialmente, porque dificulta o acesso a recursos públicos ou empréstimos privados, limitando a capacidade de crescimento dessas entidades”(SILVA e KAPPES, 2016, p. 91).

Foi realizada uma caracterização dos produtos oferecidos pelos trabalhadores, como evidencia o Gráfico 3. Nota-se que a principal atividade desenvolvida é a do artesanato, que contempla 51% dos respondentes, seguidos pelos que desenvolvem atividades ligadas à agroecologia, com 27% dos respondentes.

Gráfico 3 -Caracterização do produto oferecido pelo trabalhador



Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

O campo de estudo desta pesquisa concentra-se na cidade de Campos dos Goytacazes, situada na região Norte Fluminense. A mesma apresenta um desenvolvimento inicial marcado pela indústria sucro-alcooleira, que resultou na formação de uma estrutura de ocupação desequilibrada, evolução social da população local lenta e altos índices de desigualdades. A atividade de monocultura, açucareira, também desfavoreceu o desenvolvimento do associativismo. Uma região ainda marcada por políticas oligárquicas que geralmente distanciam as massas dos processos deliberativos, regidas muitas vezes pela naturalização do patrimonialismo, assim como o coronelismo, voto de cabresto e das relações de compadrio, ainda verificadas entre as classes políticas e a sociedade civil. Assim, prevalece uma solidariedade vertical (das trocas de favores entre privilegiados e desprivilegiados), que obstaculiza solidariedades horizontais e o desenvolvimento entre pessoas de mesma classe e interesses.

Diante da formação sócio-histórica da região Norte Fluminense, Leitão (2013) aponta em seu trabalho a percepção da pesquisadora do setor do artesanato e gerente da área de Economia Criativa do SEBRAE-RJ, Heliana Marinho da Silva, que afirma que os resquícios de aristocracia ao adquirir seus objetos, adornos e vestimentas por meio da utilização da mão de obra escrava para o cultivo da cana, não estimularam o surgimento de técnicas de artesanato importantes. Segundo a autora, mesmo se tendo potencialidades específicas da história local como componentes socioculturais resgatáveis, persiste a necessidade de investimento no artesanato da região para a aquisição de uma identidade (LEITÃO, 2013).

Segundo o Programa de Artesanato do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria

de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Governo estadual, a região Norte Fluminense produz um artesanato característico por técnicas mais tradicionais do bordado, abrolhos, ponto cruz e crochê, além disso, as fibras naturais e da argila são utilizadas. (LEITÃO, 2013).

A ITEP/UENF tem atuado também com o intuito de fomentar o setor do artesanato no município de Campos dos Goytacazes, dentre suas principais ações consistem: as organizações de atividades do Fórum Local de Economia Solidária; a aplicação de treinamentos, consultorias e workshops. Além disso, a incubadora realizou um mapeamento das artesãs e das técnicas, e, por fim foram selecionadas as técnicas de maior relevância.

4.5 Caracterização da forma de trabalho

Este trabalho realiza uma caracterização da forma de trabalho dos indivíduos vinculados aos EES cadastrados na ITEP. Expondo o percentual da carga horária trabalhada na economia solidária, o que inclui produção e comercialização; as formas como esses trabalhadores se deslocam até os pontos de comercialização; qual espaço utilizado para a produção dos produtos; e, quais espaços são utilizados para a comercialização dos mesmos.

Conforme a Tabela 20, 44,2% dos respondentes desenvolvem o seu trabalho na EcoSol durante um período diário de até 4 horas. A segunda variável que obteve mais frequência nas respostas foi a dos empreendedores que trabalham “De 4 a 6 horas” na produção e comercialização dos seus produtos diariamente. Ou seja, os mesmos possuem a condição de desenvolverem outras atividades além do trabalho na EcoSol, já que não trabalham integralmente.

Tabela 20 – Jornada de trabalho diário na economia solidária dos empreendedores vinculados a ITEP

Horas	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Até 4 horas	38	41,3	44,2	44,2
De 4 a 6 horas	24	26,1	27,9	72,1
De 6 a 7 horas	8	8,7	9,3	81,4
De 7 a 8 horas	4	4,3	4,7	86,0
Mais de oito horas	12	13,0	14,0	100,0
Total	86	93,5	100,0	
	888	3	3,3	
Faltantes	999	3	3,3	
	Total	6	6,5	
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

O percentual de trabalhadores que se deslocam até os pontos de comercialização chega a 45,1%, evidenciando que quase metade possui condições mínimas para se deslocarem até os pontos disponibilizados pelo FLES/CG sem depender de terceiros. Todavia, cerca de 37,4% utilizam o sistema de transporte público municipal ou pagam terceiros (táxi, uber, carros particulares) para essa mobilidade até os pontos de comercialização, como mostra a Tabela 21.

Tabela 21 – Forma de locomoção dos empreendedores até os pontos de comercialização

Meio de transporte	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Carro próprio	41	44,6	45,1	45,1
Ônibus/van da prefeitura	23	25,0	25,3	70,3
Paga alguém para te levar	11	12,0	12,1	82,4
Bicicleta	7	7,6	7,7	90,1
A pé	1	1,1	1,1	91,2
Mais de dois meios de transportes citados	5	5,4	5,5	96,7
Outros	3	3,3	3,3	100,0
Total	91	98,9	100,0	
Faltantes (888)	1	1,1		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Segundo Bicalho (2000), o transporte coletivo é fundamental do ponto de vista econômico, pela sua capacidade de contribuir em prol do desenvolvimento de uma região, ao organizar e promover a ocupação dos espaços urbanos, e atuar como um componente articulador entre as atividades econômicas desenvolvidas em distintas localidades.

Alguns empreendedores entrevistados apresentaram como dificuldade a logística em levar os seus produtos até os pontos de comercialização, principalmente, os que utilizam o transporte público. Sendo um dos principais fatores que inibem a participação de alguns trabalhadores nos eventos organizados pelo FLES/CG.

Em relação ao espaço utilizado para a produção e/ou cultivo dos seus produtos, aproximadamente 78% dos respondentes apontaram o espaço compartilhado com a moradia como principal local de produção, segundo a Tabela 22.

Tabela 22 – Espaço utilizado para produzir/cultivar o produto

Espaço	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Lavoura	10	10,9	10,9	10,9
Espaço compartilhado com moradia	72	78,3	78,3	89,1
Sala alugada	3	3,3	3,3	92,4
Cooperativa	2	2,2	2,2	94,6
Outros	5	5,4	5,4	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A pesquisa mapeou os principais pontos de comercialização que os empreendedores solidários cadastrados no Programa de Incubação da ITEP utilizam para expor seus produtos.

De acordo com a Tabela 23, o primeiro local apontado como um espaço de comercialização foi a própria moradia dos trabalhadores, aproximadamente 75% comercializam seus produtos em casa. Seja expondo ou via encomenda.

Tabela 23 - Empreendedores que comercializam em casa

Resposta	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Sim	68	73,9	74,7	74,7
Não	23	25,0	25,3	100,0
Total	91	98,9	100,0	
Faltantes (888)	1	1,1		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A Tabela 24 evidencia o baixo número de trabalhadores que possuem uma loja fixa como espaço de comercialização, apenas 9,8% dos respondentes fazem uso de uma, isto é, 83 trabalhadores responderam que não expõe seus produtos em lojas fixas. Evidenciando a importância dos espaços de comercialização gerados pela ITEP e FLES/CG.

Tabela 24 – Empreendedores que comercializam em loja fixa

Resposta	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Sim	9	9,8	9,8	9,8
Não	83	90,2	90,2	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A Tabela 25 demonstra a participação dos empreendedores nos eventos organizados pelo FLES/CG, 73 trabalhadores confirmaram suas participações nos eventos e projetos do FLES/CG, o que equivale a 80,2% dos respondentes. Dentre os principais eventos e projetos estão: os Circuitos Universitários, as Redes (Agroecológica, Artesanato e etc.), a Feira Bem Viver, e, os eventos realizados por algumas instituições campistas que os convidam.

Tabela 25 – Empreendedores que comercializam nos eventos do FLES/CG

Resposta	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Sim	73	79,3	80,2	80,2
Não	18	19,6	19,8	100,0
Total	91	98,9	100,0	
Faltantes (888)	1	1,1		
Total	92	100,0		

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

De acordo com a Tabela 26, 63% dos empreendedores solidários participam das Redes a fim de comercializarem seus produtos. As Redes promovidas pela ITEP e FLES/CG estão presentes em algumas universidades campistas, instituições municipais parceiras, nos territórios, como é o caso da Rede Ecosol de Artesanato e Arte Criativa da Baixada Campista, e em outros locais esporádicos avaliados pelos gestores e trabalhadores a frente como viáveis para a alocação do espaço Rede.

Tabela 26 - Empreendedores que comercializam nas Redes

Resposta	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Sim	58	63,0	63,0	63,0
Não	34	37,0	37,0	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

É possível observar um grande quantitativo de trabalhadores pertencentes à amostra que participam do Projeto Circuitos Universitários, um total de 65 empreendedores afirmou participar dos circuitos como forma de expor e vender o seus produtos, ou seja, o equivalente a aproximadamente 71%, como mostra a Tabela 27.

Tabela 27 - Empreendedores que comercializam nos Circuitos Universitários

Resposta	Frequência	Percentual (%)	Percentual Válido (%)	Percentual Cumulativo (%)
Sim	65	70,7	70,7	70,7
Não	27	29,3	29,3	100,0
Total	92	100,0	100,0	

Fonte: Elaborada pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

O Circuito Universitário de Economia Solidária trata-se de um dos projetos interligados as ações do Programa de Extensão Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares. Tendo como foco os processos de comercialização e trocas solidárias oriundos da relação direta entre os trabalhadores organizados e consumidores.

São realizados por ano uma média de 200 circuitos, que ocorrem em edições semanais na UENF (ao lado do Restaurante Universitário) e mensais na faculdade Universidade Cândido Mendes, Faculdade de Medicina de Campos, Estácio de Sá e no Instituto Federal Fluminense (Campus Centro e Guarus). O Circuito também contempla outros eventos durante o ano como em participação e exposição em eventos no Centro de Convenções da UENF, eventos organizados pela Prefeitura de Campos e no Festival de Economia Solidária.

Segundo a assessoria técnica da incubadora, o intuito do projeto é gerar e estimular o consumo de bens e serviços desenvolvidos pelos empreendedores solidários, visando gerar oportunidades de trabalho e renda. Os empreendimentos econômicos solidários são vistos como atores ativos que possuem a condição de construir uma nova dinâmica para o desenvolvimento do município e região.

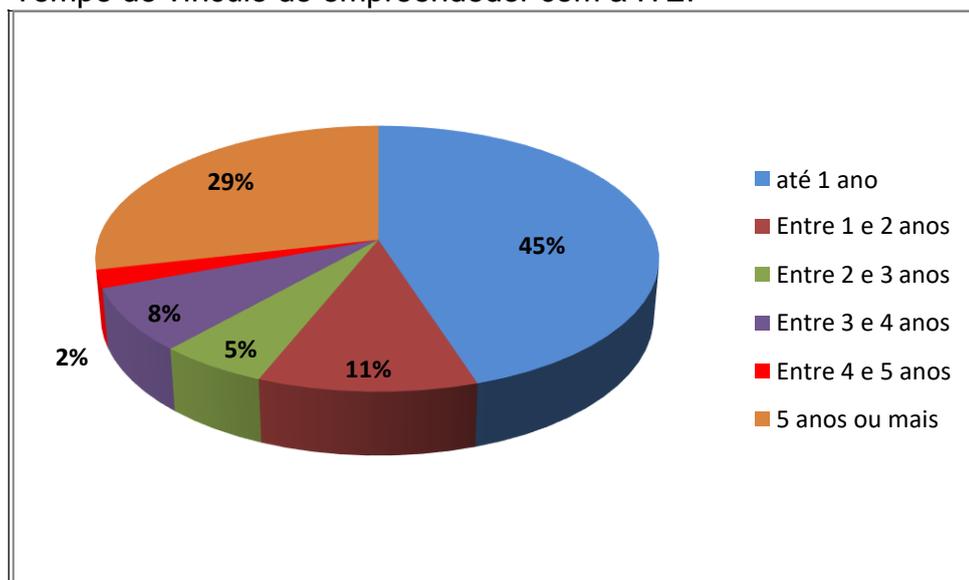
Os Circuitos buscam a interação com os trabalhadores de Campos dos Goytacazes e cidades vizinhas, provindos da agricultura familiar, alimentação, artesanato, materiais recicláveis, confecção e da pesca. Para que se difunda a dinâmica da economia solidária, ou seja, aumentando o número de empreendimentos autogestionários na região, estimulando novas formas de organização desses trabalhadores e, provendo meios de discussões entre esse tema e os demais que o rodeiam, como o desenvolvimento local e sustentabilidade ambiental.

4.6 Percepção dos indivíduos com relação o apoio prestado pela ITEP

O segundo objetivo específico desta pesquisa busca *Investigar se os trabalhadores perceberam mudanças em suas vidas ligadas ao fato de estarem nesses empreendimentos auxiliados pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da UENF, e relatá-las*. Para isto, a pesquisa visou mapear a percepção de cada empreendedor solidário com relação às ações desenvolvidas e implementadas pela ITEP/UENF.

Antes de mapear a percepção, a pesquisa considerou o tempo de vínculo que cada empreendedor possui com a incubadora como um fator relevante na hora de se realizar a análise. Tendo em vista que 45% dos trabalhadores estão sendo assistidos pela ITEP há menos de um ano, isto é, são empreendedores que estão se adaptando a dinâmica do trabalho da economia solidária difundida pela incubadora.

Gráfico 4- Tempo de vínculo do empreendedor com a ITEP



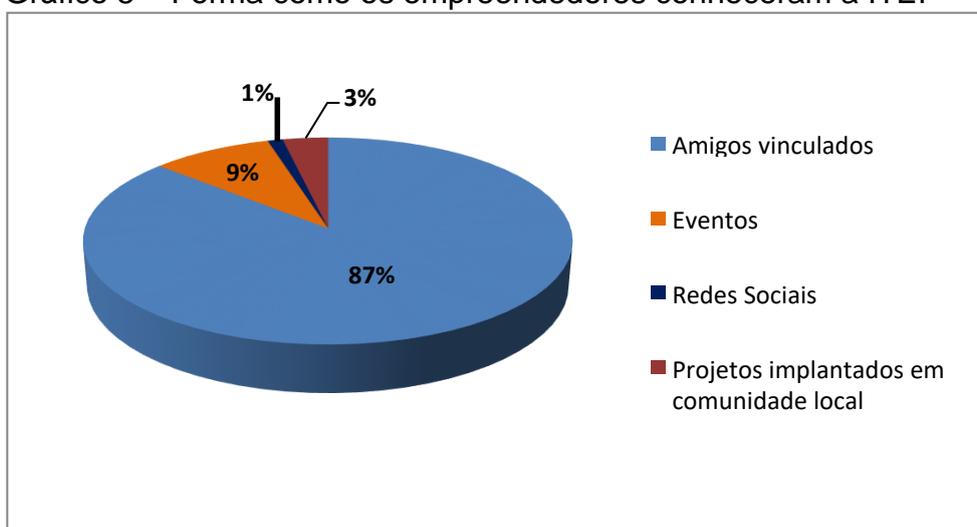
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Todavia, ainda conforme o Gráfico 4, 44% dos respondentes possuem vínculo com a ITEP por no mínimo 2 anos. Este fato indica um número baixo de rotatividade dos trabalhadores cadastrados na incubadora, além disso, entende-se que os 45% dos empreendedores que possuem uma permanência de até um ano estão sendo atraídos

para essa nova economia alternativa, via a difusão por parte dos empreendedores que apresentam um maior tempo de permanência.

De acordo com o Gráfico 5, essa propagação das experiências vividas pelos empreendedores nesse contexto de novas formas de relação social e de trabalho proposta pela ecosol tem sido o principal instrumento de difusão entre os trabalhadores locais. Onde 87% dos respondentes afirmaram que vieram ter um primeiro contato com a ITEP e, conseqüentemente se cadastraram, por terem recebido o convite de amigos vinculados ao programa de incubação ou ao FLES/CG.

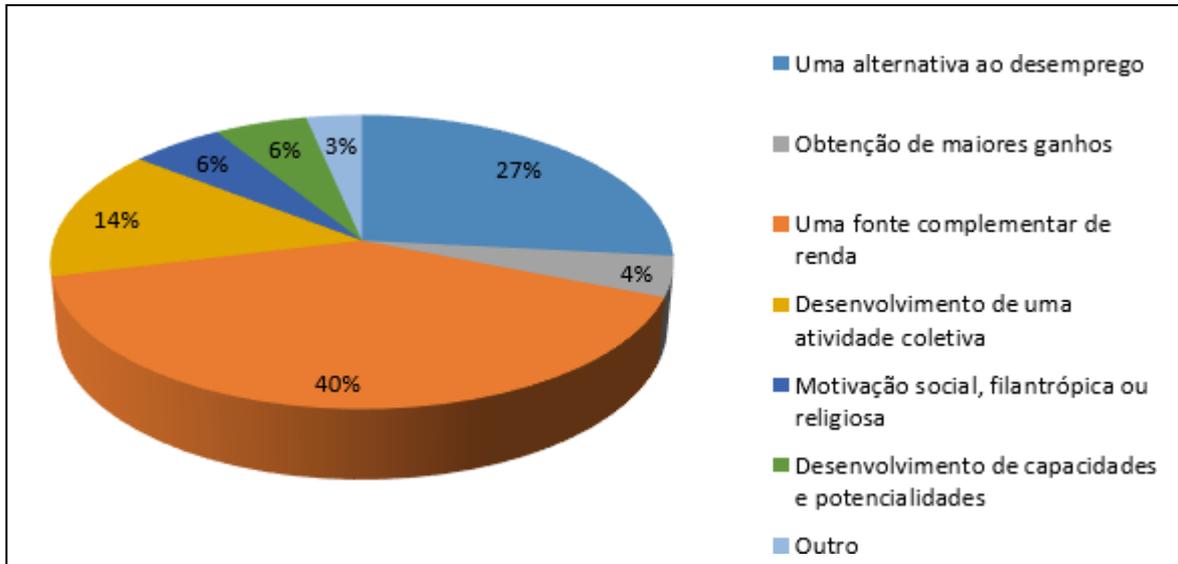
Gráfico 5 – Forma como os empreendedores conheceram a ITEP



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A procura por alternativas frente ao desemprego do fator trabalho e por estratégias de inclusão social, pelos próprios trabalhadores excluídos, é uma luta travada constante na história política e socioeconômica do capitalismo. No caso deste estudo, a busca complementar por uma fonte de renda e a obtenção de maiores ganhos somam 44% das respostas dos empreendedores que apontaram o principal motivo por suas inserções na ecosol, 27% indicaram a busca por uma alternativa frente ao desemprego. O terceiro motivo mais citado, foi o intuito de desenvolver uma atividade coletiva, com 14% das respostas.

Gráfico 6 – Principal fator que motivou a inserção do trabalhador na Economia Solidária



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Singer (2008) afirma que a economia solidária se apresenta como um instrumento de garantia de renda aos trabalhadores que estão desempregados, frente a um cenário de ausência de alternativas de emprego.

O autor afirma que o capitalismo mesmo sendo hegemônico, não impede que outros modos de produção se desenvolvam, pelo fato de não conseguir contemplar toda população econômica ativa. Dessa forma, a economia solidária vai ganhando espaço com os surgimentos das crises sociais, sendo apresentada como proposta viável de superação ao capitalismo. Por não ser proprietária do capital, a ecosol tem como objetivo principal difundir a ideia de que os meios de produção são de todos os que os que visam gerar produto social (SINGER, 2008).

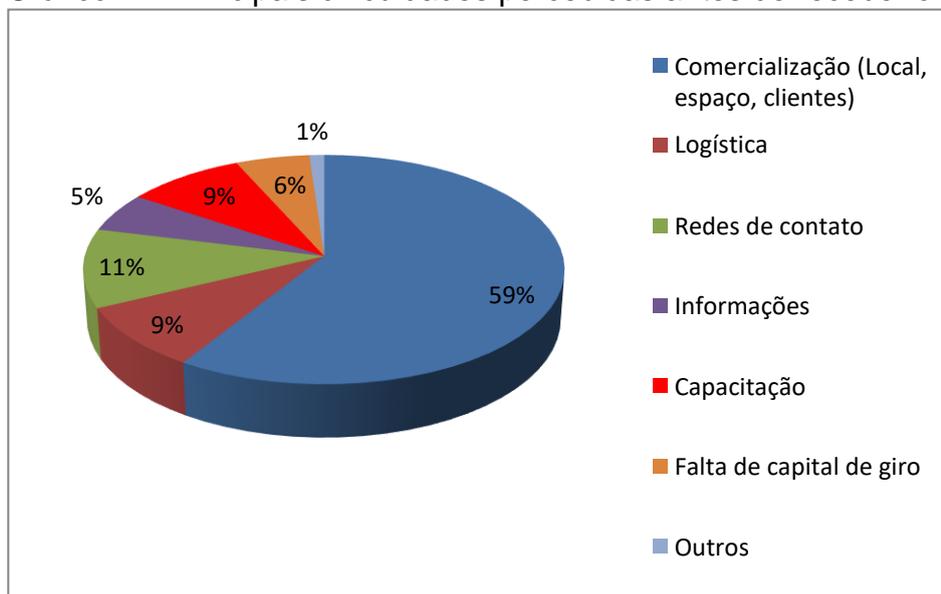
Uma consideração importante sobre a condição dos trabalhadores é o fato de muitos deles terem o EES como uma fonte complementar de renda. Isto é um indicativo que a grande maioria dos respondentes possui outras ocupações profissionais, estando assim condicionados a jornadas duplas de trabalho.

Todavia, este trabalho não considera a economia solidária somente como uma estratégia de embate ao desemprego, mas também como uma forma de trabalho a parte da competição presente no capitalismo, apresentando-se como uma forma de trabalho justa.

Esta pesquisa buscou realizar um paralelo das principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores solidários antes e depois de receberem o apoio da ITEP. Para isto buscou-se pontuar as principais dificuldades relatadas pelos mesmos. Segundo o Gráfico 7, a principal dificuldade percebida antes de receberem o suporte da incubadora foi a variável “Espaços de Comercialização” com 59% das indicações dos

empreendedores. Seguida da variável “Redes de Contato”, com 11% das respostas. As variáveis “Logística” e “Capacitação” vieram na sequência com 9% das indicações.

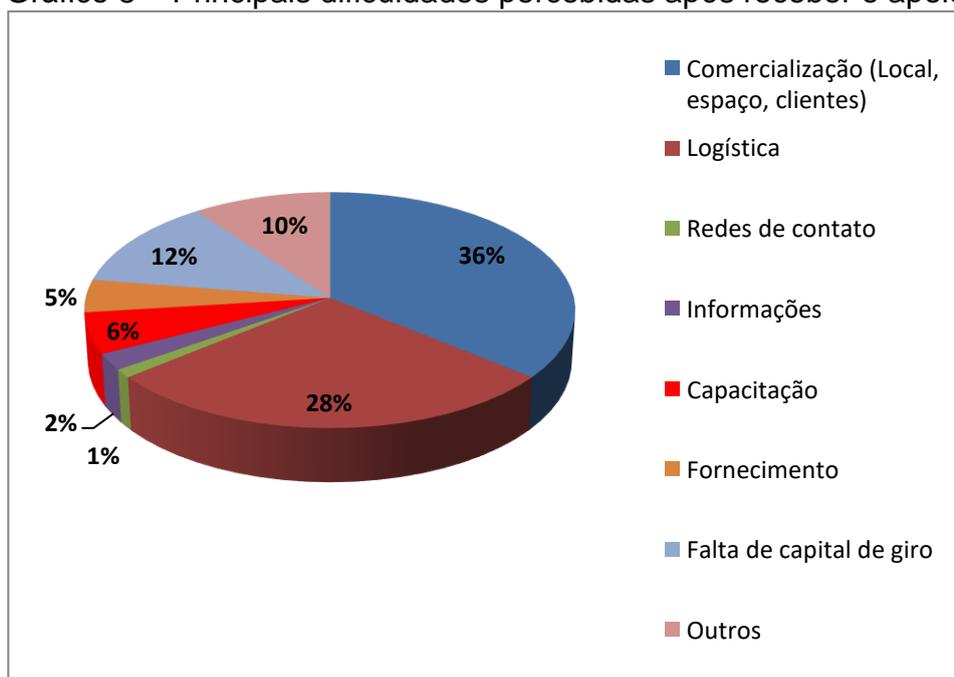
Gráfico 7 – Principais dificuldades percebidas antes de receber o apoio da ITEP



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A variável “Espaço de comercialização” contempla as dificuldades relacionadas a falta de locais fixos para os empreendedores exporem os seus produtos e a ausência de clientes que comprem ou valorizem o trabalho desenvolvido na ecosol. Nota-se como é necessária a intervenção de um ator que fomente a economia solidária no município. A ITEP junto ao FLES/CG busca direcionar, orientar e encaminhar toda essa demanda social para esses espaços, os quais possuem a capacidade de ofertar uma condição inicial na busca pela emancipação do indivíduo.

Gráfico 8 – Principais dificuldades percebidas após receber o apoio da ITEP



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A ITEP/UENF fomenta através da atuação do FLES/CG pontos fixos de comercialização solidária, espalhados por toda a cidade de Campos dos Goytacazes, que praticam a comercialização direta aos consumidores por meio de feiras, circuitos itinerantes e centros públicos de economia solidária. Recentemente, o FLES/CG conseguiu junto à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes dois espaços (Quiosques) na Orla II, situada no Av. XV de Novembro no Centro da cidade, voltados para institucionalização comercial da ecosol no município. Esses espaços nasceram com o objetivo de atender às demandas de acesso a trabalho, renda, entre outras necessidades destes trabalhadores que atuam em territórios urbanos e rurais, envolvendo inclusive populações de povos e comunidades tradicionais, entre eles pescadores, assentados e quilombolas. Esses empreendimentos ofertam uma vasta diversidade de produtos.

Esses pontos fixos, além da busca pelo ganho econômico permitem aos empreendedores um conjunto de experiências relacionadas às formas de gestão a partir de princípios que valorizem o trabalhador. As formas de trabalho autogestionárias implementadas por esses trabalhadores representam práticas possíveis de serem replicadas em outras realidades. Ampliando assim, a rede de contatos (networking) de cada empreendedor.

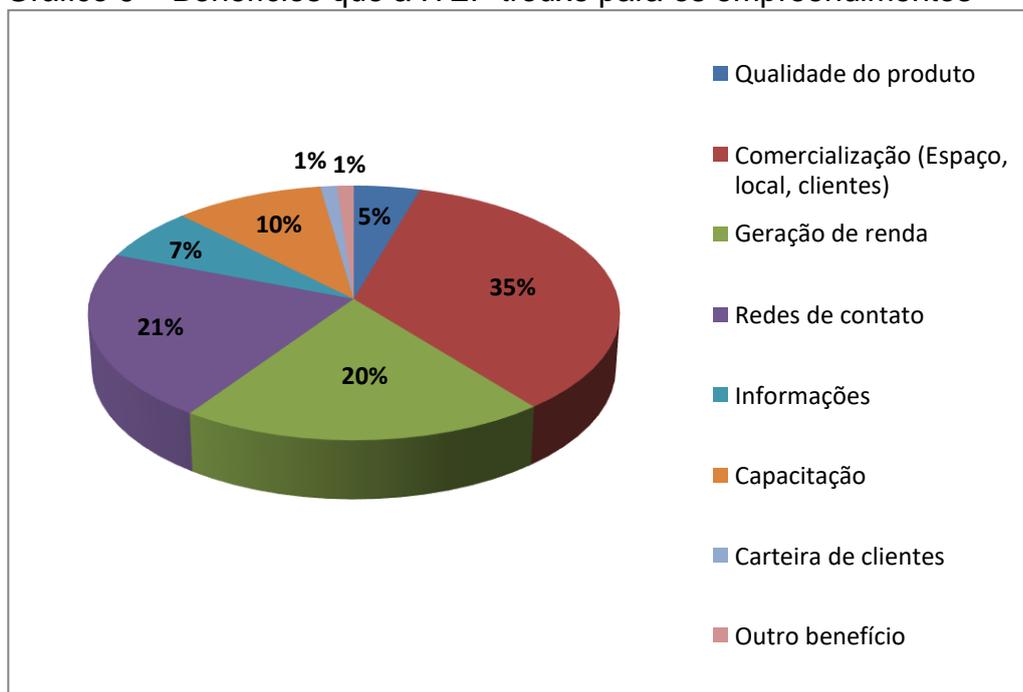
Nota-se no Gráfico 8, que após o suporte oferecido pela ITEP nas atividades desses empreendimentos, ocorre uma redução significativa das variáveis “Espaço de Comercialização” e “Redes de Contatos”, de 59% para 36% e de 11% para 1%,

respectivamente. Todavia, a variável “Logística” apresentou um grande aumento nas respostas, de 9% para 28%, e a variável “Falta de Capital de Giro”, apresentou uma crescente, de 6% para 12%.

A Tabela 22 evidencia que 55 % dos trabalhadores não possuem carro próprio para se deslocarem até os pontos de comercialização e as plenárias do FLES/CG, ocasionando em uma percepção maior por partes dos mesmos que o fator logística tem sido um grande dificultador.

Além das principais dificuldades percebidas pelos trabalhadores, a pesquisa identificou os benefícios percebidos após o contato com a ITEP em seus empreendimentos, no Gráfico 9. A comercialização é vista como o principal benefício obtido, cerca de 35% dos respondentes a apontaram como o ganho principal. As Redes de contato, com 21% das respostas, foi o segundo benefício mais citado pelos empreendedores. Na sequência, a geração de renda com 20% e a capacitação dada pela incubadora, com 10%, foram apontados como os principais benefícios obtidos com o apoio da ITEP.

Gráfico 9 – Benefícios que a ITEP trouxe para os empreendimentos



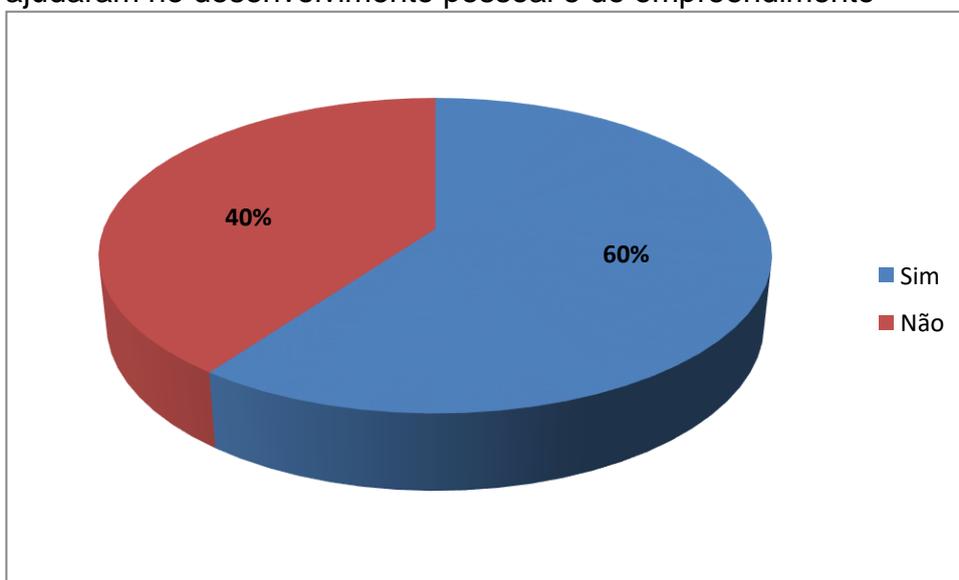
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A análise do caso específico da atuação da ITEP/UENF no assessoramento de formação dos empreendimentos vinculados, conseqüentemente, visa a geração de trabalho e renda, evidenciando a importância da incubadora para a promoção socioeconômica desses trabalhadores, sua contribuição no desenvolvimento local, no resgate da identidade dos trabalhadores envolvidos e em sua emancipação. Para Guerra e Pereira (2010), tais fatores implicam na recuperação de condições de trabalho

e vida dignas a esses indivíduos, reafirmando o importante papel das ITCPs enquanto agente fomentador das atividades de economia solidária.

O Gráfico 10, expõe o percentual de empreendedores que percebem se além da figura da ITEP, a UENF tem cooperado para o próprio desenvolvimento pessoal e do empreendimento. Segundo os dados obtidos, 60% dos empreendedores visualizam na universidade ações que os auxiliam. Todavia, 40% dos respondentes não percebem as ações da universidade em prol da manutenção desses empreendimentos e da economia solidária.

Gráfico 10 – Percepção por parte dos empreendedores de ações da UENF que ajudaram no desenvolvimento pessoal e do empreendimento

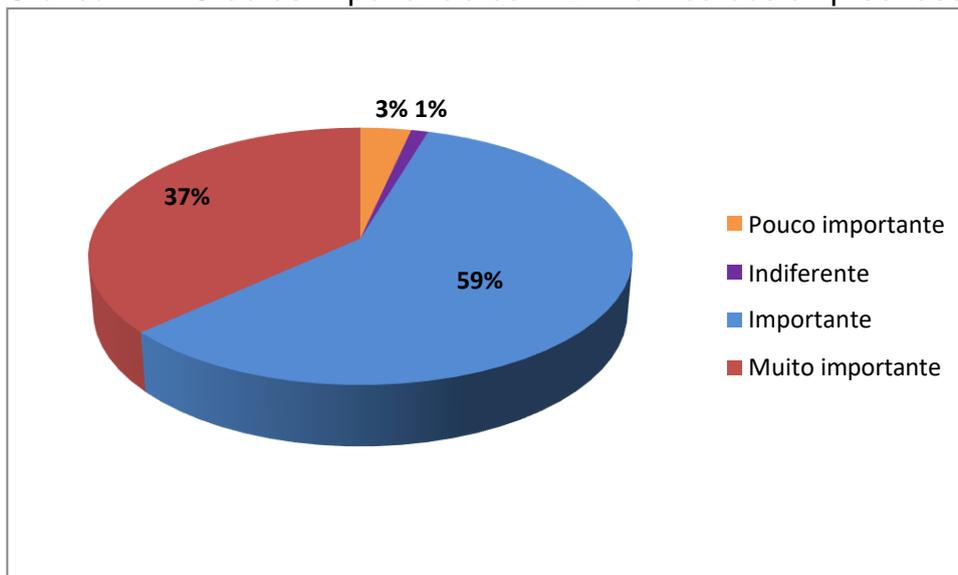


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

O número de trabalhadores vinculados a ITEP que não visualizam a universidade na incubadora é elevado. Isto é, esse quantitativo mostra uma visão que dissocia a incubadora da universidade. Não conseguem relacionar ações da UENF através da ITEP em prol do desenvolvimento da ecosol no município. Dos 60% que responderam perceber as ações da universidade, apontaram como as principais: os espaços cedidos – os Circuitos e as redes organizadas diariamente no pátio do Restaurante Universitário e eventos esporádicos no Centro de Convenções; e, os cursos oferecidos pela UENF, por exemplo, na Semana do Produto Rural.

A fim de mensurar o grau de satisfação dos empreendedores com relação a assessoria prestada pela ITEP, perguntou-se qual o grau de importância que a incubadora possui na vida desses empreendedores. De acordo com o Gráfico 11, 37% responderam que a incubadora é muito importante para as suas vidas, 59% apontaram ser importante, 3% pouco importante e 1% indiferente.

Gráfico 11 – Grau de importância da ITEP na vida dos empreendedores

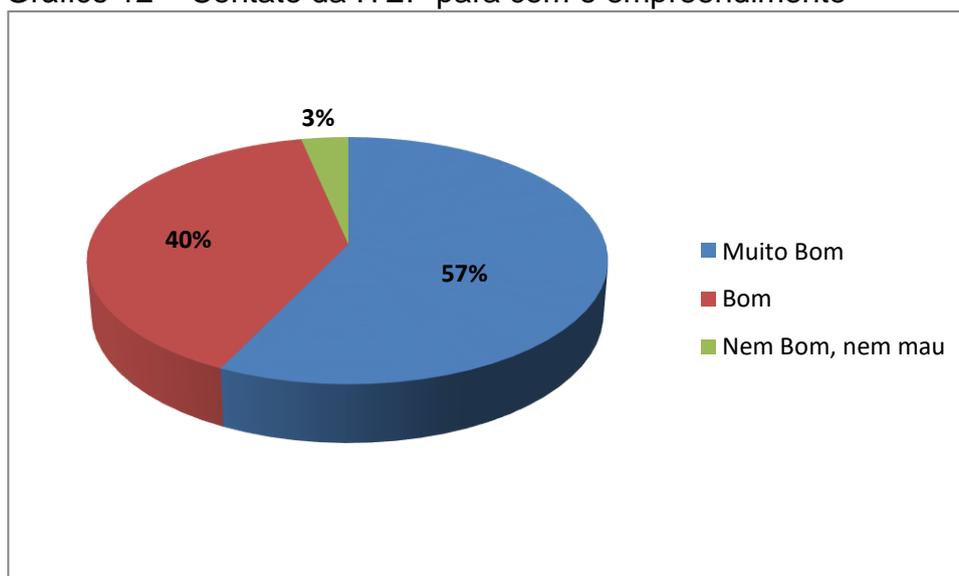


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Nota-se a existência de um vínculo crucial entre os empreendedores e a incubadora, que reafirma a importância da mesma na vida desses trabalhadores. Esse vínculo trata-se do direcionamento, condução e instrução que parte da ITEP em prol da manutenção desses empreendimentos e trabalhadores. Entre os principais relatos que destacam a importância da incubadora estão: espaços de comercialização, geração de renda, formação e capacitação e, ampliação nas redes de contatos. Os respondentes apontam que sem o apoio da ITEP não seria possível alcançar a atual condição em que se encontram. Observa-se um feedback muito positivo com relação a intervenção da incubadora.

Buscou-se, também, mensurar se de acordo com os trabalhadores o contato com a incubadora foi positivo ou negativo para os seus empreendimentos. Conforme o Gráfico 12, aproximadamente 57% dos respondentes afirmaram ter sido “muito bom” esse contato, 40% responderam ter sido “bom” e 3% afirmaram ser “nem bom, nem mal”. Não se obteve respostas para “ruim” e nem “muito ruim”. Tais dados evidenciam que os trabalhadores possuem uma percepção consideravelmente boa das ações da ITEP direcionadas aos empreendimentos.

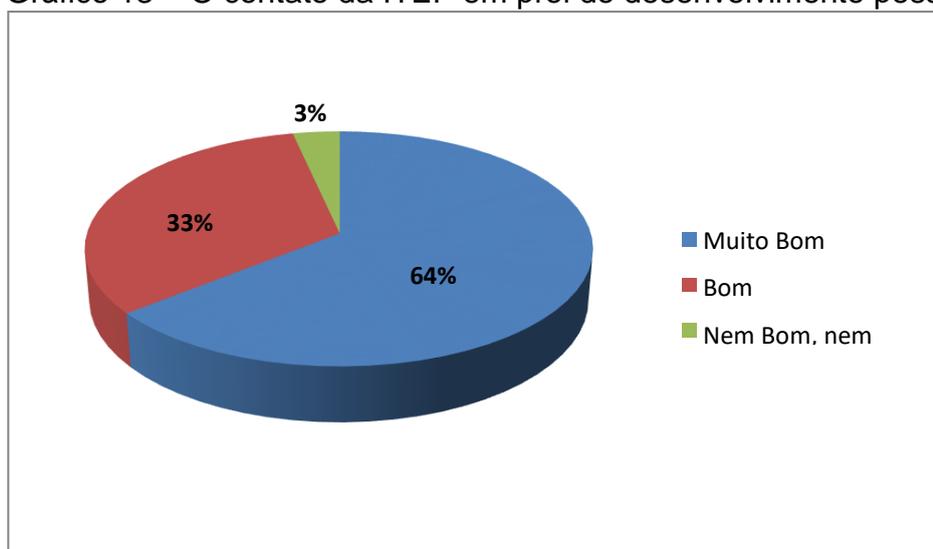
Gráfico 12 – Contato da ITEP para com o empreendimento



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa

A pesquisa propôs identificar como se dá a percepção por partes desses trabalhadores com relação ao possível desenvolvimento pessoal que a incubadora os condiciona. Nesse sentido, o Gráfico 13 evidencia que os empreendedores percebem um ganho pessoal após o contato com a ITEP. Ao se tratar de números, 64 % apontaram ser “muito bom”, 33 % “bom” e 3 % “nem bom, nem mal”. Não se obteve respostas para “ruim” e nem “muito ruim”.

Gráfico 13 – O contato da ITEP em prol do desenvolvimento pessoal



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

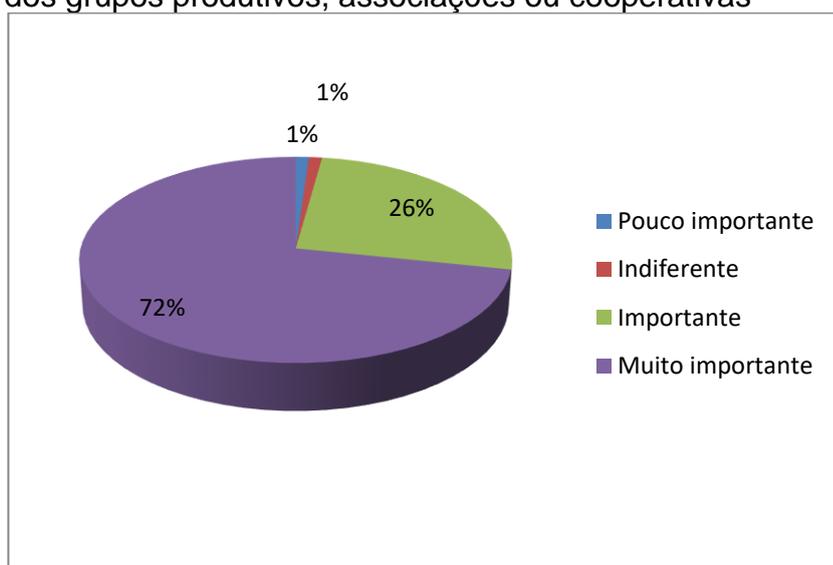
4.7 As ações da ITEP como proposta de emancipação social

O movimento de economia solidária se apresenta como um potencial de construção de projetos sociais, econômicos e pedagógicos não restritos aos padrões de valores e práticas da sociedade capitalista globalizada. Fraternidade, solidariedade, cooperação e autogestão são princípios que conduzem para uma aplicação de práticas sociais que promovem novas alternativas de trabalho e renda aos excluídos, na perspectiva da emancipação e da transformação social (BORGES e SGUAREZI, 2012).

Nesse sentido, a ITEP visa possibilitar o surgimento e o fortalecimento de iniciativas de geração de trabalho e renda, que tenham como referência a economia solidária, às pessoas fragilizadas economicamente, acolhendo-os em sua infra-estrutura física-organizacional e dando condições para o seu desenvolvimento. Para isto, a incubadora tem focado em implantar nesses empreendimentos uma educação solidária que conduza os trabalhadores para uma emancipação e transformação social.

O Gráfico 14 evidencia um dos primeiros pontos frisados pela incubadora, a importância de se saber trabalhar no coletivo. Aplicando em suas ações os principais princípios da ecosol, fraternidade, solidariedade, cooperação e autogestão. Suas ações pedagógicas revelam que 98% dos empreendedores entrevistados acreditam ser muito importante ou importante a organização do trabalho em grupos produtivos.

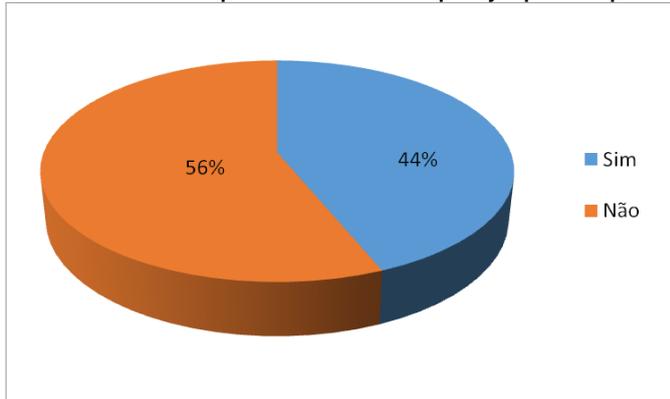
Gráfico 14 – Pensamento da importância dos trabalhadores com relação a organização dos grupos produtivos, associações ou cooperativas



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Importante destacar que aproximadamente 56% dos respondentes, 53 trabalhadores, nunca haviam participado de atividades coletivas, como mostra o Gráfico 15. Ou seja, o primeiro contato com um grupo produtivo autogestionário se deu através da economia solidária, sendo fomentado pela ITEP/UENF.

Gráfico 15 - Empreendedores que já participaram de organizações coletivas



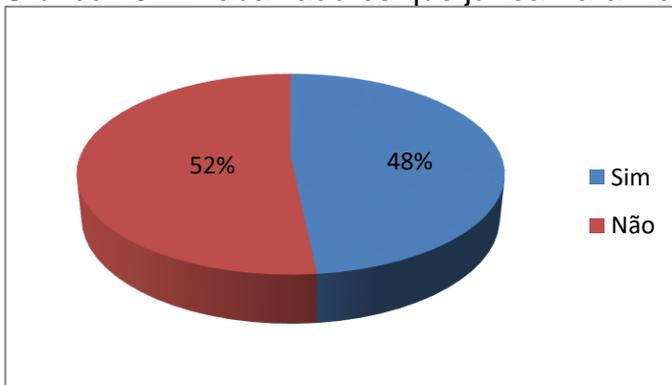
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Esse processo educativo solidário visa superar o paradigma pedagógico capitalista e incorporar novas dimensões que se articulam com o contexto histórico-cultural e a pluralidade que os compõe.

Para que isso ocorra, devem-se proporcionar meios pedagógicos que resultem no desenvolvimento de formas de conscientização, implementadas sequencialmente como conscientização espontânea, ou seja, determinada dia a dia. Além disso, é possível a implementação de uma conscientização induzida, promovida através de oficinas, cursos, palestras, seminários e congêneres (BORGES e SGUAREZI, 2012).

De acordo com Gráfico 16, cerca de 48% dos trabalhadores entrevistados já realizaram no mínimo um curso ofertado pela ITEP/UENF. O que demonstra um número razoável de empreendedores que participam dos cursos e oficinas ofertados. Dentre as principais alegações por partes dos 52% dos empreendedores que ainda não realizaram nenhum curso, a dificuldade de se deslocarem até a universidade para participarem implicam na falta de participação dos mesmos.

Gráfico 16 – Trabalhadores que já realizaram algum curso ofertado pela ITEP/UENF



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

A gestora da ITEP define esse processo pedagógico como crucial para a formação e consolidação dos empreendimentos econômicos solidários.

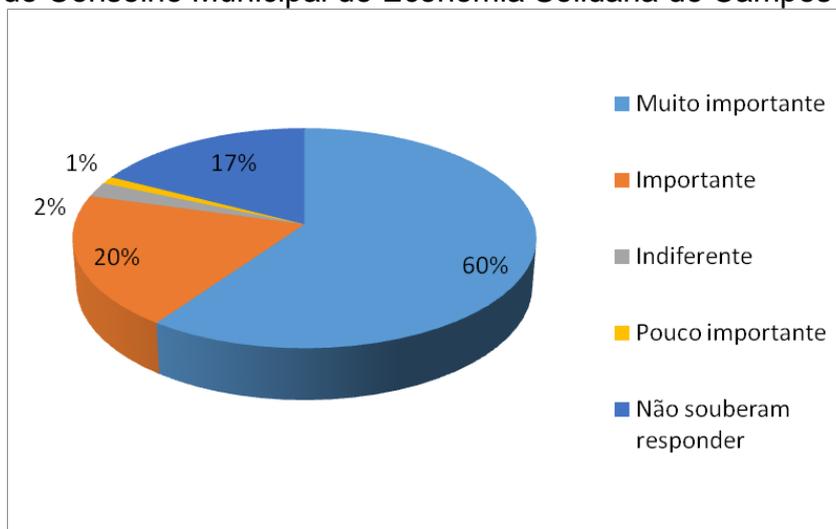
A incubadora na verdade, ela é porta de entrada pra que os empreendimentos

possam ser assessorados tanto nessa questão de gestão como nessa questão financeira do próprio negócio, porque nos estamos trabalhando com essa questão de empreendimentos econômicos. Mas para que isso dê certo faz-se necessário trabalhar o indivíduo, ele precisa conscientizar-se que o processo educacional da economia solidária se dá dia após dia, com uma desconstrução e desapego das práticas capitalistas. Não é se opor, mas superar o modelo praticado para se emancipar (INFORMAÇÃO VERBAL 1, 2019)³.

A ITEP estimula a inserção dos empreendedores nos espaços de participação política relativos à Economia Solidária (como fóruns, conselhos, conferências, etc.), tendo como objetivo aumentar o nível de formação e participação dos trabalhadores dos EES incubados. O trabalho buscou identificar qual é a importância dada por eles em relação a necessidade de se inserirem nesses espaços de participação política e, se, a incubadora tem influenciado na percepção desses empreendedores.

Para isto, buscou-se mensurar qual o grau de importância que esses empreendedores dão para a ativação do Conselho Municipal de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes (COMESOL), inativo no atual momento. De acordo com o Gráfico 17, a pesquisa evidencia que 83% dos respondentes sabem o que é um Conselho Municipal (CM) e desse percentual 60% consideram a ativação do mesmo “muito importante”, 20% “importante” e, 17% dos entrevistados desconhecem o que é um CM.

Gráfico 17 - Grau de importância dada por parte dos empreendedores para a ativação do Conselho Municipal de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

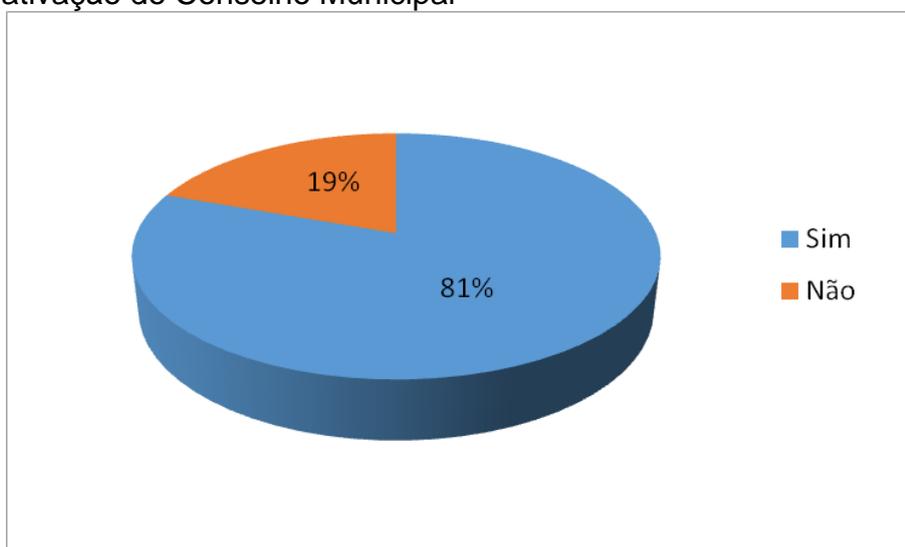
Em relação ao aspecto fortalecedor da conscientização de um pensamento político participativo, pode-se averiguar que os eventos com caráter formativo realizados para o movimento de ecosol propostos pela incubadora têm influenciado na percepção desses trabalhadores sobre a necessidade da constituição de um espaço institucional

³ Informação verbal 1. Trecho da entrevista realizada com a coordenadora técnica da ITEP ano ano de 2019.

deliberativo. Neste sentido, as falas dos empreendedores entrevistados demonstraram que existe uma disposição para a atuação coletiva e o aperfeiçoamento dos mecanismos que fomentem isso.

O Gráfico 18 demonstra, através das respostas dos empreendedores, a tentativa por parte da incubadora de formar pensamentos políticos que incentivem a participação dos mesmos. De acordo com a pesquisa, 81% dos entrevistados afirmaram que sua percepção quanto ao grau de importância da ativação do Conselho Municipal de EcoSol de Campos teve influência das ações e reflexões propostas pela ITEP/UENF.

Gráfico 18 - Percepção da influência realizada pela ITEP com relação a opinião sobre a ativação do Conselho Municipal



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Os trabalhadores passam por formações e reflexões que os direcionam para uma nova forma de experienciar o trabalho, com a ausência da figura de um chefe. Ou seja, apontado-os para uma gestão horizontal e participativa, que conduza para uma possível emancipação desses indivíduos. Essa mudança de paradigmas nas ações, que antes só conheciam a realidade das diretrizes capitalistas, age diretamente na percepção desses indivíduos de que a hierarquia não é mais o centro. Para isso, a ITEP/UENF tem tentado fomentar os princípios solidários adotando algumas estratégias de atuação. Como a ministração de cursos de formação; a criação e implementação de espaços de comercialização para os EES; além da formação e das assistências às redes de produção e comercialização no município.

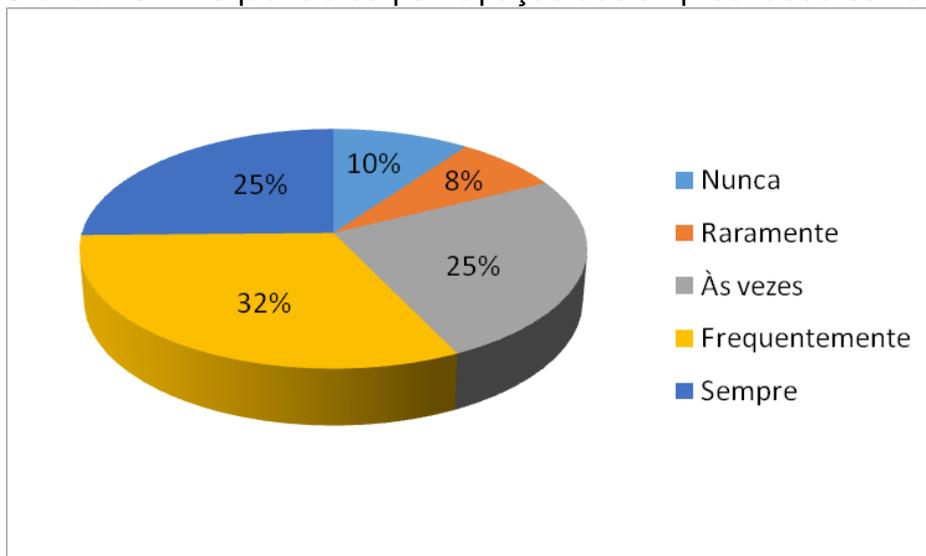
Com o intuito de apresentar e implementar essas estratégias de atuação aos trabalhadores, foi pensado a constituição de um espaço de formação deliberativo capaz de incluir a todos nesse processo. Esse espaço é conhecido como o Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes (FLES/CG), onde mensalmente ocorrem reuniões que estimulam a participação de todos na condução da ecosol no

município de Campos dos Goytacazes.

Autores como Arruda (2003) e Singer (2003), enfatizam a importância do papel da educação como um instrumento emancipatório, caracterizada por seus elementos e valores humanísticos que visa apontar seus esforços em prol do bem comum, gerando uma consciência social. Seguindo essa linha, a incubadora procura mapear e estimular os trabalhadores vinculados a frequentarem as plenárias do Fórum Local. Nesse sentido, essa pesquisa buscou evidenciar com que frequência esses empreendedores participam das reuniões do FLES/CG.

De acordo com o Gráfico 19, 25% informaram que sempre vão as reuniões, 32% frequentemente, 25% às vezes, 8% raramente e 10% nunca. Nota-se que um pouco mais da metade dos respondentes apresentam uma participação efetiva nas reuniões do FLES/CG. Dado, que a princípio evidencia um suposto interesse por parte desses trabalhadores em se interarem e se envolverem no movimento da ecosol no município.

Gráfico 19 - Frequência da participação dos empreendedores nas reuniões do FLES/CG



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

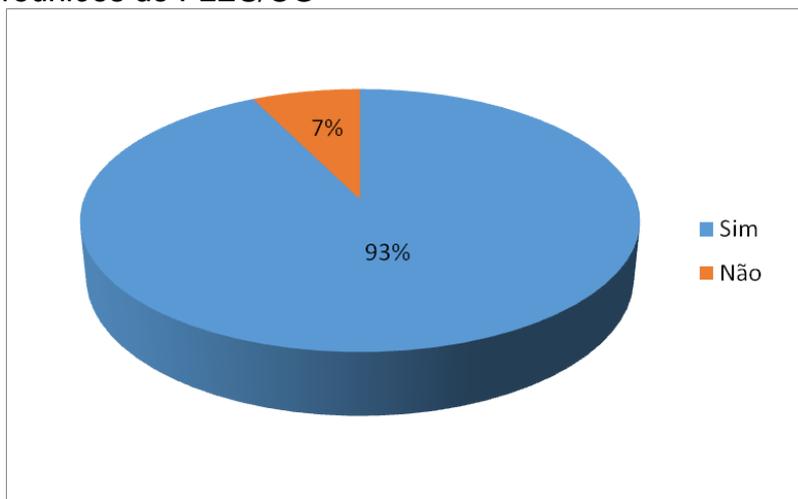
Todavia, segundo Silva (2019), a ausência de grande parte dos trabalhadores nas reuniões tem sido um dos principais desafios que o Fórum vem enfrentando ultimamente. Para a autora, isso é decorrente da “fragmentação e individualização do movimento, que ainda carrega resquícios da economia convencional, o que reafirma a necessidade de formação e consolidação da Economia Solidária” (SILVA, 2019, p.58).

O interesse de garantirem espaços de comercialização, disponibilizados pela ITEP, nos Circuitos Universitários faz com que alguns trabalhadores participem das plenárias do Fórum, entretanto, não possuem o intuito de se envolverem com o movimento.

Diante dessa realidade, a incubadora como uma forma de estimular e de se ter como pré-requisito estabelecido a participação dos empreendedores vinculados nas plenárias. Não inclui nos espaços dos Circuitos os trabalhadores que não comparecem às reuniões dos Fórum.

A pesquisa conseguiu identificar a influência que a incubadora realiza sobre os indivíduos com relação as suas participações nas reuniões do FLES/CG. Segundo o Gráfico 20, 93% dos respondentes apontaram que vão às plenárias por influência da ITEP. Influência estimulada a cada dia, pelos gestores, bolsistas e empreendedores mais acíduos no movimento da ecosol. Uma das estratégias também adotadas para garantir o mínimo de educação solidária aos empreendedores que em um primeiro momento não entendem a necessidade da participação nas reuniões do Fórum, é a condição estabelecida para que se garanta um possível vaga nos espaços de comercialização mediante o envolvimento do trabalhador nos assuntos do FLES/CG.

Gráfico 20 - Percepção da influência realizada pela ITEP para a participação das reuniões do FLES/CG



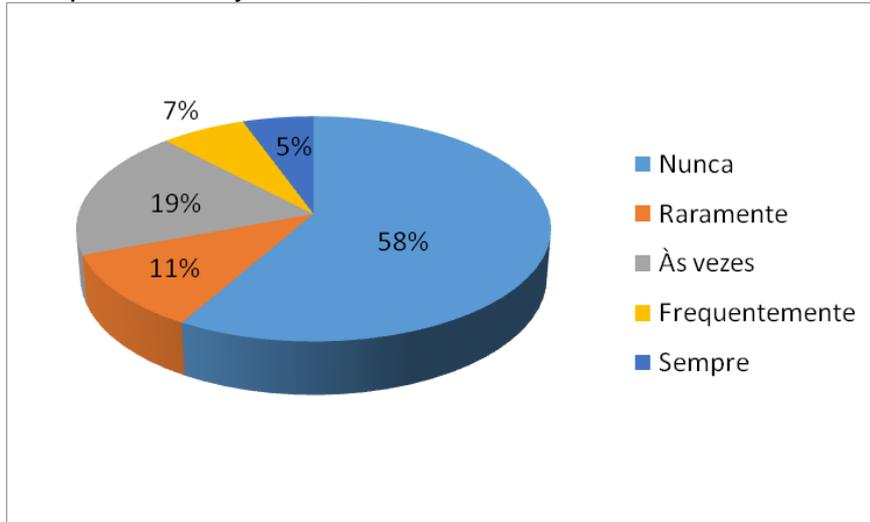
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Os autores Borges e Sguarezi (2012) afirmam que espaços públicos de participação social que permitam a ampliação à representação e a integração da sociedade civil à cena pública, promovem a formação de um ambiente democrático que potencializa a emancipação das camadas populares, uma vez inseridos na condução política das demandas sociais. Seguindo essa linha de pensamento este trabalho propôs identificar o grau de participação política desses trabalhadores, no que tange as discussões a respeito do movimento da ecosol no município.

Dando ênfase a participação e o acompanhamento às sessões na Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, ao se tratar do movimento da ecosol. A pesquisa revelou que apenas 5% dos respondentes afirmaram acompanhar sempre às sessões e 7% frequentemente. Contra 58% que afirmaram nunca ter acompanhado as

sessões.

Gráfico 21 – Trabalhadores que acompanham as sessões na Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, referentes às discussões sobre economia solidária



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Os dados do Gráfico 21 revelam uma baixa integração dos empreendedores solidários à cena pública. Dificultando, assim, a potencialização da emancipação desses indivíduos.

Considerando comparativamente a participação dos trabalhadores nas reuniões do FLES/CG com a participação nas sessões da Câmara Municipal nota-se um envolvimento maior com a instituição que teoricamente oferece aos envolvidos no movimento um benefício maior, neste caso, os espaços de comercialização. Cabe uma reflexão para futuras propostas de pesquisa de até onde seria a busca por uma real emancipação? E, até onde os resquícios da economia convencional podem perdurar contra uma possível emancipação social dos participantes da ecosol?

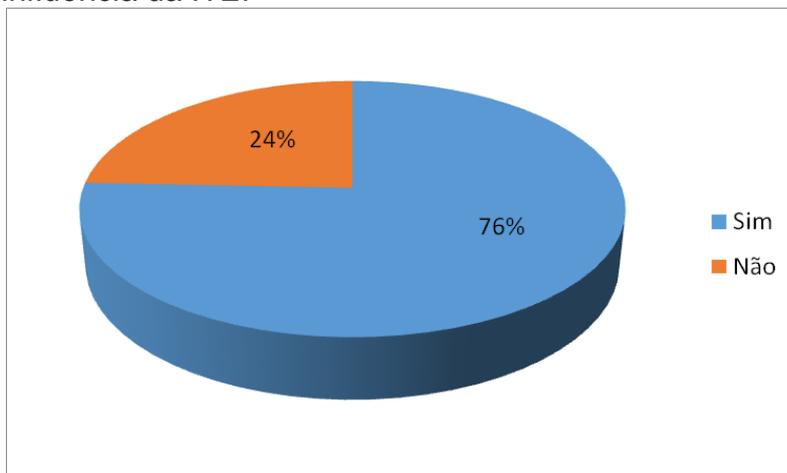
Pondera-se que essa incerteza observada com relação a motivação da participação deste trabalhador, fragiliza o movimento e pode desestimular. Isso acontece de modo geral com toda esfera de participação cidadã. Os estudos sobre a participação trazem, por sua vez, o conceito de capital social, que é, em síntese, o fator que determina uma maior ou menor participação da sociedade civil. Ou seja, a participação estaria relacionada diretamente ao estoque de capital social que comunidade possui (ARAUJO, 2003).

Segundo Putnam (2000), o capital social define-se de acordo com as características da organização social e favorece a cooperação espontânea, além de gerar o acúmulo de mais capital. A confiança, as normas e cadeias de relações sociais e o fator que busca o bem público, diferente do capital convencional, são algumas das principais características do capital social. Nesse sentido, a confiança social é um dos

componentes básico do capital social, como condicionante da cooperação, ou seja, tendo-se um nível elevado de confiança numa comunidade, maior a possibilidade que se ocorra a cooperação, resultando em mais confiança. A mesma é fortalecida quando se há o cumprimento das regras de reciprocidade ou dos sistemas de participação cívica. isso fortalece a confiança social (PUTNAM, 2000).

De acordo com o Gráfico 22, dos respondentes que foram no mínimo a uma sessão, 76% afirmaram que acompanham as sessões na Câmara Municipal por influência da incubadora. Tal informação, revela a posição da ITEP em tentar formar seres politicamente pensantes e participativos, condições estas que precedem uma possível emancipação social (MARX, 2005).

Gráfico 22 – Trabalhadores que acompanham as sessões na Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, referentes às discussões sobre economia solidária por influência da ITEP



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Nem sempre a utilização desses espaços por si só significa a consolidação de uma democracia efetiva alicerçada a um regime democrático-participativo. É necessário compreender que esses trabalhadores, ainda sim, são sujeitos políticos que almejam a conquista de interesses e de condições melhores de trabalho.

A ecosol surge como uma alternativa de geração de renda e trabalho para estes empreendedores que buscavam um modelo econômico que os incluíssem e os reintegrassem de forma coletiva aos meios de produção de bens. Contribuindo para o desenvolvimento dos seus partícipes.

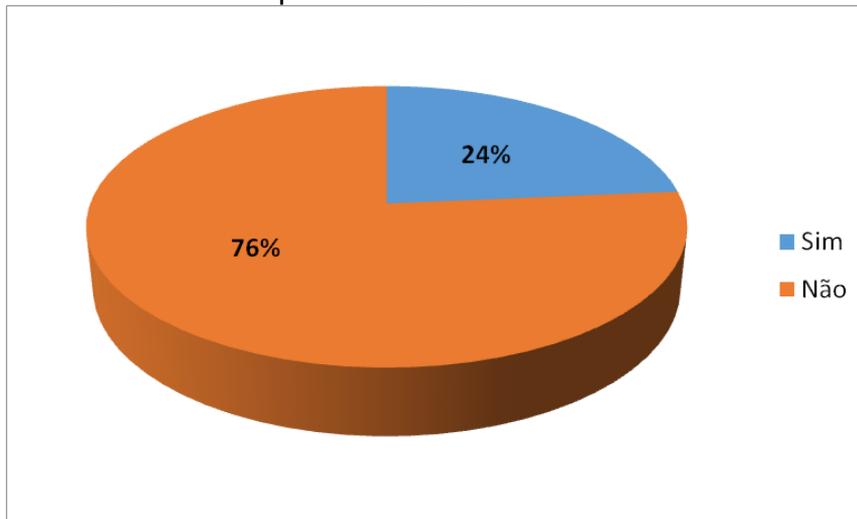
Partindo dessa premissa, este trabalho buscou apontar um contentamento ou não deste grupo de empreendedores solidários a este novo modelo econômico. E qual a pretensão dos mesmos quanto a permanência ou não na ecosol diante da possibilidade de inserção em um trabalho formal.

De acordo com o Gráfico 23, 76% responderam que não deixariam o trabalho

desenvolvido na economia solidária por um com carteira assinada. Dentro desse percentual as duas principais respostas quanto permanência, foram: tentaria conciliar o trabalho formal com a economia solidária, ou seja, sem considerar abrir mão da ecosol (30,3%) e, pelo fato de estar satisfeito (a) (22,5%).

Com relação aos 24% que optariam pelo trabalho formal, as duas respostas mais citadas foram: “conseguiria ter uma certa estabilidade financeira e me programar melhor” (10,1%) e “pois teria um ganho financeiro maior” (9%).

Gráfico 23 – Percentual de empreendedores que deixariam ou não o trabalho da economia solidária por um trabalho com carteira assinada



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados obtidos na pesquisa.

Ao tomarem consciência que é possível promover um ambiente de trabalho interno igualitário e que permite a participação e gestão do negócio de forma coletiva, nota-se o momento que enfatiza a Participação / Autogestão. Em seguida, após se conscientizarem do significado, da proposta e do que se é possível construir com a economia solidária, de uma forma autônoma e sem apelar para o consumo exagerado, passam a estar no momento de romper e superar a condição capitalista para uma possível emancipação social (FERREIRA, 2015).

4.8 As dimensões de Inovação Social na Organização do Território assessorado pela ITEP/UENF.

Nesta seção é apresentado os resultados da análise do caso estudado, segundo as dimensões de inovação social. O caso em análise refere-se ao Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé.

Ressalta-se que a análise do caso será tratada com base nos elementos das dimensões de inovação social, principalmente de acordo com o modelo de Tardiff e Harrisson (2005).

4.8.1. A experiência do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé

O Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé está localizado na Região Serrana da cidade de Campos dos Goytacazes, mais especificamente, no distrito do Imbé. O território⁴ tem sua origem na formação do Coletivo de Mulheres Dandaras do ABC, no ano de 2010. Trata-se de um coletivo/grupo de mulheres que se organizaram na busca por políticas públicas que promovessem o desenvolvimento da comunidade onde estão inseridas. No ano de 2019, alguns camponeses da localidade se acercaram ao coletivo com o intuito de se organizarem e buscarem representação, já que não estavam se sentindo representados pela associação de moradores da comunidade. Foi a partir desse momento que a coordenadora geral do Coletivo, representando os indivíduos participantes, buscou na ITEP/UENF uma possível parceria que contemplasse a todos - mulheres, homens, jovens, artesãos, produtores e agricultores. Dessa forma o Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé foi pensado e implementado, dando origem a um espaço de audição, permitindo que as demandas locais dos indivíduos participantes fossem colocadas em pautas.

O Polo é composto por moradores das localidades de Aleluia, Batatal, Cambucá, Conceição do Imbé e Mocotó. São produtores e agricultores, que vivem do cultivo de produtos agroecológicos - feijão, mamão, mandioca, banana, abobrinha, feijão, farinha, manga e etc. Artesão e produtores de bebidas artesanais também compõe o grupo.

Figura 1 – Plantação de hortaliças na localidade de Cambucá



Fonte: imagem obtida na pesquisa.

⁴ Definição utilizada para apontar as localidades que recebem a atuação extensionista do Programa ITEP/UENF.

Figura 2 - Plantação de abobrinha, aipim e maxixe na localidade de Aleluia



Fonte: imagem obtida na pesquisa.

Figura 3 – Cultivo de mamão na localidade de Aleluia



Fonte: imagem obtida na pesquisa.

Figura 4 – Bolsista da ITEP acompanhando o cultivo de mandioca na localidade de Aleluia



Fonte: imagem obtida na pesquisa

Esses indivíduos estão cadastrados na carta de adesão da ITEP e do FLES/CG, dessa forma, recebem apoio técnico por parte do programa de extensão da incubadora. Bolsistas vinculados ao programa visitam o território instruindo-os com técnicas de manejo e cultivo, por exemplo, compostagem e combate à fungos, com intuito de preservar os cultivares. Recebem também instruções quanto a organização administrativa e política do Polo. Além do acesso aos projetos de extensão vinculado ao Programa, dentre eles, os Circuitos Universitários e as Redes, e aos eventos do FLES/CG como a Feira Bem Viver.

Figura 5 – Trabalhadores do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé na Feira Bem Viver.



Fonte: Imagem obtida na pesquisa.

Além da presença desses trabalhadores nos espaços de comercialização disponibilizados, alguns integrantes participam das plenárias do FLES/CG que ocorrem mensalmente nos Altos do Terminal Rodoviário Roberto Silveira em Campos dos Goytacazes.

4.8.2. As Dimensões de Inovação Social do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé

Este trabalho realizou uma análise da formação do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé em Campos dos Goytacazes, de acordo com as dimensões de análise das inovações sociais. Os resultados são apresentados segundo as suas dimensões: “transformações”; “caráter inovador”; “inovação”; “atores”; e “processo”. Além disso, é realizada uma análise geral da formação do polo e das dimensões de inovação social.

4.8.2.1. Dimensão Transformações

Em 2005, a Fundação Palmares reconheceu na área denominada Baixo Imbé, na cidade de Campos dos Goytacazes, quatro comunidades como remanescentes de quilombolas: Aleluia, Batatal, Cambucá e Conceição do Imbé. Todavia, segundo a Fundação, essas comunidades perderam grande parte da sua identidade quilombola por razões políticas e religiosas. No que tange a parte cultural e religiosa, a cultura e religião africana passaram a ser vistas como profanas, sendo assim, reprovadas pela maioria dos moradores locais. Na agricultura algo similar tem acontecido, os moradores que em grande parte são agricultores têm apresentado uma visão de que desenvolvem uma

atividade inferior e atrasada (NASCIMENTO et al., 2016)

A coordenadora geral do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé, nascida e criada na área do Baixo Imbé, tem acompanhado desde sua infância a necessidade de um desenvolvimento no território. Os dados do IBGE de 2010, ao revelar que a região do Imbé apresentava o pior índice de desenvolvimento humano do município serviram como estopim para a implementação do curso de alfabetização de jovens e adultos por meio do Projeto Mova Brasil. Durante esse período em sala de aula de convívio e troca de experiências entre jovens e pessoas de mais idade foi possível perceber que o “progresso” não havia acontecido. “Nota-se que problemas e discussões de 30 a 40 anos atrás permanecem os mesmos, vemos que o nosso território é um território com pouco desenvolvimento mesmo” (INFORMAÇÃO VERBAL 2, 2019)⁵.

Segundo a coordenadora, as integrantes do Coletivo de Mulheres Dandaras do ABC começaram a sair do território e se apresentar visando o embate de um problema que por muito tempo persistiu na comunidade, a representação por terceiros. Pessoas que não conheciam suas histórias, origem e relações sociais estavam falando em nome de todos. Somado a problemas como a falta de transporte público, a falta de políticas públicas e dificuldades no escoamento de suas produções. A falta, também, de um espaço de comercialização e a ausência de um transporte destinado a demanda de escoamento desses produtores fazia com que eles repassassem seus produtos à atravessadores por um preço muito abaixo: “vendíamos o cento da banana a R\$ 3,00 para o atravessador” (INFORMAÇÃO VERBAL 2, 2019).

Os fatores relatados serviram de motivação para que saíssem do território rumo a cidade com intuito de estabelecerem uma parceria que os oferecesse condições melhores. Em 2019 conheceram a ITEP/UENF, que iniciou uma parceria de apoio e manutenção na vida dos produtores da área do Baixo Imbé, através do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé.

Desde então, a ITEP em consonância com o FLES/CG tem desenvolvido iniciativas para auxiliar esses produtores agroecológicos e artesãos na produção e comercialização dos seus produtos, por meio da realização de visitas assistenciais mensais, eventos e feiras, projetos, cursos e reuniões, os quais proporcionam uma certa adaptação (TARDIF e HARRISSON, 2005), em termos econômicos, na forma de comercialização de produtos agroecológicos no município.

Segundo Tardif e Harrisson (2005), a formação do território caracteriza a adoção de novas práticas sociais por parte dos trabalhadores participantes acarretando

⁵ Informação verbal 2. Referência utilizada para os trechos da entrevista realizada com a coordenadora do Polo Agroecológico dos Quilombos do Imbé, no ano de 2019.

mudanças nas suas relações sociais. O trecho a seguir da coordenadora do território evidencia a adoção de novas práticas sociais:

Além do conhecimento que foi um dos grandes benefícios que eles tiveram, é a autonomia e tirando eles de casa, principalmente as mulheres, que ganharam mais autonomia e poder ajudar com as despesas da casa. Como eu falei anteriormente a gente está organizado. Todo mundo é cabeça, a gente senta com eles, a gente vê o que é melhor para o grupo, e cada um vai pegando uma parte e vai fazendo, vai executando e um sempre ajuda o outro, quando surgem dúvidas. Fazemos mutirões em sítios e ajudamos aqueles com dificuldades e por aí vai.

Segundo a coordenadora da ITEP, responsável por gerir a formação desse território, a economia solidária se resume em conhecimentos e vivências cotidianas. Nesse sentido, essa primeira análise das Transformações evidentemente aponta para esse universo de convivências e de trocas.

4.8.2.2. Dimensão Caráter Inovador

Para Tardif e Harrison (2005), o caráter inovador de uma inovação social refere-se à ação social que dá origem a mesma, a economia ao qual ela pertence e aos modelos oriundos de sua implantação e disseminação.

O Polo Agroecológico do Imbé foi organizado por produtores, agricultores e moradores locais que buscaram manutenção na produção e comercialização dos seus produtos através da ITEP/UENF. Tomaram essa iniciativa na busca por condições melhores, principalmente no que diz respeito a constituição dos espaços de comercialização. A formação desse polo não foi a primeira tentativa de organização representativa que estabelecesse novas práticas sociais, o Coletivo de Mulheres Dandaras do ABC já atuava de forma independente na localidade. Entretanto, só se foi possível dar início a uma inserção desses trabalhadores nos espaços urbanos disponibilizados, a partir da parceria realizada com a incubadora.

Ou seja, o registro e o acesso oficial desses trabalhadores como uma organização coletiva a esses espaços se deu após o advento da constituição do polo por meio da incubadora. Dessa forma, a ação social que gerou a inovação social aqui discutida foi realizada através de um programa de extensão de uma universidade pública (TARDIF e HARRISON, 2005).

Em relação ao modelo proposto pelo autores Tardif e Harrison (2005), entende-se que em uma caracterização específica aponta-se para o de trabalho, por apresentar inovações geradas em organizações. Pelo foco das inovações sociais serem a resolução de problemas sociais, dentre os principais: espaços de comercialização e a ausência de um transporte destinado a demanda de escoamento desses produtores. Essas soluções estão ligadas à Economia Social, por possuírem características de

trabalhos solidário e coletivo, e, são desenvolvidas em uma estrutura social local. Além de se ser uma organização coletiva geradora de benefícios econômicos e sociais que contemplam os indivíduos participantes (TARDIF e HARRISON, 2005).

4.8.2.3. Dimensão Inovação

A formação do Polo Agroecológico do Imbé foi cocebido por parte de moradores e trabalhadores locais com o auxílio da incubadora, e os mesmos indivíduos o implantaram. Diante disso, o polo do Imbé caracteriza-se como uma inovação social, no qual os principais beneficiados são estes trabalhadores locais (TARDIF e HARRISON, 2005). A dedicação das componentes do antigo Coletivo de Mulheres Dandaras do ABC durante a formação do polo foi crucial para a própria constituição do território.

A coordenadora do polo relata a dedicação e o esforço para que o mesmo seja bem-sucedido:

Eles tem se empenhado muito, estão bastante empolgados e diante disto o resultado que a gente vê são eles passando para outros agricultores que não fazem parte do grupo o conhecimento que eles obtiveram com o grupo. A formação desse território esta sendo bem aceita e espero que a gente venha expandir esse trabalho que a gente esta desenvolvendo e abranger outras comunidades (INFORMAÇÃO VERBAL 2, 2019).

A formação do polo foi resultado de uma parceria dos moradores da região do Imbé com a ITEP, atuando por meio da extensão universitária. Com base em Tardiff e Harrison (2005), trata-se de uma inovação social local por estar contemplando inicialmente os moradores das localidades de Aleluia, Cambucá, Batatau, Conceição do Imbé e Mocotó. Trabalhadores estes que estão conseguindo espaços nas áreas centrais do município. De acordo com uma das gestoras da ITEP, os trabalhadores desenvolviam um trabalho solitário, sem orientação e sem objetivo.

Haviam sim pessoas que sabiam usar instrumentos, conseguiam fazer mudas, conseguiam até ter um resultado, mas eles faziam de forma isolada. Não havia, na verdade, um objetivo fim. A expectativa era de ter o que vender para sobreviver. Então, o que que muda nesse grupo do Imbé que pra mim fica muito claro? Primeiro, eles plantam agora com o objetivo de atender um mercado que eles já sabem que vão consumir os produtos deles, mas eles plantam solidariamente. Eles assumem um compromisso coletivo (INFORMAÇÃO VERBAL 1, 2019).

Eles passam a se encontrar e discutir visando o bem comum daquela organização de trabalhadores, ou seja, tem uma governança coletiva e autogestionária em cima dessa capacidade produtiva.

O trabalhador já não está mais solto ou isolado do processo produtivo, a partir de agora ele tem um caminho para esse processo de inserção do trabalho e da renda. Encontram-se diante de um compromisso com o território, resultando em uma atuação conjunta que possibilita uma gestão financeira que diminua os riscos. Começam a

pensar melhor como que essa propriedade e a matriz produtiva presente na região do Imbé podem implicar em um aumento na produtividade e na renda.

Os trabalhadores começam a conversar entre eles e fazem uma troca de conhecimento muito interessante. E muitas vezes a universidade ela chega e dá um toque, observa e acrescenta alguma coisa que possa ajudá-los. Nós não fomos lá mudar matriz produtiva, mas sim dizer que eles podiam trabalhar e que eles sabiam trabalhar, destacando que eles são o motor desse arranjo autogestionário. Nesse sentido, o trabalho de formação da economia solidária se dá em respeito absoluto aos processos de cada um. Ou seja, em um grupo menor ou em uma rede (INFORMAÇÃO VERBAL 1, 2019).

Estes indivíduos tem buscado desenvolver-se economicamente a partir da organização autogestionária. Ou seja, nota-se um protagonismo por parte desses empreendimentos populares direcionado pela incubadora. “Temos que captar o espírito dessa comunidade e deixarmos o que pudermos com muito respeito lá, principalmente, com os quilombolas” (INFORMAÇÃO VERBAL 1, 2019).

A organização e união desses trabalhadores, que antes atuavam apenas de forma individual, foi uma solução para diversos problemas que eles enfrentavam, como a falta de espaços para comercialização, falta de conhecimento técnico de cultivos, representatividade, entre outros. Dessa forma, a criação do Polo surgiu para atender essas demandas, iniciativa que partiu dos próprios atores envolvidos, sendo assim, uma inovação do tipo social (TARDIF e HARRISSON, 2005). Essa inovação social foi incentivada e possível de ser implementada através de uma inovação institucional (TARDIF e HARRISSON, 2005), a atuação extensionista da UENF por meio da ITEP. Beneficiando os moradores e trabalhadores da região do Imbé, atendendo ao bem comum desses atores através do cooperativismo e autogestão (TARDIF e HARRISSON, 2005).

4.8.2.4. Dimensão Atores

O Polo Agroecológico do Imbé foi observado como uma unidade de análise pela sua característica organizacional do movimento cooperativo (TARDIF e HARRISSON, 2005). Foi criado a partir da iniciativa da sua atual coordenadora, o que evidencia a participação da sociedade civil (TARDIF e HARRISSON, 2005). Foi ela quem articulou a criação do polo, inicialmente vinculando as componentes do Coletivo de Mulheres Dandaras do ABC à ITEP e posteriormente ao FLES/CG. Seu intuito principal é atender as principais demandas desses trabalhadores. Tendo esse objetivo o coletivo passou a contar com o apoio da ITEP/UENF e do FLES/CG, que são atores institucionais do Estado (TARDIF e HARRISSON, 2005).

Após a formação do polo, esses trabalhadores passaram ter ligação com a UENF, um ator institucional do Estado (TARDIF e HARRISSON, 2005). O que permitiu

uma geração de renda importante para os indivíduos participantes.

4.8.2.5. Dimensão Processo

Segundo Tardif e Harrisson (2005), a análise da Dimensão Processo de IS considera três fatores principais: modelos de coordenação, meios envolvidos e as restrições à sua implantação.

O processo de formação do Polo envolveu a mobilização tanto de atores institucionais, ITEP e UENF, quanto das componentes do Coletivo de Mulheres Dandaras do ABC e moradores da região do Baixo Imbé. Houve uma mobilização (TARDIF e HARRISSON, 2005) desses atores em torno desse objetivo. A principal titular da ideia foi a atual coordenadora do polo, que buscou na ITEP articulação necessária para efetuar isso. Ela contou com a participação (TARDIF e HARRISSON, 2005) dos primeiros integrantes, principalmente as famílias das pertencentes do coletivo de mulheres. Nesse processo, também foi necessário fazer um esforço de integração (TARDIF e HARRISSON, 2005) entre os moradores e produtores da região.

O engajamento dos bolsistas da ITEP em conjunto com os trabalhadores locais, obtido através das reuniões e programas de aprendizagem (TARDIF e HARRISSON, 2005) realizados, promoveu um movimento de empoderamento (TARDIF e HARRISSON, 2005) dos mesmos, evidenciado pelo caráter coletivo de sua gestão.

Segundo a coordenadora do polo, “temos evoluído e nos empoderado através dos cursos que a ITEP oferece pra gente juntamente com alguns alunos da UENF que estão indo pra comunidade e realizando essa troca de experiência” (INFORMAÇÃO VERBAL 2, 2019). Nesses encontros também são feitas as avaliações, o traçar de metas e o planejamento do trabalho a ser realizado pelos integrantes do polo.

Figura 6 – Sala de reuniões e aprendizado dos integrantes no Polo Agroecológico do Imbé



Fonte: imagem obtida na pesquisa.

Esta sala esta situada na localidade de Aleluia. O espaço foi cedido por um dos moradores integrantes do polo.

De acordo com a gestora da ITEP, o fato do território estar ligado a um programa institucional da UENF resulta na organização de um movimento extremamente amplo e que conta com vários tipos de assessorias técnicas.

Olhando pela questão da incubadora e a questão que a gente já sabe de conhecimentos acumulados. A incubadora tem 200 horas de cursos disponíveis e ela ainda faz parcerias com vários centros da universidade, inclusive na área da nutrição. Os trabalhadores do imbé chegaram recentemente, no início de 2019, mas ainda pegaram algumas aulas. Agora eles estão trabalhando com a questão de processos higiênicos, no entanto, no Território do Imbé a ideia é ensinar técnicas agroecológicas simples, baratas que auxiliem tanto na questão da fertilização de solo, no melhoramento da planta e, principalmente, no combate a pragas que são muito comuns. Então, lá tem essa pegada bastante forte, sempre tem calendários de cursos, eles sempre buscam comparecer e são extremamente atuantes. Além disso, frisamos com eles a questão da propriedade, ou seja, fazemos uma micro gestão de propriedades junto com eles (INFORMAÇÃO VERBAL 1, 2019).

Dentro desse processo de uma inovação social todo conhecimento se passa através de técnicas (TARDIF e HARRISSON, 2005). A própria organização da economia solidária possui fundamentos técnicos e científicos que permitem a utilização desse conhecimento para geração de uma organização econômica autogestionária que dá bem viver, gere trabalho e renda (SINGER, 2005).

Nesse sentido, a gestora da ITEP afirma que toda base da economia solidária respeita a capacidade e a vivência daquele trabalhador ao longo do seu tempo.

Ao observar um indivíduo que trabalha por 30 anos, você vê todo histórico que

ele tem de vida, de relações com o trabalho, com a renda e com a capacidade que ele tem de se inserir no processo ou produzir algo. Ou seja, é possível observar historicamente como o homem se firma no território e na sociedade a partir da sua expertise e da sua capacidade técnica. Vejo no movimento da economia solidária o compromisso desses trabalhadores de conscientemente contribuírem em prol da formação e organização do território, eles consideram esses aspectos importantes. Eu acho que sobre o ponto de vista organizacional eles, a partir do momento que se reconhecem economia solidária e que as redes territoriais que eles pertencem passam a fazer parte dessa identidade, eles não precisam de CNPJ. Eles são organizados, eles têm organização, eles são orgânicos. O organizacional deles é que eles são orgânicos, eles realmente existem. Agora, a minha questão é dizer que: eles não são institucionais, eles não são nem dos programas de extensão, mesmo que recebendo tudo isso, e eles mesmos quando precisam do município eles não se institucionalizaram justamente pela questão do protagonismo autogestionário (INFORMAÇÃO VERBAL 1, 2019).

Considerando essa intenção de consolidar esse protagonismo autogestionário a coordenadora do polo relata que a gestão do território é organizada por todos os integrantes: “a gente está organizado onde todo mundo é cabeça, sentamos e vemos o que é melhor para o grupo, e cada um faz sua parte, sempre um ajudando o outro. Fazemos mutirões em sítios e ajudamos aqueles que apresentam dificuldades” (INFORMAÇÃO VERBAL 2, 2019).

Este processo de formação enfrentou e enfrenta algumas restrições ao seu desenvolvimento (TARDIF e HARRISSON, 2005). A primeira delas, a construção do Imbé se dá primeiramente diante de um cenário de disputas de lideranças populares presentes no território, o que resultava em uma dispersão no foco desses trabalhadores, pois não se trabalhava necessariamente a organização do território em função da capacidade produtiva. A segunda restrição está relacionada ao capital de giro desses trabalhadores, que é limitado e que foi iniciado sem investimento em matéria-prima e equipamentos. Esta restrição gerava certa incerteza dada a necessidade de serem adquiridos alguns equipamentos para o trabalho.

Outra restrição apontada pela coordenadora do polo refere-se a dificuldade com que a maioria dos trabalhadores do Imbé enfrentam para se deslocar até as reuniões, cursos e espaços de comercialização que ocorrem na cidade. Alguns ainda não se envolvem ativamente nos encontros, sendo a coordenadora a ponte entre as informações disponibilizadas nas plenárias e eles.

No início eles estavam bem tímidos e a gente foi quebrando e deixando-os falarem, mostrando o trabalho, trocando experiência, tirando as dúvidas deles, dando a eles segurança e isso deu uma confiança muito grande para esses agricultores (INFORMAÇÃO VERBAL 2, 2019).

Além da logística, o medo de arriscar, de andar com as próprias pernas e a insegurança em confiar um no outro ainda persistem como principais restrições no Território, principalmente por conta das disputas de lideranças populares. No entanto,

segundo a coordenadora desde a implantação do polo percebe-se o resgate de uma cultura que se havia perdido, “antigamente cada um plantava um tipo de cultura, e eles mesmos barganhavam e um ajudava no plantio do outro.” E, no ponto de vista da entrevistada, os maiores benefícios que a articulação com a incubadora trouxe para os produtores foi a autonomia, o empoderamento e a segurança.

CONCLUSÕES

Este trabalho propôs a realização de um estudo de caso focado na análise da experiência de uma das ações programáticas extensionista vinculada a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF: a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da UENF (ITEP). A mesma foi pontuada como um espaço formativo e com potencial campo de atuação e de transformação da sociedade, sendo a extensão universitária e a economia solidária seus pilares de atuação. Propondo ações vinculadas ao conceito de inovação social na tentativa de ser um instrumento promotor de emancipação dos indivíduos participantes.

Para isto, fez-se necessário buscar a compreensão deste processo como uma totalidade concreta, dentro de um contexto de luta histórica da classe trabalhadora. Tendo como o centro da discussão a busca por emancipação social através das ações extensionista direcionadas pela economia solidária.

Esta pesquisa revelou uma presença maior de pessoas do sexo feminino inseridas no contexto da ecosol, com aproximadamente 83% dos entrevistados. A faixa etária predominante é a compreendida entre 51 a 60 anos, com 23,9%, seguidos pelos que tem entre 41 e 50 anos, com 20,7%, no entanto, com relação à amostra escolhida não notou-se uma disparidade considerável em relação ao quantitativo de pertencentes a cada faixa etária. Ao se tratar da cor autodeclarada por cada respondente, a metade dos empreendedores se declarou "Branco", todavia, 48% dos empreendedores vinculados a ITEP são pretos ou pardos. Com relação ao estado civil dos empreendedores, há uma predominância maior de casados, com o percentual de 41,3%.

Dos 92 respondentes, 67 são naturais de Campos dos Goytacazes, o que representa 72,8%. A economia solidária no município tem sua articulação conduzida pela UENF, através das ações implementadas pela ITEP. A incubadora busca atuar na organização de grupos formais e informais que possuem caráter comunitário, por meio da incubação de empreendimentos e assessoramento do Fórum Local de Campos dos Goytacazes (FLES/CG).

Um dado que nos chama atenção para a condição geral de exclusão no mercado formal do município é o de que 44% dos indivíduos entrevistados apresentam como única fonte de trabalho e possibilidade de obtenção de renda o trabalho desenvolvido na economia solidária. Reafirmando a importância de um trabalho alternativo, gerador de renda e promotor do desenvolvimento sustentável. Desse grupo, 86% dos empreendedores responderam que não recebem benefícios sociais.

No que tange ao grau de escolaridade dos trabalhadores inseridos na economia solidária, constatou-se que a maioria dos trabalhadores vinculados a ITEP concluíram o ensino médio, que perfaz cerca de 30,4% dos empreendedores, por outro lado, os que concluíram o ensino superior ou uma pós representam 32%. Além disso, 65,2% dos trabalhadores já fizeram algum tipo de curso profissionalizante, ou seja, 60 dos 92 respondentes. Neste caso, o grau de escolaridade desses empreendedores refuta o pressuposto de que na economia solidária há baixa participação nos empreendimentos por parte de pessoas com o ensino médio e/ou superior. A pesquisa evidencia um grau de escolaridade elevado da amostra analisada.

Foi feita uma análise com relação a renda mensal de cada trabalhador sem considerar os ganhos através do trabalho desenvolvido na economia solidária. Segundo os dados obtidos, aproximadamente 29% não possuem renda alguma. Ao considerar a renda gerada pelo trabalho na ecosol, o percentual de pessoas que não possuem renda alguma cai para 6,5%. Em uma análise metodológica de cálculo desenvolvida por Zaperlon (2010), é possível concluir que as ações de direcionamento da ITEP tem gerado renda a esses trabalhadores.

A busca complementar por uma fonte de renda e a procura por uma alternativa frente ao desemprego indicaram que estes foram os principais motivos da entrada dos mesmo na ecosol. Diante dessa inserção, a propagação das experiências vividas pelos empreendedores nesse contexto de novas formas de relação social e de trabalho proposta pela ecosol tem sido o principal instrumento de difusão entre os trabalhadores locais.

A princípio, para identificar se houveram e quais seriam as principais mudanças percebidas buscou-se compreender as principais dificuldades. A mais citada pelos trabalhadores foi a falta de espaços de comercialização (locais fixos) para exposição dos seus produtos. Sentiam a ausência de clientes que comprassem ou valorizassem o trabalho desenvolvido na economia solidária.

Esses pontos fixos além da busca pelo ganho econômico permitem aos empreendedores um conjunto de experiências relacionadas as formas de gestão, a partir de princípios que valorizem o trabalhador e o empreendimento. O trabalho autogestionário implementado por esses trabalhadores representam práticas possíveis de serem replicadas em outras realidades. Ampliando assim, a rede de contatos (networking) de cada empreendedor.

Ao tratar-se das percepções por parte dos empreendedores com relação a atuação extensionista da incubadora na vida dos seus empreendimentos e, também, no

desenvolvimento pessoal dos seus integrantes, nota-se a existência de um vínculo crucial entre os empreendedores e a incubadora que reafirma a importância da mesma na vida deles. Esse vínculo trata-se do direcionamento, condução e instrução que parte da ITEP em prol da manutenção desses empreendimentos e trabalhadores. Entre os principais relatos que destacam a importância da incubadora estão o destaque a: espaços de comercialização, geração de renda, formação e capacitação e, ampliação nas redes de contatos. Os respondentes apontam que sem o apoio da instituição não seria possível alcançar a atual condição em que se encontram. Observa-se um feedback muito positivo com relação as ações da ITEP.

Para o alcance dessa percepção e a formação de uma consciência solidária, a ITEP visa possibilitar o surgimento e o fortalecimento de iniciativas de geração de trabalho e renda às pessoas fragilizadas economicamente, acolhendo-os em sua infraestrutura física-organizacional e dando condições para o seu desenvolvimento. Para isto, a incubadora tem focado em implantar nesses empreendimentos uma educação solidária que conduza os trabalhadores para uma emancipação e transformação social.

A ITEP estimula os empreendedores a se inserirem nos espaços de participação política relativos à Economia Solidária (como fóruns, conselhos, conferências, etc.), tendo como objetivo aumentar o nível de formação e participação dos trabalhadores dos EES incubados. Nesta direção o trabalho identificou que os empreendedores responderam de forma positiva quanto ao entendimento e a importância dada ao trabalho desenvolvido no ambiente coletivo. Além disso, apresentam consciência da importância da formação de um espaço deliberativo para tratar assuntos relacionados a ecosol, ativando o Conselho Municipal de Economia Solidária do município.

A pesquisa evidenciou que toda participação, seja no âmbito político ou social, por parte dos empreendedores solidários é resultado da influência pedagógica conduzida pela ITEP/UENF. Tal informação, revela a importância da ITEP na formação de seres politicamente pensantes e participativos, condições estas que precedem e abrem caminho para uma possível emancipação social.

A participação dos trabalhadores nas reuniões do FLES/CG representa o maior envolvimento dos mesmos em algum ambiente político. Acredita-se que pelo o fato de que o comparecimento a essas reuniões seja um pré-requisito para se ter acesso aos espaços de comercialização articulados e implementados pelo Fórum e ITEP, tendo relação direta com essa participação maior. Pois teoricamente condiciona-os um benefício maior, neste caso, os espaços de comercialização. Cabe uma reflexão para

futuras propostas de pesquisa de até onde seria a busca por uma real emancipação e seu anseio íntimo? E, até onde os resquícios da economia convencional e do individualismo podem perdurar ou debilitar a premissa da emancipação social dos participantes da ecosol?

A pesquisa ao tratar da segunda vertente que relaciona as ações de inovação social proposta pela ITEP com uma possível alavanca à emancipação social dos trabalhadores envolvidos no Polo Agroecológico do Imbé, realizou uma análise qualitativa embasada na metodologia apresentada por Tardif e Harrisson (2005). Os principais resultados indicam que parte dos elementos adotados no modelo de análise dos autores, Tardif e Harrisson (2005), para inovações sociais estão presentes no Polo, com suas dimensões identificadas em sua totalidade no contexto de sua formação, na sua trajetória de desenvolvimento e na sua relação com a participação na Rede Agroecológica no município.

Após o contato com os trabalhadores, notou-se que há um processo longo e penoso ao considerar como ponto inicial a inserção em um empreendimento econômico solidário, a perspectiva de uma possível tomada de consciência e o vislumbrar e/ou atingir a emancipação social como status quo de condição de vida. Entretanto, pode-se observar que a participação e inclusão destes sujeitos nos projetos de extensão voltados para o fortalecimento das redes de economia solidária no município pode cooperar em prol da socialização, formação ou aproximação dos EES para uma participação social mais qualificada, motivando a intervenção coletiva nas localidades onde estão inseridos.

Conseqüentemente, cooperados podem fortalecer-se mutuamente, na tentativa de se alcançar a emancipação social, através do fomento de um discurso de empoderamento e autonomia que os libertem das condições de exploração e os tornem donos da sua produção e destino.

Todavia enquanto diagnóstico, voltado para a obtenção da resposta da problemática aqui proposta, pôde se concluir que, neste contexto analisado, os indivíduos participantes dos EES ainda não alcançaram efetivamente a emancipação social. Os trabalhadores, até pelas questões discorridas durante esta investigação, na grande maioria dos casos estão em busca de renda apenas para atender a questões básicas de sobrevivência. Percebeu-se que o foco muitas das vezes, não é na formação ou capacitação condicionadas pela ecosol, neste caso, na figura da ITEP/UENF, mas sim a procura por sua inclusão como indivíduo nos circuitos e espaços de comercialização ofertados pela incubadora e FLES/CG.

Todavia, com as condições geradoras de trabalho, renda, participação, autogestão capacitação, percepções de mudanças, reflexividade crítica ofertadas e conduzidas pela ITEP/UENF apotam em direção do caminho a emancipação social. Por meio da constatação de mudanças, pessoais, ideológicas, culturais e pragmáticas, e possível tomada de consciência do valor do empreendimento e da condição de empreendedor solidário que os conduzam a uma emancipação social, seja ela participativa e/ou autogestionária que gere renda. A partir destes fatores seria possível lapidar, em função do tempo, o foco em só buscar renda em compromisso coletivo, em participação, autogestão, e, conscientização solidária e autônoma que, por fim, resultaria em uma efetiva emancipação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Almeida, J. F. e Pinto, J. M. A Investigação nas Ciências Sociais. 5ª edição Lisboa: Editorial Presença. 1995.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Qual a Crise da Sociedade do Trabalho? In: _____. Adeus ao Trabalho? 11 ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

ARAÚJO, M. P.; FREITAS, E. C. de. Universidades e empresas: agentes de inovação e conhecimento para práticas da responsabilidade social. In: Simpósio de gestão da inovação tecnológica, XXV, 2008, Brasília. Anais eletrônicos. Brasília: Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Administração, 2008.

AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). Inovação e empreendedorismo na universidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 461, 2006.

AUDY, J; SPOLIDORO, R. Parque Científico e Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - TECNOPUC. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2008. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/inovapucrs/pdf/livro_do_tecnopuc_2007.pdf>. Acesso em: 12/12/2019.

BACHMANN, A.M.R. Extensão Universitária e Inovação Social: Estudo em uma Universidade Pública Municipal. R. Gest. Sust. Ambient. Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 447-466 , jan./mar. 2018.

BASSO, D.; LEMES, F.R.M.; SIVEIRA, D.C. Economia solidária e dinâmica de desenvolvimento local: um estudo de empreendimentos econômicos e solidários no município de Ijuí-RS. *Emancipação*, Ponta Grossa, v.10, n.1, 327-340, abril de 2010.

BAHIENSE, Suelen Vianna, M.Sc., Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, agosto de 2014. O impacto da Lei de Inovação na criação do núcleo de inovação tecnológica da Universidade Estadual Norte Fluminense – UENF. Orientador: Prof. Marcelo Carlos Gantos.

BARBOSA, A.M.S.F.V.A. A Relação e a Comunicação Interpessoais entre o Supervisor Pedagógico e o Aluno Estagiário. São Paulo (SP): ESEJD, 2012, p.218. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação: especialidade em Supervisão –

BENINI E.; BENINI, E. Políticas públicas e Economia Solidária: elementos para a agenda de uma nova rede de proteção social. In E. BENINI, E. et al. (Org.)., Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões. p. 453-472. 2011.

BETANHO, C.; FERNANDES, J. E.; GIAROLA, E., FELICE, E. O. Empreendimentos da economia popular solidária e as teorias do valor: limites e desafios para ocupar mercados. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, I, 2015,

Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro. Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. 2015.

BICALHO, M. Panorama atual do transporte público urbano. Transparências apresentadas no painel “Conjuntura atual e perspectiva do transporte urbano de passageiros do Brasil.” In: Congresso ETRANSPORT, IX, Rio de Janeiro. Anais eletrônico, 2000.

BIGNETTI, L.P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1. 2011.

BITTENCOURT, B.L.; RONCONI, L.F.A. Políticas de inovação social e desenvolvimento: o caso da Bolsa de Terras. Rev. Adm. Pública. Rio de Janeiro, v.50, n.5, p.795-818, set./out. 2016

BONI, V; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política, UFSC, V. 2 n. 1, p. 68-80. janeiro-julho/2005, Pedagógica). Orientador: Mariana Cortez.
CALDERON, A. Repensando o papel da universidade. Rev. de Administração de Empresas. EASP, São Paulo, v.44, n.1, p.104-108. 2004.

BORGES, J. B.; SGUAREZI, S. B. Economia solidária e educação. Akrópolis Umuarama, v. 20, n. 3, p. 151-158, jul./set.2012. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/4869/2834>> Acesso em: 07 de janeiro de 2020.

CANÇADO, A. C. Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática. Salvador: IES, 2007. (Cadernos do IES, v. 1).

CASADO, F. L.; SILUK, J. C. M.; ZAMPIERI, N. L. V. Universidade Empreendedora e Desenvolvimento Regional Sustentável: Proposta de um Modelo. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 5, Edição Especial, p. 633-650, DEZ. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/7755>>. Acesso em: 10/01/2019

CASSANDRE, M.P.; SENGER, C.M.; AMARAL, W.R.; NETA, E.V.F. Políticas Públicas para a Geração de Trabalho e Renda: Economia Solidária no Paradoxo entre Oportunidade e Oportunismo. Rev. Gestão e Sociedade. Belo Horizonte, v.7, n.17, p.167-185, MAI/AGO 2013.

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. A ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. Ver. Kátal. Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 116-122, jan/jun 2008.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATTANI, A. D. Autonomia-Emancipação Social. In CATTANI, Antonio David e HOLZMANN, Lorena. [Orgs.]. Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, Pedro. Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009. 346p.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. Metodologia científica. Pearson Prentice Hall. 2002.

CHAUÍ, Marilena: Escritos sobre a universidade. São Paulo, Ed. Unesp, 2001.

CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? Cahier de recherche du CRISES, n. ET0314, Montreal: UQAM, 2003.

CODO, W. Saúde mental e trabalho. Ribeirão Preto: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1993.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M.. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria (orgs.). O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

Cunha, J., & Benneworth, P. Social entrepreneurship and social innovation: are both the same?. In ICOPEV International Conference on Project Economic Evaluation Universidade do Minho. p. 75-84. 2014.

DENSCOMBE, M. The good research guide: for small-scale social research projects. 3. ed. New York: Open University Press, 2007.
Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 14/01/2019

DARDENGO, A.M. A "economia solidária e a emancipação solidária. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 7., 2015, São Luís. Anais...Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015. p. 1-13

DORNELES, S. B. Autogestão: uma alternativa para o desenvolvimento regional. 2007. Disponível em: <<http://www.urisantiago.br/nadri/artigos/texto%20simone.pdf>>. Acesso em: 15/12/2019.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The triple helix of university-industry government relations and the globalization of national systems of innovation. Science under Pressure Proceedings. The Danish Institute for Studies in Research and Research Policy: 2003.

ELLIOTT, Anthony . Concepts of the self. Cambridge, Polity. 2013.

FARIA, Dóris S. (Org.). Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, J. H. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. CAD. EBAPE.BR, v. 15, n. 3, p. 629-650, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.

FERRO, N. C. A.; OLIVEIRA, T. S. A recorrência do rotacismo como elemento fonético africano na pronúncia do campista nativo: uma pesquisa de campo indicial. In: Simpósio Fluminense de Estudos Filosóficos e Linguístico, XI, 2019, Campos dos Goytacazes. Anais eletrônico. Rio de Janeiro: UENF, 2019.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração, XXIV, 2002, Florianópolis. Anais eletrônico. Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária – Renex. Manaus, 2012.
 Forum de Pro-Reitores de Extensao das
 Universidades Publicas Brasileiras. Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e
 a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília:
 MEC/SESu, 2006.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACOOL, A. Z.; MOSCAROLA, J. O método de
 pesquisa survey. São Paulo/SP: Revista de Administração da USP, v. 35, n. 3, p. 105-
 112, Jul-Set. 2000.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. Revista Crítica
 de Ciências Sociais, v. 84, p. 81-99, março 2009.

Gaiger, L. I. (2003). Empreendimentos econômicos solidários. In A. D. Cattani (Org.), *A
 outra economia* (pp. 229-241). Porto Alegre: Veraz/São Paulo:
 Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Caderno
 CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. La economía solidaria
 y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones historicas. In._____: CORAGGIO,
 José Luis. La economía social desde la periferia: Contribuciones latinoamericanas.
 Buenos Aires: Altamira, 2007.

GIL, A. C. Estudo de caso. 1. ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 2009. p.148

GOMES, M. A. S.; COELHO, T. T.; GONÇALO, C. L. Tríplice Hélice: a Relação
 Universidade-Empresa em busca da Inovação. Revista Gestão.Org, Pernambuco, v. 12,
 n. 1, p. 70-79, 2016.

GUERRA, A. C.; PEREIRA, J. R. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas
 Populares: Possibilidades de Gestão. Rev. Administração Pública E Gestão Social,
 Riode Janeiro, v.2, n.1, p. 21- 40. 2010.

HAGUETTE, T. M. F. Metodologias qualitativas na Sociologia. 5a edição. Petrópolis:
 Vozes, 1997.

HARVEY, David. Condição Pós Moderna. São Paulo: Loyola, 2005.

HECKER, Sonia M. R. A emergência e Potencialidades da Economia Solidária e
 Autogestão no Contexto das Transformações do Mundo do Trabalho: a Participação da
 Universidade. In.IPEA: mercado de trabalho. 2004.

IPEA. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota
 metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília:
 IPEA, 2016.

_____. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).
 Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Brasil: Biblioteca Virtual em Saúde
 do Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Z9UzSi>>. Acesso em: 20 de
 dezembro de 2019

ITEP, Relatório de Atividades do ano de 2012. 2012.

JUNIOR, A. F. B.; JUNIOR, N. F. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. *Evidência*, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011

KNECHTEL, M. R. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 193f. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: Dicionário internacional da outra economia / Antonio David Cattani et. al. (orgs). – (CES). São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

LEITAO, A. B. “Farinha pouca, meu pirão primeiro:” Cultura, desenvolvimento e setor criativo do artesanato na Região Norte Fluminense. Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes: UENF, Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. 2013. 449f.

LOPES, F. A. S. O papel das incubadoras no processo de aproximação da relação Universidade – Empresa: Um estudo de caso sobre a Tec Campos. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF, 2017, 85p. Monografia (Bacharel em Administração Pública). Orientador: Prof. Dr. Edson Terra Azevedo Filho.

MARQUES, P. L. A. Trabalho emancipado. Empresas recuperadas pelos trabalhadores: A experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos. Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006. 128f.

MARTINS, L. H. S. Autogestão: sua atualidade, suas dificuldades. In: VIEITEZ, C. G. (Org.). *A empresa sem patrão*. Marília: UNESP, 1997.

MARX, K. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996

MARX, K. *A questão judaica*. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*. 2000. Disponível em: <neppec.fe.ufg.br/uploads/4/original_gotha.pdf>. Acesso em: 20/12/2019

MATSUDA, P. M. Incubação de Cooperativas Populares e Extensão Universitária: o Caso da INCOOP – Incubadora Regional de Cooperativas Populares Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2011. 120f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos.

MAUER, A.M. As dimensões de inovação social em empreendimentos econômicos solidários no setor de artesanato gaúcho. Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. 191f.

- MEDEIROS, B.; COMONELLI, E. O perfil dos empreendimentos de economia solidária em Santa Catarina. Revista NECAT. v. 6, nº11 Jan-Jun de 2017
- MIGLIEVICH RIBEIRO, A. M.; SILVA JR., P.S.R. A UENF e seu plano orientador entre a “modernização reflexa” e a “aceleração evolutiva”: notas sobre o pensamento de Darcy Ribeiro. *Agenda Social*. Revista do PPGPS / UENF, Campos dos Goytacazes, v.2, n.2, p.1-21, mai-set / 2008
- MOULAERT, F., MARTINELLI, F., SWYNGEDOUW, E., & Gonzalez, S. (2005). Towards alternative model (s) of local innovation. *Urban Studies*, 42(11), 1969–1990.
- MULGAN, G. et al. *Social Innovation. What it is, why it matters and how it can be accelerated*. Oxford Said Business School -Skoll Centre for Social Entrepreneurship, 2007.
- MURRAY, R. et al. *The Open Book of Social Innovation*. London, NESTA/The Young Foundation. 2010.
- NASCIMENTO, C. A Autogestão e o “novo cooperativismo”. Brasília, 2004.
- NASCIMENTO, C. A. Autogestão e o “novo cooperativismo”. In: Seminário Nacional de Autogestão, 2003. Joinville: MTE, DRTSC, 2003.
- NASCIMENTO, YVES ROMERO TAVARES. Incubadoras de economia solidária e extensão universitária: possibilidades e inovação. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- NEVES, J.L. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v., n.3, 1996.
- OLIVEIRA, B. A; VERARDO, L. Economia Solidária e desenvolvimento. In: FBES (Org). Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária: Caderno de aprofundamento aos debates, 2007. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=406&Itemid=18>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.
- OLIVEIRA, Marcia Cristina dos Santos Barbosa de. Conversão do Conhecimento: Estudo de Caso em Incubadora Universitária de Empreendimentos de Economia Solidária. Sao Carlos: UFSCar, 2012. 231f. Dissertacao (Mestrado). Universidade Federal de Sao Carlos.
- PACHECO, A.S.V.; SANTOS, M.J.; SILVA, K.V.; PACHECO, A.S.V. Dos Objetivos ao Surgimento de uma Inovação Social: Um Estudo de Caso em uma Organização da Economia Solidária. *Rev. P2P & INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, v. 4 n. 2, p.119-140, Mar./ Ago. 2018. pertencentes ao sistema Acafe do estado de Santa Catarina. 2004. 154 f. Dissertação
- PINHEIRO, L. S.; CANÇADO, A. C. Gestão Social e Emancipação: avançando na discussão. *Cadernos Gestão Social*, Bahia, v.4, n.1, p.71-84, jan./jun. 2013
- PRADO, T. Economia solidária: futuro do desenvolvimento?. [S.l.]. 2008.

- RAZETO, L. Economia popular de solidariedad: identidad y proyecto en una visión integradora. Santiago: Area Pastoral Social de la Conferencia Episcopal de Chile, 1986.
- RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Org). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58
- RIBEIRO, Darcy. Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Rio de Janeiro: UENF, 1993, vol. 1, n. 1.
- RIEDI, A. M. C. Universidades empreendedoras: uma análise das universidades pertencentes ao sistema Acafe do estado de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004. 154 f.
- ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C.. A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p
- SANTOS, B. S. [Org.]. Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, A. C. M. Z. A cooperação entre universidade e empresa: um estudo em empresas intensivas em conhecimento de porto alegre. Revista de Gestão do Unilasalle, UNISINOS, Canoas- RS, v. 2, n. 2, p. 155-168, Set. 2013.
- Santos, A. C. M. Z. O desenvolvimento da inovação social - inibidores e facilitadores do processo: o caso de um projeto piloto da ONG Parceiros Voluntários. Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. 2012
- SANTOS, V.; CANDELORO, R. Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre: AGE, 2006.
- SANTOS, J.L.G.; ERDMANN, A.L.; MEIRELLES, B.H.S.; LANZONI, G.M.M.; CUNHA, V.P.; ROSS, R. Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v. 26, n. 23, p.1-9, 2017.
- SARDÁ, Maurício; NOVAES, Henrique T. O sentido histórico da autogestão. In: BENINI, Édi A. et al (ORG). Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. Volume 2. São Paulo: Outras expressões, 2010.
- SENAES. Economia Solidária: Mapeamento no Rio Grande do Sul. São Leopoldo. 2008.
- SERGIO, A. L. S. Economia Solidária e reconhecimento do direitos do trabalho associado: a questão do acesso à previdência social. Natal, RN, 2017, 63. Monografia (Bacharel em Serviço Social). Orientador: Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva.
- SILVA, D. N.; KAPPES, S. A. Economia Solidária, Informalidade e direitos trabalhistas. IPEA. Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 61, Outubro 2016, Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt61_economia_1.pdf Acesso em 05/01/2020

SILVA, E.L.; MENEZES, E. M., Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.UFSC, 3ª Edição, 2001.

SILVA, K. R. O movimento de Economia Solidária em Campos dos Goytacazes (RJ): uma análise do papel do Fórum de Economia Solidária na Política Pública Local. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: UFF, Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. 2019. 109f.

SILVA, L. R. C.; DAMACENO, A. D.; MARTINS, M. C. R.; SOBRAL, K. M.; FARIAS, I. M. S. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, IX, Paraná. Anais eletrônicos. 2009. p. 4554 - 4566

SILVA NETO, B. Sistemas dissipativos, complexidade e desenvolvimento sustentável: parte 1 – conceitos básicos. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2006, p. 48.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S.M.P. (Org.). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: Inep, 2005, p. 11-31.

SOUZA, A. A.; RUPPIN, L. W.; CUNHA, N. G.; FREITAS, J. F. Os desafios enfrentados pelos empreendimentos solidários: Um estudo na região metropolitana de Belo Horizonte – MG. In: Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, VIII, Goiânia. Anais eletrônico. 2014. p. 12

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales Cahiers du CRISES. Québec, 2005.

TENÓRIO, F. G. (Org.). Cidadania e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: UNIJUI, 2007. 632p.

UENF. Disponível em: <<http://www.uenf.br/portal/index.php/br/>>. Acesso em: 13/01/2019

VOSGERAU, D.S.A.R; ROMANOWSKI, J.P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014

ZARPELON, Ana Paula Granella. Contribuições da incubadora tecnológica de cooperativas populares da Unochapecó para a proposta de geração de trabalho e renda em empreendimentos de economia popular solidária. Dissertação (Mestrado) - Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

WEBSTER, Eduard e LAMBERT, Rob. Emancipação Social e o novo internacionalismo operário: Uma perspectiva do sul. In: SANTOS, Boaventura de Souza [Org.]. Trabalhar o mundo, os novos caminhos do internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WIRTH, Ioli; FRAGA, Lais; NOVAES, Henrique T. Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES,

Henrique Tahan. Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal 6, p. 191-218. 2011

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

Anexo 1 – Modelo de Questionário aplicados aos indivíduos participantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários da UENF

Modelo de Questionário aos indivíduos participantes dos Empreendimentos Solidários vinculados a ITEP	
Identificação do Entrevistado	Código <input type="text"/>
1. A01 - Data da Entrevista: ___/___/___ Hora: _____	
2. A02 – Sexo: (1) Homem(2)Mulher	
3. A03 – Faixa etária do entrevistado (1) até 18 anos (2) de 19 a 29 anos (3) de 30 anos a 40 anos(4) de 41 a 50 anos(5) de 51 a 60 anos (6) de 61 a 70 (7) 71 ou mais (888) NR	
4. A04 –Qual é a sua cor?(1)Branca (2) Negra (3) Amarela (4) Parda (5) Indígena (888) NR	
5. A05 – O senhor (a) é natural de Campos dos Goytacazes?(1) Campos dos Goytacazes (2) Outro município.	
6. A05 –O senhor (a) nasceu no estado do Rio de Janeiro? (1) Rio de Janeiro (2) Outro estado	
7. A07 – Bairro/Distrito: _____	
8. A08 – Qual o seu Estado Civil? (1) Solteiro(a) (2) Casado(a) (3) União estável (4) Separado (a) (5) União civil(6) Viúvo(a) (7)Divorciado(a)(888) NR	
9. A09 – Qual é a sua atual situação do trabalho/Renda? (1) Estudante (bolsista) (2) Servidor(a) Público(a) (3) Trabalha com carteira assinada (4) Micro empreendedor individual (MEI) (5) Microempresário(a) (6) Empreendedor(a) Solidário(a) (7) Aposentado(a) (8) Outros: _____ (888) NR	
Perfil Socioeconômico	
10. B01 – Você contribui com o INSS? (1) Sim (2) Não(999) NS (888) NR	
11. B02 –Você recebe algum benefício social? (1) Sim (2) Não(999) NS (888) NR	
12. B03 – Contando com você, quantas pessoas moram na sua residência? (1) 1 (2) 2 (3) 3 (4) 4 (5) 5 ou mais (888) NR	
13. B04 - O(a) sr.(a) têm filhos que moram com você? (0) Não tenho (000) Não moram comigo (1)1 (2) 2(3) 3 (4) 4 (5) 5 ou mais (888) NR	
14. B05 – Qual o seu tipo de moradia? (1) Própria (2) Alugada (3) Cedida (4) Outros: _____(999) NS (888) NR	
15. B06 – Quantos cômodos existem onde você reside? R: _____ (999) NS (888) NR	
16. B07 – Na sua residência existe água tratada? (1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR	
17. B08 – Na sua residência existe rede de esgoto? (1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR	
18. B09 – Na sua casa existe energia elétrica? (1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR	
19. B10 – Até que série o senhor (a) estudou? (1) Fundamental completo (2) Fundamental incompleto	

(3) Médio completo	(4) Médio incompleto
(5) Superior completo	(6) Superior incompleto
(7) Pós-Graduação/Mestrado	(8) Doutorado
(9) Não alfabetizado	(888) NR

20.B11 –Você fez algum curso profissionalizante?
(1) Sim (2) Não(999) NS (888) NR

21. B12 – Considerando os últimos 10 anos até hoje, qual era sua classe social há 10 anos? Você diria que era:
(1) Alta (2) Média Alta (3) Média-média (4) Média-baixa (5) Baixa (999) NS (888) NR

22. B13 – E hoje, o (a) Sr./Sra. Se descreveria pertencendo à classe...?
(1) Alta (2) Média Alta (3) Média-média (4) Média-baixa (5) Baixa (999) NS (888) NR

23. B14– Qual é a sua renda pessoal fixa sem a economia solidária?

(1) Nenhuma renda.	(2) De 0 a R\$ 100,00.
(3) De R\$ 101,00 a R\$ 200,00.	(4) De R\$ 201,00 à R\$ 300,00
(5) De R\$ 301,00 a R\$400,00	(6) De R\$ 401,00 à R\$ 500,00
(7) De R\$ 501,00 a R\$ 998,00	(8) De R\$ 999,00 à R\$ 1996,00.
(9) De R\$ 1997,00 à R\$ 2994,00.	(10) R\$ 2995,00 ou mais.
(999) NS	(888) NR

Informações do Empreendimento

24.C01 – Qual o seu tipo de vínculo com a ITEP?
(1)Empreendimento incubado (2) Rede Agroecológica (3) Organizações dos Territórios
(999) NS (888) NR

25.C02 – Quanto tempo você está na ITEP?
(1) até 1 ano (2) Entre 1 e 2 anos (3) Entre 2 e 3 anos (4) Entre 3 e 4 anos
(5) Entre 4 e 5 anos(6) 5 anos ou mais

26.C03 – Como você conheceu a ITEP?

(1) Amigos vinculados	(2) Eventos
(3) Redes Sociais	(4) Jornais
(5) Projetos implantados na sua comunidade	(6) dois ou mais veículos citados acima
(7) Outro: _____	(999) NS (888) NR

27. C04–Qual o tipo de Empreendimento?
(1) Cooperativa Popular (2) Associação (3) Redes de Economia Solidária
(4) Empreendimento de economia solidária(999) NS (888) NR

28. C05 – Qual é a área geográfica de atuação do empreendimento?
(1) Rural (2) Urbana (3) Rural e urbana (999) NS (888) NR

29.C06 - Nome do grupo/empreendimento:

(999) NS (888) NR

30.C07– O empreendimento tem CNPJ?
(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

31.C08 - Qual o número de participantes do grupo?
R: _____(999) NS (888) NR

32.C09– Caracterização do produto oferecido pelo trabalhador? (Múltipla Escolha)

(1) Alimentação	(2) Artesanato
-------------------	------------------

(3) Artesanato Sustentável	(4) Cadeia de materiais recicláveis
(5) Produtos Agroecológicos	(6) Confecção/Moda
(7) Derivados do Leite	(8) Pesca artesanal
(9) Outros: _____	(888) NR

33. C10 - Em que ano se iniciou as atividades do grupo?
 _____(999) NS (888) NR

34. C11 – Quantas horas você trabalha por dia na economia solidária?

(1) Até 4 horas.	(2) De 4 à 6 horas.	(3) De 6 à 7 horas.
(4) De 7 à 8 horas.	(5) De 8 horas pra cima.	(999) NS (888) NR

35. C12 – Como você se descola até os pontos de comercialização?
 (1) Carro próprio (2) Ônibus/van da prefeitura (3) Paga alguém para te levar (4) Bicicleta
 (5) A pé (6) Mais de dois meio de transportes citados (7) Outros
 : _____
 (999) NS (888) NR

36. C13 – Qual o espaço que você utiliza para produzir/cultivar seus produtos?

(1) Lavoura	(2) Espaço compartilhado com moradia	(3) Sala alugada
(4) Cooperativa	(5) Universidade	(6) Outros: _____

(999) NS (888) NR

37. C14 - Qualera a maior dificuldade enfrentada pelo senhor(a) antes de receber o apoio da ITEP, com relação à produção e comercialização do seu produto?

(1) Qualidade do produto	(2) Comercialização (Local, espaço, equipamentos, clientes)
(3) Logística	(4) Redes de contato
(5) Informações	(6) Capacitação
(7) Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	(8) Falta de capital de giro para vendas a prazo
(9) Outra dificuldade :- _____	(999) NS (888) NR

38. C15 - Qualé a maior dificuldade enfrentada pelo senhor(a) atualmente com relação à produção e comercialização do seu produto?

(1) Qualidade do produto	(2) Comercialização (Local, espaço, equipamentos, clientes)
(3) Logística	(4) Redes de contato
(5) Informações	(6) Capacitação
(7) Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento	(8) Falta de capital de giro para vendas a prazo
(9) Outra dificuldade :- _____	(999) NS (888) NR

39. C16 - Qual o principal benefício que a ITEP trouxe para o seu empreendimento?

(1) Qualidade do produto	(2) Comercialização
(3) Geração de Renda	(4) Redes de contato
(5) Informações	(6) Capacitação
(7) Espaços de comercialização fixos	(8) Carteira de clientes
(9) Outros: _____	(999) NS (888) NR

40. C17 – Além da ITEP a UENF promoveu ações que impactaram no seu desenvolvimento?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

41. C18 – Qual é sua renda mensal da economia solidária?

(1) Nenhuma renda.	(2) De 0 a R\$ 100,00.
(3) De R\$ 101,00 a R\$ 200,00.	(4) De R\$ 201,00 a R\$ 300,00
(5) De R\$ 301,00 a R\$400,00	(6) De R\$ 401,00 a R\$ 500,00
(7) De R\$ 501,00 a R\$ 998,00	(8) De R\$ 999,00 à R\$ 1996,00.
(9) De R\$ 1997,00 à R\$ 2994,00.	(10) R\$ 2995,00 ou mais.
(999) NS	(888) NR

Articulação política e participação dos indivíduos integrantes da Economia Solidária

42. D01 – Há articulação política do seu grupo/empreendimento com o Fórum de Economia Solidária?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

43. D02 – Há articulação política do seu grupo com o FUNDECAM?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

44. D03 – Há articulação política do seu grupo com a Superintendência de Trabalho e Renda?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

45. D04 – Há articulação política do seu grupo com a CODEMCA – Companhia de Desenvolvimento de Campos?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

46. D05 – Há articulação política do seu grupo com a Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

47. D06 – Há articulação política do seu grupo com a Superintendência Municipal de Agricultura?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

48. D07 – Você comercializa os seus produtos nos eventos organizados pelo Fórum de Economia Solidária?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

49. D08 – Você comercializa os seus produtos nas Redes?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

50. D09 – Você comercializa os seus produtos em casa?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

51. D10 – Você comercializa os seus produtos em loja fixa?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

52. D11 – Você comercializa os seus produtos nas universidades?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

53. D12– Qual foi o principal fator que motivou a sua inserção na economia solidária?

(1) Uma alternativa ao desemprego	(2) Obtenção de maiores ganhos
(3) Uma fonte complementar de renda	(4) Desenvolvimento de uma atividade coletiva
(5) Motivação social, filantrópica ou religiosa	(6) Desenvolvimento de capacidades e potencialidades
(7) Outro:-	(999) NS (888) NR

54. D13 – Quantas pessoas que moram com você desenvolvem trabalhos ligados a Economia Solidária?

(1) 0 (2) 1 (3) 2 (4) 3 (5) 4 (6) 5 ou mais (999) NS (888) NR

55. D14– O que você pensa sobre a organização dos trabalhadores em grupos produtivos, associações ou cooperativas?

(1) Não é importante (2) Pouco importante (3) Indiferente (4) Importante (5) Muito importante
(999) NS (888) NR

56.D15 – Você já participou de alguma organização desse tipo?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

57. D16– Você participa de alguma atividade ou movimento organizado na comunidade onde mora? Se sim, dizer qual?

(1) Nenhum (2) Igreja (3) Partido Político (4) Associação de Moradores
(5) ONG (6) Outros: _____(999) NS (888) NR

[Se 57.D16 = nenhum pule para 60.D19]

58. D17– Você participava antes ou depois da atuação da ITEP?

(1) Antes (2) Depois (999) NS (888) NR

59.D18 – A ITEP influenciou a sua inserção nesses movimentos?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

60. D19– A ITEP influenciou a sua inserção em algum curso?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

61. D20– Você realizou algum curso que a ITEP ofertou?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

62. D21- Você realiza algum tipo de trabalho voluntário?

(1) Sim (2) Não

[pule para 64. D23] (999) NS (888) NR

63. D22– A ITEP influencia sua participação no trabalho voluntariado?

(1) Sim (2) Não(999) NS (888) NR

64. D23– Você desempenha algum cargo/função (administrativo, voluntário) no Fórum de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes?

(1) Sim (2) Não

[pule para 66. D25] (999) NS (888) NR

65. D24– A ITEP influencia sua participação?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

66. D25– Qual a importância da ITEP hoje na sua vida? Por quê?

(1) Não é importante (2) Pouco importante (3) Indiferente (4) Importante (5) Muito importante
(999) NS (888) NR

67. D26– Pra você qual o grau de importância da atuação do Conselho Municipal de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes?

(1) Não é importante (2) Pouco importante (3) Indiferente (4) Importante (5) Muito importante
(999) NS (888) NR

68. D27– A ITEP de alguma forma influencia sua percepção?

(1) Sim (2) Não(999) NS (888) NR

69. D28– Você participa de reuniões e/ou eventos proporcionados pelo Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes?

(1) Nunca

[pule para 71. D30] (2) Raramente (3) Às vezes (4) Frequentemente
(5) sempre (999) NS (888) NR

70. D29– A ITEP de alguma forma influencia na sua participação?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

71. D30– Você acompanha as sessões na Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, referentes às discussões sobre economia solidária?

(1) Nunca

[pule para 73. D32] (2) Raramente (3) Às vezes (4) Frequentemente

(5) sempre (999) NS (888) NR

72. D31– A ITEP de alguma forma influencia nesse acompanhamento?

(1) Sim (2) Não(999) NS (888) NR

73. D32– Se surgisse à oportunidade de trabalhar com carteira assinada, você deixaria o trabalho desenvolvido na Economia Solidária? Por quê?

SIM	Não
(1) Pois teria um ganho financeiro maior.	(2) Prefiro trabalhar por conta própria
(3) Conseguiria ter uma certa estabilidade financeira e me programar melhor.	(4) Porque estou satisfeito com o que faço.
(5) Pois o trabalho na economia solidária esta sendo minha única opção no momento.	(6) Pela flexibilidade de horário.
(7) O que estou ganhando na economia solidária não é o suficiente para o meu sustento	(8) Gosto de trabalhar coletivamente.
(9) Estou em busca de um emprego formal.	(10) Tentaria conciliar os dois
(11) Outro: _____	(12) _____
(999) NS (888) NR	

74. D33– Como você avalia sua vida hoje com o empreendimento?

(1) Melhor (2) Igual (3) Pior (999) NS (888) NR

75. D34– Você sabia que o seu empreendimento (ou cooperativa) é apoiado (a) pela ITEP?

(1) Sim (2) Não(999) NS (888) NR

76. D35– Qual o seu grau de satisfação em relação ao seu trabalho desenvolvido na Economia Solidária?

(1) Muito satisfeito(a) (2) Satisfeito(a) (3) Insatisfeito(a) (4) Muito insatisfeito(a)
(999) NS (888) NR

77. D36– O empreendimento/trabalho ligado à economia solidária além de gerar renda, produz alguma outra satisfação? Se sim, qual a principal?

(1) Nenhuma (2) Emocional;
(3) Ideológica; (4) Espiritual;
(5) Empoderamento. (6) Outros: _____
(999) NS (888) NR

78. D37– Você percebe alguma contribuição através do trabalho que você desenvolve na economia solidária para a sociedade de um modo geral?

(1) Sim (2) Não (999) NS (888) NR

79. D38- Para o seu empreendimento o contato com a ITEP foi:

(1) Muito bom (2) Bom (3) Nem bom, nem mau (regular) (4) Mau (5) Muito mau (péssimo) (999) NS (888) NR

80. D39 - Para o seu desenvolvimento pessoal o contato com a ITEP foi:

(1) Muito bom (2) Bom (3) Nem bom, nem mau (regular) (4) Mau (5) Muito mau (péssimo) (999) NS (888) NR

Anexo 2

Roteiro da entrevista aplicada no Território
Dimensões da Inovação Social

1 Perfil do(a) entrevistado(a)

- Pertencente ao Território:
- Cargo ou função no Território:
- Idade:
- Grau de escolaridade:
- Ano que ingressou no Território:
- Inscritos no Território

Dimensões da Inovação Social no Territórios

1. Como era o contexto do distrito/bairro antes da formação do Território?
2. Como se caracterizava a situação das pessoas antes de se envolverem na formação do Território?
3. Estas pessoas exerciam algum outro tipo de ofício?
4. Quem teve a ideia da formação do Território?
5. Por que se pensou na formação desse Território?
6. Como se iniciou o processo de formação do Território? Como foi o envolvimento dos atores no processo de formação do Território, e quais eram os seus papéis? Como era feita a coordenação desse processo?
7. Como se estabeleceram a forma de trabalho?
8. Como as políticas públicas influenciaram na formação do território?
9. Como a formação do Território foi vista pela comunidade na qual está inserida?
10. Qual foi a abrangência do Território?
11. O que esse processo possibilitou aos indivíduos participantes do Território?
12. O processo de formação enfrentou alguma dificuldade?
13. Como o território é visto por outros grupos envolvidos no mesmo segmento?
14. Ocorreram a disseminação do Território por outros contextos? Caso sim, desde quando?
15. Como você avalia o trabalho feito pelos componentes do Território? Eles são ouvidos nas tomadas de decisão referente a gestão do Território?
16. Como é feita a coordenação da participação de novos integrantes do Território?
17. Em sua opinião, o Território enfrentou ou enfrenta alguma dificuldade para sua consolidação?
18. Como se caracteriza o relacionamento dos componentes pertencentes ao Território, que você representa, com os outros atores envolvidos no processo de formação do empreendimento?

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

L864

Lopes, Fernando Antonio dos Santos.

A economia solidária na extensão universitária : um estudo de caso sobre a atuação da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro / Fernando Antonio dos Santos Lopes. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.

156 f. : il.

Bibliografia: 122 - 130.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2021.

Orientador: Marcelo Carlos Gantos.

1. Extensão Universitária. 2. Autogestão. 3. Inovação Social. 4. Emancipação Social. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61